

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Marina Gandra Camargo de Barros Oliveira

A democracia questionada:
Transparência Pública e Governo Aberto no tempo da Multidão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antoun

Rio de Janeiro

2015

Agradecimentos

Aos meus pais, por me transmitirem seus melhores valores e pelo apoio e amor incondicionais.

À minha irmã, por mostrar que a generosidade é a melhor das virtudes e ao meu afilhado Rodrigo, por possibilitar alguns minutos de retorno à infância. Ao André, por todas as ligações de apoio nesta reta final.

À Fátima, Paulo e Beta pela acolhida fraterna na linda família de Vila Isabel.

Ao meu orientador, Henrique Antoun, pelos ensinamentos e por me dar a tranquilidade necessária ao desenvolvimento da pesquisa.

À Ivana Bentes, pelas contribuições ao longo do mestrado e na banca de qualificação. Ao Fabio Malini por emprestar muitos conceitos e por aceitar ler essa pesquisa em tempo tão exíguo.

Aos colegas do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV que contribuíram com indicações de leituras e conversas e pelo estímulo e torcida na reta final. Jamila, Jhéssica, Pap, Mizukami, obrigada!

Ao Professor Mauricio Rocha, por abrir sua biblioteca e me incentivar a participar do processo seletivo desse mestrado. Ao Antonio Martins pela oportunidade de convivência e aprendizado no *Outras Palavras*.

À família carioca, Flavia, Michelle, Zeza, Marco e Luiz, pela torcida mais fiel e animada que me alimentou de amor e cuidado durante esses dois anos e tantos outros. À Cíntia e Louise, com quem tive a sorte de conviver e que tanto me ensinaram sobre ser mulher no mundo.

Aos colegas do mestrado, aos funcionários da Secretaria, à Escola de Comunicação da UFRJ e à CAPES, por todo apoio necessário à concretização dessa dissertação.

E por fim, agradeço ao Felipe pela leveza que trouxe à minha vida, pelos sorrisos de todas as manhãs e por ser meu leitor, revisor, editor e crítico. Meu par preferido nas danças e andanças e minha maior sorte. Você é minha melhor parceria.

Ao futuro, que já é percussivo...

Resumo

BARROS, Marina G.C.O. **A democracia questionada**: Transparência pública e Governo aberto no tempo da Multidão. Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A adoção de práticas de transparência pública e governo aberto têm se proliferado em todo mundo ao mesmo tempo em que diversas democracias liberais são colocadas em questão, como deflagrou o segundo ciclo de Revoltas Globais iniciado em Seattle em 1999. A emergência dessas campanhas de abertura, como paliativos às fissuras de um modelo esgotado, são objeto dessa pesquisa que busca, por meio das lentes da cibernética e da biopolítica, revelar os desdobramentos de tais práticas no contexto de uma Sociedade Informacional e em um momento em que a multidão demanda a constituição de uma Democracia radicalmente diferente desta que está dada.

palavras-chave: democracia, transparência, governo aberto, cibernética, Internet, biopolítica.

Abstract

BARROS, Marina G.C.O. **Questioned Democracy:** Public Transparency and Open Government in times of *Multitude*. Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The adoption of public transparency and open government policies have proliferated around the world at the same time that many liberal democracies are called into question, since the beginning of the second cycle of Global Riots in Seattle in 1999. The emergence of these campaigns as palliative solutions to the cracks of an exhausted model, are the subject of this research. Through the lens of cybernetics and biopolitics we seek to reveal the consequences of such practices in the context of an Informational Society and in a time when the *Multitude* is demanding the establishment of a radically different democracy from the one that is given.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Organizações globais de fomento a Dados Governamentais abertos16

Tabela 2 - Quantitativo de bases de dados disponíveis por país.....32

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 - Democracia em crise.....	11
1.1 Transparência pública e Governo Aberto como resposta	17
Movimento global de abertura.....	17
Abertura e transparência nos discursos oficiais e na instabilidade dos governos.....	20
1.2 Definições e conceitos de Transparência e Governo aberto	22
Transparência pública e Lei de Acesso à Informação	25
Governo aberto	29
Dados Governamentais Abertos	33
A abertura que vem de baixo para cima: os casos das Revoltas Globais e seus desdobramentos contemporâneos	38
Dois caminhos para analisar um fenômeno	42
Capítulo 2 - A lente da Cibernética	44
Dos estudos cibernéticos ao nascimento da Internet	45
Cultura do vazamento e da cooperação	53
Economia Informacional: a abertura é uma inevitabilidade?	56
Aberto não é Livre: o valor da informação na Economia Informacional	60
A Sociedade de Metadados: desejo de controle e previsão de comportamentos	64
O projeto de Democracia da Multidão.....	70
Capítulo 3 - A lente da Biopolítica	76
Biopoder	77
Biopoder por outros pensadores	80
O Liberalismo como tecnologia de poder.....	85
A verdade em Foucault.....	92
Considerações Finais	97
Bibliografia	99

Introdução

Essa pesquisa nasceu a partir da indagação curiosa acerca da crescente emergência de iniciativas de transparência pública e abertura de dados governamentais observadas em diversos países e fomentada por diferentes organizações nacionais e globais. Em consonância com essa observação, articulava-se nas redes e ruas um novo ciclo de lutas globais, donde surgiam demandas por representação, justiça e direitos. Em resposta às situações de instabilidade, lideranças institucionais mencionavam, em seus discursos oficiais, propostas de abertura e mais transparência na esperança de soarem como antídotos apaziguadores das revoltas urbanas.

Foi a partir desse contexto que essa pesquisa traçou seus pontos de convergência e formulou algumas hipóteses que mais abrem caminhos para reflexões do que se fecham em conclusões cabais sobre este fenômeno contemporâneo da emergência dos dados como insumo para a formulação de políticas públicas e para a regulação da vida em sociedade.

Uma primeira hipótese é a de que as campanhas de abertura governamental apontam para as fragilidades enfrentadas pelas democracias em crise, como por exemplo a opacidade dos regimes democráticos corrompidos pelos interesses financeiros e a insatisfação com o modelo representativo ou a baixa participação dos cidadãos nos processos políticos. As fundamentações das práticas de transparência e abertura advogam justamente para um regime mais transparente, que revelaria a corrupção de recursos e valores de forma inequívoca, coibindo-os de se repetirem ou constringendo quem os comete; fomentaria, também, a ampliação da participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas a partir do acesso às informações sobre o governo e do uso das novas tecnologias de informação e comunicação; por fim, promoveria o uso dos dados na criação de novos negócios, gerando novas formas de acumulação de riqueza e, portanto, de valor para a sociedade.

Essas tem sido, em linhas gerais, as justificativas sob as quais os organismos internacionais tem fundamentado suas iniciativas de fomento à abertura governamental juntos às democracias no mundo.

Contudo, como veremos nesse trabalho, o movimento de abertura e transparência é composto por diferentes atores e interesses que apontam para lugares de chegada bastante distintos. Se analisado sob a perspectiva da inevitabilidade de um capitalismo

informacional, a abertura de dados ganha dimensões irreversíveis e muitas vezes utópicas. Já sob o paradigma da biopolítica, os registro, processamento e abertura de dados ganham dimensão de aparatos de vigilância e segurança, numa sociedade onde um maior controle e previsão de comportamentos é desejado pelos governos.

É com o objetivo de compreender esses desdobramentos com mais profundidade que traremos em diálogo duas perspectivas teóricas que nos ajudam a pensar a emergência da produção e circulação dos dados nas sociedades contemporâneas e mais especificamente, do fenômeno da abertura de dados governamentais em escala global.

No primeiro capítulo situaremos o que tem sido colocado como uma crise da democracia, delimitando suas dimensões em termos de representatividade e de seu modelo liberal. Em seguida, lançaremos algumas possibilidades de evidências de nossa hipótese sobre o surgimento e fortalecimento do movimento de transparência e abertura como resposta às fraturas das democracias liberais. Tanto a partir pactos entre governos como nos discursos oficiais, em situações de crise e instabilidade, é possível identificar como as campanhas por abertura e transparência emergem como paliativos às fragilidades dos governos democráticos. Por fim, descreveremos detalhadamente nosso objeto de estudo dando mais clareza às suas definições, convergências e conflitos a partir da leitura de pesquisadores do campo do direito ao acesso à informação e dos manuais de governo aberto. A última seção do primeiro capítulo descreve o que estamos chamando de "lentes", que nos ajudarão a amplificar esse fenômeno. Oferecemos dois caminhos não excludentes: a cibernética e a biopolítica que serão abordadas no segundo e terceiro capítulo respectivamente.

O segundo capítulo recorre aos pensadores da cibernética apresentando as visões de mundo e sociedade que já eram vislumbradas na década de 50. Essa retomada nos é valiosa na exploração de alguns conceitos essenciais ao estudo como o princípio do feedback e da previsão e especialmente do valor da informação na Economia Informacional. Ainda nesse capítulo destrinchamos o valor e o papel dos dados no capitalismo informacional bem como as possibilidades de cooperação e vazamento nas redes de arquitetura aberta. Por fim, tentaremos destrinchar os conceitos de "aberto" e "livre" originários das novas possibilidades de produção e compartilhamento da Internet e que são hoje aplicadas à tantas dimensões - códigos, educação, recursos, mercados - e até mesmo ao governo.

Finalmente, o terceiro capítulo recorre à obra de Michel Foucault especialmente aos textos e cursos que tratam da formulação do conceito de biopolítica e mais

especificamente sua reflexão sobre as estatísticas, o nascimento da economia política e do liberalismo, onde Foucault empreende esforços na formulação de conceitos valiosos para o entendimento de uma nova tecnologia de poder engendrada a partir dos dispositivos de segurança. Por fim, o conceito foucaultiano de *parrésia* é trazido para a reflexão sobre a exigência de franqueza e à emergência da verdade dos dados.

Outros pensadores também são colocados em diálogo: Matteo Pasquinelli sintetiza as duas lentes utilizadas nessa pesquisa, a da cibernética e da biopolítica, lançando uma caixa de ferramentas para analisarmos a presença do componente informacional no novo modelo de produção capitalista. Ele cunha o termo "Sociedade de metadados"¹ para definir uma sociedade em que os bancos de dados exercem poder na medida em que são utilizados para aperfeiçoar a inteligência maquina e criar algoritmos mais inteligentes capazes de prever e regular comportamentos, tensões, movimentos. Uma nova forma de controle biopolítico

As inúmeras estatísticas online e em tempo real permitem um mapeamento acurado dos acontecimentos populacionais bem como a previsão de tumultos sociais com base nas curvas de tendência e normalização²

Ainda dentro de uma perspectiva autonomista, Antonio Negri e Michael Hardt contribuem para a reflexão sobre a democracia em crise lançando bases para o que seria um projeto de Democracia da Multidão, que utilizaremos como pano de fundo para pensar as possibilidades de resistência nesse movimento dicotômico e paradoxal que ora se apropria dos dados e informações na sua produção biopolítica ora é apropriado como dado e informação.

Por fim, cabe esclarecer que esta pesquisa se desenvolveu concomitantemente às manifestações iniciadas na primavera árabe e que se dissipavam pela Europa, Estados Unidos e América Latina ao longo dos anos de 2012 e 2013, revelando a potência da multidão conectada que usa a rede como ferramenta de resistência, criando tecnopolíticas próprias³ e aponta para o desejo de mudanças importantes na forma com que a política é feita na contemporaneidade. Talvez por esse paralelismo temporal tenha nascido a ambição de se conformar uma visão crítica sobre as soluções paliativas que surgem como antídotos às tentativas de uma maior radicalização do modelo democrático, evitando desvios e persistindo no caminho que leva a um projeto de democracia da multidão.

¹ Pasquinelli, 2011.

² Pasquinelli, 2011, p.32

³ Toret, 2013.

Capítulo 1 - Democracia em crise

O modelo democrático encontra-se em crise.

De representatividade, de modelo, de verdade, ou, credibilidade. A partir dessas crises algumas propostas tem sido delineadas como solução ou como caminho para se alcançar um modelo democrático que contemple a verdade ou a franqueza.

O discurso da transparência e da abertura governamental, neste sentido, se encaixa perfeitamente nessa busca pela Verdade⁴ (ainda que inatingível), não só por retirar dos regimes democráticos certo grau de opacidade que lhes pode ser atribuído, mas também por permitir certa racionalização da política, a tomada de decisão a partir dos dados e a constituição de um "Estado racional", conforme iremos explorar mais a frente a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade.

Como veremos, é notório o crescimento das iniciativas de transparência e governo aberto, até mesmo sob um caráter emergencial, sendo tal discurso evocado justamente nos momentos de crise e instabilidade governamental pelas lideranças institucionais.

Mas o que leva a esse fenômeno onde os dados ganham um status de verdade que restabeleceria a confiança dos cidadãos? A que modelo democrático as práticas de transparência e abertura governamental remetem?

Vivemos um momento em que os termos "transparência" e "abertura governamental" ocupam discursos institucionais e fóruns internacionais e figuram como "remédio" para as fissuras do modelo democrático.

Mas será mesmo que a abertura governamental e a transparência (iremos definir melhor esses conceitos à frente) são de fato uma solução para a crise da democracia nas suas dimensões da representatividade e da globalização? Ou ainda, será que apontam para uma Democracia da Multidão? Quais são as fragilidades desse projeto de democracia desenhado pelos entusiastas do "Governo aberto" e por que a democracia liberal lança mão dessas estratégias?

Ao examinarem as primeiras concepções modernas de democracia, Negri e Hardt observam, em primeiro lugar, o caráter universal da democracia introduzida pelos

⁴ O conceito de Verdade será melhor explorado mais a frente quando recorreremos aos escritos de Michel Foucault em seu curso "A Coragem da Verdade".

revolucionários setecentistas da Europa e dos Estados Unidos: o governo de todos por cada um.

A democracia moderna é chamada de “absoluta” por Spinoza justamente por não possuir um limite, de todos por cada um e não mais “de muitos”. Juntamente com essa universalidade vem as concepções de igualdade e liberdade, ou seja, só poderemos governar todos quando o fazemos com iguais poderes, livres para agir e escolher como nos agrada.

Na verdade até hoje a noção de democracia universal não foi instituída. Estão ainda excluídos os despossuídos, as mulheres, os não-brancos. Apesar disso tem servido como meta para a qual tendem as revoluções e lutas modernas.

A definição mais recente de democracia se afastou da concepção do século XVIII. Joseph Nye, pensador político liberal, define: “A democracia é o governo dos funcionários que devem prestar contas à maioria do povo numa jurisdição e por ela podem ser afastados”⁵. Interessante notar aí também a ideia de prestação de contas, tão evocada pelos movimentos das ruas.

A representação, que passou a monopolizar o campo político, pode ser distinguida em três tipos básicos, segundo os autores:

1. Representação apropriada: é a forma mais débil, onde os representantes não são escolhidos, designados ou controlados, apenas interpretam o interesse e a vontade dos representados. É a maneira como organizações supranacionais (FMI, Banco Mundial) representam hoje os interesses de países como Tailândia e Argentina.

2. Representação livre: é uma posição intermediária na qual os representados tem uma ligação direta com os representantes mas seu controle é sujeitado ou limitado temporalmente pois essa ligação é exercida apenas a cada dois, quatro ou seis anos. Entre as eleições os representantes agem com relativa independência, sem instruções ou consultas aos representados.

3. Representação instruída: quando os representados controlam constantemente os representantes. Há redução de autonomia dos representantes e tanto as eleições frequentes quanto a revogabilidade dos mandatos reduz a separação da representação.

Mas para os autores tais formas levam à natureza dual fundamental da representação, qual seja o fato de que ela liga e separa, nunca serão capazes de realizar a promessa da democracia moderna.

⁵ Negri e Hardt, 2005 p.310

Para Negri e Hardt, as instituições da representação política devem permitir que os cidadãos expressem seus desejos e exigências plurais, ao mesmo tempo permitindo que o Estado os sintetize numa unidade coerente. A democracia requer uma inovação radical e uma nova ciência. Mas como fazer isso?

A representação também não é a solução. Então qual é? O que reduzirá a distância entre representantes e representados?

Para estas perguntas, respondem:

Já não existe qualquer possibilidade de voltar atrás em direção aos modelos modernos de representação, para criar uma ordem democrática. Precisamos inventar formas diferentes de representação, ou talvez novas formas de democracia que vão além da representação.⁶

As demandas por abertura e transparência das organizações de governança global, como por exemplo FMI, ONU e Banco Mundial, foram identificadas por Antonio Negri e Michael Hardt em breve passagem na terceira parte do livro *Multidão*, onde os autores dedicam-se a compreender as bases de um projeto político de democracia da multidão.

Se por um lado a transparência pode vir na direção de possibilitar a construção de uma forma representativa de controle democrático, por outro, ao observarmos os obstáculos para que tal transparência de fato se dê - nos casos do FMI e Banco Mundial, tal como observados por Negri e Hardt - esta prestação de contas acaba por situar-se num campo de difícil acesso em termos de linguagem, restringindo-se aos especialistas que a compreendem. Falta também o “povo global” para instituições globais.

Antonio Negri e Michael Hardt vão utilizar uma crítica feita por Craig Borowiak acerca das noções de governança e prestação de contas das instituições globais como FMI e Banco Mundial. Quando se fala em “accountability” destes atores, a prestação de contas acaba se situando no campo da contabilidade e é feita a intermediários que compreendem tal linguagem. Neste caso, Negri e Hardt afirmam que “falta o povo”, não há um povo global para instituições globais, há uma comunidade de especialistas.

Há o dificultador da tradução da linguagem destas instituições econômicas mas há também o distanciamento do povo. Eles afirmam que tais propostas de reforma estão mais comprometidas na manutenção da eficiência e estabilidade econômica e não na construção de uma forma representativa de controle democrático. Não é por acaso que este vocabulário é muito mais familiar às corporações capitalistas que às instituições

⁶ Negri e Hardt, 2005 p.322

democráticas.

Desta forma, as instituições globais ficam livres das instruções ou do controle do público, organizando-se de uma forma que é contrária aos mecanismos de representação social ou pública. Negri e Hardt observam, portanto, uma substituição da política pela administração como uma tendência contrária à legitimidade democrática, e por isso mesmo propõem a extinção de tais instituições.

Os "Levantes de Junho" brasileiros podem ser situados⁷ na esteira do que se convencionou chamar "Revoltas Globais", um ciclo de lutas que teria seu início em 1999 com o movimento que tomou as ruas de Seattle durante o encontro da Organização Mundial do Comércio espalhando-se por outros países até culminar nas manifestações contra a reunião dos G8 em Gênova em 2001. Um novo ciclo das levantes recomeçou em 2011 na Tunísia, espalhando-se pelo mundo árabe, Europa, Estados Unidos, México e Brasil.⁸ Sobre este segundo ciclo que este trabalho depositará sua atenção.

Esse período de um decênio e meio, se contarmos desde Seattle, foi objeto de pesquisas⁹ que buscaram identificar as recorrências destas mobilizações, tanto em termos de reivindicações e queixas¹⁰ quanto em termos de suas táticas e tecnopolíticas¹¹, no que se destaca o esforço para compreender a utilização da internet enquanto ferramenta de coordenação e mobilização destas mobilizações¹² em rede.

O formato dessas novas lutas que ampliaram as queixas sobre representação, direito e justiça, contra a guerra e a pobreza, não tem paralelos com nenhum outro momento da história política no mundo.

O ciclo global de lutas desenvolve-se na forma de uma rede disseminada. Cada luta local funciona como nodo que se comunica com todos os outros nodos, sem nenhum eixo ou centro de inteligência. Cada luta mantém-se singular e vinculada a suas condições locais, mas ao mesmo tempo está mergulhada na rede comum. Esta forma de organização constitui o exemplo político mais plenamente realizado de que dispomos do conceito de multidão.¹³

Negri e Hardt situam esse formato no conceito de multidão.

Na prática, a multidão fornece um modelo pelo qual nossas expressões de

⁷ Antonio Negri, Michael Hardt, Mauricio Lazzarato, Manuel Castells, Boaventura Souza Santos.

⁸ Michael Hardt tem definido estes dois ciclos nas aulas proferidas por ele.

⁹ Antonio Negri, Michael Hardt, Castells, Javier Toret

¹⁰ Antonio Negri e Michael Hardt

¹¹ termo cunhado por Javier Toret para delimitar as práticas dos movimentos a partir das experiências do movimento espanhol 15M. Como premissa, Toret afirma que "La disputa por el control del flujo de información y de las tecnologías es la clave del poder en todas las sociedades." (2013)

¹² Antoun e Malini, 2013

¹³ Negri e Hardt, 2005 p.281

singularidade não são reduzidas ou diminuídas em nossa comunicação e colaboração com outros na luta, com o resultado de que formamos hábitos, práticas, condutas e desejos comuns cada vez maiores - em suma, com a mobilização e a extensão globais do comum¹⁴.

Antonio Negri e Michael Hardt identificaram as reivindicações globais dos movimentos como sendo a crítica das atuais formas de representação, a pobreza e a oposição à guerra. As queixas diagnosticadas pelos autores são de representação¹⁵, de direito e justiça¹⁶ econômicas¹⁷ e biopolíticas¹⁸. A multiplicidade da multidão pressupõe uma miríade de queixas onde "vive um projeto democrático, e as lutas fazem parte da carne da multidão"¹⁹.

Os autores perfazem o caminho das possíveis reformas para tornar o sistema global mais democrático²⁰. Na primeira reforma proposta, a da representação, Negri e Hardt comentam sobre as propostas para tornar as instituições mais transparentes²¹ mas o que avaliam é que tais propostas não conduzem necessariamente a uma maior representação, especialmente quando se fala em transparência de organizações econômicas supranacionais como é o caso do FMI e Banco Mundial.

Na melhor das hipóteses, uma maior transparência pode tornar mais visível a falta de representação, e mais fáceis os protestos a este respeito.²²

O argumento dos autores de Multidão é bastante contundente já que, se organismos globais prestam conta a um povo global, o que está faltando, justamente, é "o povo".

Se falta o "povo global", o que dizer sobre a globalização? Ela favoreceria ou criaria obstáculos à democracia? Trata-se de outra questão colocada por Antonio Negri e Michael Hardt. Os autores concluem que a globalização e a guerra global põem a democracia em questão, mas o que ocorre é uma corrupção do conceito de democracia, transformando-a numa forma de domínio imposto e controlado de cima para baixo, quando sua essência é inversa, ou seja, de baixo pra cima

¹⁴ Negri e Hardt, 2005 p. 282

¹⁵ Negri e Hardt, 2005 p.341

¹⁶ Ibidem p.346

¹⁷ Ibidem p. 351

¹⁸ Ibidem p. 356

¹⁹ Ibidem p. 360

²⁰ Ibidem p.365

²¹ Ibidem p.367

²² Ibidem p. 367

[...] a crise da democracia hoje tem a ver não só com a corrupção e a insuficiência de suas instituições e práticas, mas também com o próprio conceito. Parte da crise está no fato de que não está claro o que significa democracia num mundo globalizado²³.

Julgamos necessário também aprofundar o entendimento das possibilidades e condições para a formação da multidão e as reflexões empreendidas pelos autores para lançar bases para um projeto de democracia da multidão, sem prejuízo do outro caminho de bifurcação foucaultiana.

Em “A Coragem da Verdade”, Foucault investiga a inviabilidade da verdade nas instituições democráticas, atribuindo à estrutura democrática essa impossibilidade de distinção entre o discurso verdadeiro e o discurso falso. Para explicar tal hipótese, Foucault recorre ao funcionamento da democracia ateniense onde não são os melhores, e sim os mais numerosos que tomam as decisões, querem ser livres, não escravos, não servir aos interesses da cidade nem tampouco aos interesses dos melhores. São 4 os princípios que construíram a ideia de que a democracia não é o lugar para a *parrésia*²⁴: (i) a oposição quantitativa, ou seja, a multidão, de um lado, o “alguns” de outro; (ii) a oposição entre os melhores e os piores, bons e maus; (iii) a distinção política decorrente das duas oposições anteriores, ou seja, o que é bom para os melhores também é bom para a cidade, em compensação, o que é bom para os piores, é ruim para a cidade; (iv) como consequência, “o verdadeiro não pode ser dito na forma da democracia entendida como direito de todos à palavra. O verdadeiro não pode existir numa cidade senão a partir da marcação, manutenção e institucionalização de uma escansão essencial entre os bons e maus”²⁵. E conclui dizendo que a verdade não pode ser dita num campo político definido pela indiferença entre os sujeitos falantes, e que por isso o dizer-a-verdade não comporta na democracia, que por sua vez não pode reconhecer ou abrir espaço para a divisão ética a partir da qual o dizer-a-verdade é possível²⁶.

Foucault argumenta, por fim, que

[...] a própria forma da democracia, ao submeter o melhor ao pior, não pode abrir espaço para o dizer-a-verdade, só pode eliminá-lo não escutando quando

²³ Negri e Hardt, 2005 p.294

²⁴ Entendemos que *aletheia* e *parrésia* são duas verdades pensadas de forma diferente, na primeira delas o sujeito perde o cuidado de si e portanto fica submetido às verdades dos sujeitos do discurso, aqueles que são falantes de enunciados, aquele que sabe e portanto domina os mecanismos de poder, os conhecimentos construídos na forma inquerito ou mais recentemente por meio dos dispositivos disciplinares. Já a verdade da *parrésia* é aquela que emerge do sujeito que tem o cuidado de si, que tem a coragem da verdade, de dizer a verdade e portanto de ouvir e exercitar a alteridade em relação ao outro. Esta verdade expressa em cada um é que poderia destruir os dispositivos disciplinares ou talvez os dispositivos de segurança

²⁵ Foucault, 2011 p. 41

²⁶ Foucault, 2011 p.41

ele se formula ou suprimindo-o fisicamente pela morte, é a ausência de lugar para o *éthos* na democracia que faz com que a verdade não tenha lugar nela e não possa ser ouvida²⁷.

Esse *éthos* na democracia, que faria com que a verdade tenha lugar nela, é o vínculo, o ponto de articulação entre o dizer-a-verdade e o bem-governar.

É também a partir dessa reflexão que enxergamos atualmente uma exigência por franqueza na democracia, e, por conseguinte, uma radicalização pela abertura de uma espécie de "caixa preta" em relação a interesses e desígnios governamentais. Como veremos adiante, a transparência pública e as práticas de governo aberto serão escaladas pelos governos para arrefecer tais exigências.

1.1 Transparência pública e Governo Aberto como resposta

Movimento global de abertura

A distinção entre o conceito de transparência como princípio ou como ferramenta pode esclarecer alguns pontos levantados por essa pesquisa no que tange à assimilação de tais práticas pelos governos. Enquanto princípio republicano, a transparência deve apontar para uma abertura total das informações e processos governamentais, para uma efetiva participação e controle do cidadão e pela eliminação de discrepâncias trazidas às vistas pela transparência, como por exemplo o financiamento privado de campanhas.

A breve retrospectiva da presença do conceito de transparência governamental em alguns movimentos das chamadas Revoltas Globais sugere que a noção de transparência tem sido utilizada para denunciar a opacidade dos governos atuais, seja pela corrupção endêmica ou pela sobreposição dos interesses privados em relação aos interesses públicos. Tais movimentos colocam o conceito de transparência como princípio (republicano) dos novos modelos propostos, não só em relação às suas práticas internas mas também como meta para as práticas democráticas futuras.

Atentos às demandas e ao novo "antídoto" que se faz possível a partir de uma campanha global pela abertura e transparência, organismos globais como as Nações

²⁷ Foucault, 2011 p.41

Unidas e Banco Mundial tem empreendido esforços para organizar pactos entre países visando a ampliação da transparência pública. Estas iniciativas surgem com mais expressão nos anos 2000, e são concomitantes ao ciclo de revoltas que se inicia em Seattle em 1999.

Já como ferramenta, o conceito torna-se fundamento para a geração de dados sobre diferentes temas, desde as contas públicas e privadas até o monitoramento dos cidadãos nas cidades, apontando para um aumento da capacidade geral de leitura e processamento desses dados.

Um mapeamento (não exaustivo) das iniciativas globais para fomento de práticas de abertura governamental encontra-se na tabela abaixo. Nela, é possível observar a diversidade de atores e especialmente as fundamentações de cada iniciativa para justificar a abertura governamental e o uso de dados no desenvolvimento de políticas públicas.

Tabela 1: Organizações globais de fomento a Dados Governamentais abertos

Plataforma	Composição	Link	Descrição
Open Government Partnership	Pacto de 65 países.	http://www.opengovpartnership.org/	Lançada em 2011 como uma plataforma internacional para fomento de reformas domésticas comprometidas em fazer seus governos mais abertos, responsáveis e com maior capacidade de prestação de contas aos cidadãos.
Open Data Foundation	Grupo de indivíduos de diversos campos do conhecimento. Sediada nos Estados Unidos	http://www.opendatafoundation.org/	Organização sem fins lucrativos dedicada à promoção da adoção em nível global de padrões de metadados e ao desenvolvimento de soluções de código aberto para o uso de dados estatísticos como suporte à pesquisa, formulação de políticas públicas, transparência nos campos da economia, finanças, saúde, educação, trabalho e emprego, ciências sociais, tecnologia, agricultura, desenvolvimento e meio ambiente.
Banco Mundial	Organização internacional composta por 5 organizações financeiras de reconstrução e desenvolvimento	http://data.worldbank.org/about/open-government-data-toolkit/knowledge-repository	Desenvolvem definições, Licenças para dados abertos governamentais, possuem um repositório de exemplos de governos e setores que utilizam dados abertos, repositórios de usos e impactos de dados governamentais abertos, provêm fundos e assistência técnica para países que desejam implementar práticas de dados abertos.

	nto		
Open Data Research Network	Rede de pesquisadores em diversos países	http://www.opendataresearch.org/mergingimpacts	Iniciativa entre países de longo prazo liderada pela World Wide Web Foundation para entender e estudar como os dados abertos estão sendo utilizados em diferentes países e contextos entre os países em desenvolvimento.
The Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)	34 países de economias consideradas desenvolvidas e 3 emergentes (México, Chile e Turquia)	http://www.oecd.org/gov/public-innovation/opengovernmentdata.htm	A OECD utiliza a informação em uma ampla gama de tópicos para ajudar governos a construir prosperidade e lutar contra a pobreza por meio de crescimento econômico e estabilidade financeira.
International Aid Transparency Initiative	Fundada em 2008 no âmbito do Forum Humanitário da OECD	http://www.aidtransparency.net/	IATI é uma iniciativa voluntária que busca aprimorar as práticas de transparência para os campos da ajuda humanitária, desenvolvimento, de modo a aumentar a efetividade das ações que visam atacar/eliminar a pobreza.
Open Government Data	Open Knowledge Foundation	http://opendata.org/	Grupo de trabalho aberto a qualquer interessado em dados governamentais abertos. No momento estão desenvolvendo um manual (Open Data Handbook), uma lista de princípios e definições para dados governamentais abertos e um catálogo de bases de dados.
Global Open Initiative	Fundar, The Open Institute, OKFN, Sunlight Foundation, WWW Foundation	http://globalopendatainitiative.org/	Iniciativa liderada por organizações da sociedade civil para compartilhar princípios e recursos para governos e sociedades sobre como extrair melhores oportunidades criadas pela abertura de dados governamentais
ILDA La iniciativa Latinoamericana por los Datos Abiertos	Avina, CEPAL (ONU), Organização dos Estados Americanos	datosabiertos.org	Concebido como um projeto multiatores para fomentar a investigação, uso e apropriação dos dados abertos na América Latina.

Fonte: pesquisa própria

Os debates sobre os Objetivos do Milênio 2015 também comprovam a preocupação com a transparência em nível internacional. Atualmente, a disputa²⁸ política pela inclusão do objetivo relacionado a "governança, justiça e paz" na lista de metas. Este objetivo, que por enquanto ocupa o 16º lugar, inclui metas como a redução dos homicídios e do tráfico de armas, garantia de acesso à justiça e liberdade de expressão e ampliação da transparência governamental.

Nos parece que o uso da transparência como ferramenta tornou-se um "remédio" a ser ministrado frente aos males que o capitalismo financeiro e a corrupção causam à democracia.

Abertura e transparência nos discursos oficiais e na instabilidade dos governos

Gostaríamos de verificar a recorrência do conceito de transparência nos discursos oficiais dos chefes de estado ou lideranças do governo em reação a situações de instabilidade em duas situações distintas. O que acreditamos demonstrar que, muitas das vezes, apelar para tais práticas tem servido ao governo como resposta às crises institucionais. Dois casos recentes refletem tal situação: o primeiro deles diz respeito ao pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff após os Levantes de Junho de 2013, o outro, no México, após o suposto desaparecimento de 43 estudantes no Estado de Guerrero em 2014.

Dois dias após a ocupação das ruas do Brasil por manifestantes, a presidenta Dilma Rousseff fez uma escolha estratégica²⁹ ao montar uma arquitetura de mensagens que seriam pertinentes serem transmitidas naquele 21 de junho de 2013 em seu pronunciamento em rede nacional³⁰ de televisão.

Ao longo de 10 minutos, a presidenta enfatiza a distinção entre o movimento pacífico e a "minoria violenta", justificando a violenta repressão empreendida pelas polícias. Em seguida, Dilma resume o entendimento do Governo acerca das demandas das ruas, mencionando o combate à corrupção, o desejo de maior qualidade dos serviços públicos e lança respostas que buscavam ser o mais concretas possíveis às reivindicações: plano de mobilidade urbana, 100% dos royalties para a educação, contratação de mais

²⁸Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/06/brasil-lidera-racha-polemico-sobre-novos-objetivos-do-milenio-da-onu.html> Acesso em: 10 de novembro de 2014.

²⁹ E, claro, aproveitou o embalo pra atacar quem a sequestrava.

³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xket11-dDvk> Acesso em: 15 de outubro de 2014.

médicos para o atendimento público na saúde e uma promessa de diálogo com as principais lideranças dos movimentos organizados.³¹ Por fim, convocou uma Reforma Política visando a ampliação da participação política e destaca a ampliação da Lei de Acesso à Informação como ferramenta para o combate à corrupção e poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar gasto correto do dinheiro público.

Temos que garantir que cada cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes, precisamos muito [...] de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada [...], ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público, aliás, a melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor³².

Cabe notar que a Lei de Acesso à informação, Lei 12.527/2011, figurou como um dos elementos escolhidos para esta primeira comunicação oficial do Governo após as manifestações de junho de 2013 como elemento de resposta ao clamor das ruas, tanto no que diz respeito às falas de combate à corrupção³³ quanto na ampliação de controle e participação popular no Governo.

Também no México o presidente Enrique Peña Nieto veio à público pedir mais transparência no sistema judiciário mexicano após o massacre de 43 estudantes que levou à população às ruas causando instabilidade. O escândalo que deflagrou o pronunciamento de Peña Nieto foi não só o massacre dos estudantes como também o desaparecimento dos corpos, o que indica evidências de uma polícia demasiadamente corrupta além de infiltrada por milicianos e traficantes.

As duas situações referem-se a momentos de instabilidade na governabilidade dos países, quando as forças policiais são colocadas à prova na tentativa de controlar e reprimir mais manifestações. No México como no Brasil, as Leis de Acesso à Informação são consideradas fortes, ou seja, disponibilizam mecanismos legais que dão ao cidadão respaldo para acessar a informação solicitada, contudo, não se bastam na direção de um governo mais participativo e aberto.

³¹ Tal menção às lideranças dos protestos foi alvo de profundos debates nas redes já que o movimento não apresentava, a princípio, lideranças. Contudo, a primeira marcha pela tarifa foi convocada pelo Movimento Passe Livre. Estas divergências foram incansavelmente discutidas entre acadêmicos e militantes e são foco de diversos estudos.

³² Transcrição nossa de trecho do pronunciamento de 21 de junho de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xket11-dDvk>. Acessado em 10 de setembro.

³³ A pauta da corrupção foi muito utilizada ao longo das manifestações. Por ser uma pauta difusa, era utilizada pela grande mídia num processo de demonização do partido no governo – posto que os partidos de oposição, notoriamente com mais casos de corrupção não sofriam as campanhas de "moralização política". Este fato corroborou com a leitura desta reivindicação, por exemplo, por quem estava no campo da esquerda – inclusive com oposição ao governo – como uma fala alienada (por conta da mídia) ou simplesmente reacionária.

O que verificamos, no mais das vezes, é que o aparato de vigilância e repressão dos países mencionados tem sido alvo de grandes investimentos garantindo certo grau de controle sobre as manifestações, contudo, o discurso que evoca transparência acaba por dar uma conotação de arrefecimento da repressão e de abertura.

A profusão de dados gerados a partir da informatização da vida tem sido objeto de estudo e debate desde a década de 60, quando a criação de um banco de dados que unificaria todas as informações dos cidadãos norte-americanos foi suspensa³⁴. No livro *Database Nation*, Garfinkel³⁵ relata as primeiras disputas entre empresas, cidadãos e governo frente a necessidade de uma regulamentação da coleta, publicação e uso das informações visando a defesa de direitos essenciais.³⁶

Passados 50 anos, a disputa se acirra a medida em que um dilúvio de dados e informações sobre o comportamento das pessoas é produzido e mediado a partir do uso de dispositivos tecnológicos associados à tecnologia *wi-fi* que estão cada vez mais integrados à vida cotidiana, coletando e processando milhões de dados em tempo real. Tais tecnologias têm sido aplicadas das mais diversas formas³⁷ com impactos na formulação de modelos de negócios milionários, como por exemplo Facebook e Google, como também na resolução de problemas sociais, como por exemplo o Ushahidi.³⁸ Os desdobramentos negativos de tais tecnologias e seus usos - como o crescente e constante monitoramento e vigilância e a perda de privacidade - também tem promovido importantes discussões sobre as medidas necessárias para mitigar tais violações.

Se por um lado a abertura de dados governamentais vem sendo fomentada sob a justificativa de mais transparência, participação e liberação de valor econômico dos dados, por outro lado, crescem o número de casos onde a vigilância permanente do Estado é alimentada por curvas estatísticas que definem e prevêm criminalidade, mortalidade, entre outras dimensões da vida e da morte.

1.2 Definições e conceitos de Transparência e Governo aberto

³⁴ Garfinkel, 2000.

³⁵ Garfinkel, 2000

³⁶ Garfinkel fala prioritariamente sobre a questão da privacidade mas relata também o Fair Credit Reporting Act de 1971 em que o Congresso americano concedeu o direito de acesso à informação contida nos databanks de registro de crédito;

³⁷ conhecido como *crowdsourcing* e com aplicações diversas;

³⁸ Ushahidi é uma organização global que cria aplicativos de crowdmapping e crowdsourcing para diversas finalidades mas essencialmente para solucionar problemas sociais e de violação de direitos humanos;

Antes de prosseguirmos faz-se necessário esclarecer os conceitos até agora utilizados de forma a ampliar o entendimento das noções de transparência e governo aberto, suas dimensões comuns e distintas.

Barbara Ubaldi realizou amplo estudo³⁹ sobre as práticas de abertura de dados governamentais e identificou dois movimentos que forçam uma maior abertura da informação, documentos e dados, que são produzidos e guardados pelos órgãos públicos. O primeiro é o movimento de "Direito à Informação" que promove o acesso à informação sob uma perspectiva de garantia de um direito humano fundamental, o direito à informação previsto no Artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos e desdobrado em Direito à liberdade de expressão e Direito ao acesso à Informação. O segundo é o movimento "*Open Government Data*" (OGD) que usa argumentos predominantemente sociais e econômicos para encorajar a abertura dos dados governamentais. A prerrogativa do movimento OGD é a de que, com a abertura dos dados, a sociedade será beneficiada pela criação de condições para serviços públicos socialmente mais inclusivos e para uma democracia mais participativa. Também é argumentado que se pode estimular a economia ao permitir que terceiros criem novos produtos e serviços utilizando os dados públicos. Há intercessões entre os dois movimentos, ambos desejam aumentar a transparência do governo de modo que todos os membros da sociedade possam usufruir do valor social da informação gerada, coletada e armazenada pelo governo ou a partir de recursos públicos.

Também há diferenças entre as abordagens. Os advogados do "direito à informação" dão ênfase ao acesso à informação de qualidade e em quantidade, que normalmente estão armazenados na forma de documentos, enquanto o OGD buscam abrir os dados que estão armazenados nos órgãos do governo e, portanto, concentram-se nos aspectos técnicos e legais ligados ao acesso, uso e re-uso dos dados. Por outro lado, enquanto o movimento do Direito à Informação tem se concentrado em garantir que os órgãos públicos respondam aos pedidos de acesso à informação, o OGD dá ênfase na divulgação pró-ativa de grandes volumes de informação em formatos e condições que permita o seu re-uso para finalidades cidadãs e para geração de valor comercial a partir da criação de novos negócios.

Pela perspectiva do governo aberto, a divulgação das bases de dados governamentais encontram respaldo em três justificativas principais. Em primeiro lugar, o combate à corrupção, colocando a sociedade civil como principal fiscalizadora das

³⁹ Ubaldi, 2013

atividades governamentais. Em segundo lugar, a possibilidade de uma maior ampliação da participação social na formulação das políticas públicas uma vez que as assimetrias informacionais estão reduzidas entre quem governa e quem é governado. Desta forma, acredita-se que a sociedade civil estaria mais empoderada a influenciar os gestores públicos nas suas atividades e decisões. Por fim, diversos países colocam como benefício direto da divulgação de dados governamentais a liberação do valor destes dados para que a sociedade produza novos serviços e soluções a partir deles. Estamos falando de aplicativos e plataformas que utilizam os dados governamentais abertos para produzir novos serviços aos cidadãos. O espectro das soluções advindas deste terceiro eixo vão desde aplicativos que visam solucionar problemas ambientais e sociais até dispositivos de controle de circulação dos cidadãos na cidade.

O objeto focal da transparência pública são os dados públicos governamentais, ou seja, aqueles produzidos e armazenados pelo Estado e que dizem respeito, essencialmente, ao comportamento do Estado, como por exemplo gastos públicos, orçamento, contratos, remuneração dos servidores, entre outros. Mas são considerados dados públicos governamentais também os dados coletados por sensores, radares, dispositivos tecnológicos que acomodam informações sobre o comportamento da população, além dos dados censitários como natalidade, mortalidade, também os dados sobre acidentes de trânsito.

Embora ambos os conjuntos de dados sejam enfoque das políticas públicas de dados abertos o primeiro atende mais às demandas por combate à corrupção, já que versa sobre dados dos governantes e das relações entre governo e iniciativa privada (contratos, licenças, etc.). Já o segundo grupo de dados servem mais à criação de novos negócios e serviços que atendam às demandas por melhor organização e gestão da cidade, ou seja, aplicativos que usam os dados governamentais para prover algum tipo de serviço ao cidadão. O movimento "*smart city*" ou cidades inteligentes, por exemplo, utiliza os dados governamentais para criar uma auto-regulação mais inteligente da cidade.⁴⁰

A partir dessa reflexão, passamos a outros pesquisadores que apontam para alguns desdobramentos críticos da abertura de dados e do uso intensivo da tecnologia pelos governos.

Robinson e Yu (2012) alegam que ao passar dos anos, o significado original de

⁴⁰ O enfoque da crítica de Morozov reside neste último grupo, ou seja, a excessiva racionalização da política por meio da criação de aplicativos de auto-regulação (que utilizam dados governamentais sobre a população e o comportamento dos cidadãos na cidade).

"governo aberto" foi se apagando e migrando para o simples compartilhamento de dados governamentais pela internet. Frente a este distanciamento entre as justificativas para abertura de dados e as práticas reais observadas nos governos, os autores defendem que o título de "governo aberto" tem sido aplicado a qualquer uso de tecnologia por parte do poder público e nesse sentido todos os tipos de governos podem fazê-lo por todos os motivos.

Estendendo o conceito aos dados governamentais, a expressão "dados governamentais abertos" se aplica tanto a dados que fazem do governo mais aberto ou mais responsivo à prestação de contas, ou, a dados politicamente neutros que são facilmente reutilizáveis mesmo que eles não tenham nada a ver com a prestação de contas ou transparência pública.

Após essa breve problematização, cabe agora descrever em detalhes o objeto de estudo dessa pesquisa, delimitando as definições dos conceitos de Transparência pública e Governo aberto e suas distinções.

Transparência pública e Lei de Acesso à Informação

Transparência designa a propriedade física de permitir que se veja através, livre de opacidades. Quando aplicada aos órgãos públicos, significa a capacidade das instituições apresentarem claramente seu funcionamento, atuação e fluxos de informação, permitindo ao cidadão enxergar para além de suas estruturas.

Algumas pesquisas tem mensurado a transparência a partir de métodos quantitativos⁴¹ enquanto outras buscam medir a transparência a partir da existência de regras e instituições⁴². Nesta última linha, pesquisadores tem utilizado a lei de acesso à informação como principal indicador de transparência⁴³.

Condição básica para o *accountability* (compreendido como a capacidade de prestação de contas dos governos para a sociedade) e o *responsiveness* (capacidade de resposta do governo sobre suas ações para a sociedade), a transparência consiste em uma das principais normas democráticas, fundamental para a construção do regime democrático e sua consolidação. Uma das principais características da democracia é a

⁴¹ Bellver e Kaufmann, 1995; Rosendorff e Doces, 2006; Hollyer, Rosendorff e Vreeland, 2001, dentre outros

⁴² Berliner (2014, 2013), Grigorescu (2002 e 2003), Kasuya (2012), Stubbs (2011), dentre outros

⁴³ Macedo, 2014

capacidade dos governos de informar o público sobre suas ações e intenções, bem como oferecer mecanismos mediante os quais possa ser monitorado e também punido pela sociedade. Portanto, a democracia depende de *accountability* e de *responsiveness* para se realizar efetivamente, e estes, por sua vez, dependem da transparência. O aumento da transparência também gera o aumento da confiança do público no governo e no sistema democrático, o que é fundamental para a sobrevivência da democracia⁴⁴.

As leis de acesso à informação são consideradas uma ferramenta que garante maior transparência dos governos, já que possibilitam "romper com a cultura do sigilo e estimular o controle social ativo"⁴⁵. Se por um lado elas possuem um potencial democratizante muito grande, já que não restringem nem o objeto de controle, nem quem quer controlar⁴⁶, por outro também podem ser usadas pela própria burocracia e pelos políticos para questionar o próprio governo⁴⁷. Hoje, mais de 100 países⁴⁸ no mundo possuem normas que regulamentam e garantem o direito de acesso à informação pública, a maioria tendo sido adotadas a partir dos anos 2000.

É importante lembrar que o direito à informação é garantido por diversos organismos internacionais. O artigo 19 do Pacto internacional dos Direitos Civis e Políticos⁴⁹ é talvez o mais contundente na garantia deste direito:

Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão; esse direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha⁵⁰

Mas o ano de 1999 é visto por pesquisadores do campo⁵¹ como um ano a partir do qual a transparência se tornou alvo de campanha internacional. Foi este o ano da Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão e quando a liberdade de informação e a liberdade de expressão começaram a ser vistas como duas faces da mesma moeda, ou seja, à medida que se ampliava a profundidade e a amplitude de conhecimento

⁴⁴ Grigorescu, 2002: 60; Grigorescu, 2003: 644 apud Macedo, 2014.

⁴⁵ Alves, 2011, p. 121

⁴⁶ Salgueiro, 2005

⁴⁷ O acompanhamento da CGU sobre os solicitantes de pedidos de acesso à informação demonstra que 10% são servidores públicos.

⁴⁸ Segundo o RTI-Rating são 102 países no mundo que possuem Leis de Acesso à Informação. <http://new.rti-rating.org/country-data> Acesso em 2 de abril de 2015.

⁴⁹ O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos foi adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966.

⁵⁰ O Decreto 592 de Julho de 1992 regulamenta o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos no âmbito nacional mantendo seus artigos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm. Acesso em março de 2015.

⁵¹ Michener, 2010

do indivíduo, o mesmo poderia melhor se expressar⁵².

Michener (2010) identifica alguns fatores que podem ter influenciado a adoção ou não de Leis de acesso à informação, como por exemplo a racionalização dos sistemas de informação junto à expansão da Internet, acordos internacionais e pressão de instituições financeiras globais além, é claro, das políticas restritivas de justificativa anti-terrorista⁵³.

No Brasil, a Lei 12.527/2011 regulamenta o acesso à informação que já estava previsto na Constituição Federal de 1988 em três passagens, como veremos a seguir:

- no inciso XXXIII do artigo 5º que diz "é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão" e seu inciso XXXIII que declara que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;"
- O artigo 37 que estabelece os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência aos órgãos da administração pública e seu inciso II do § 3º que declara que "o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII
- Por fim, o artigo 216 que estabelece a constituição do patrimônio cultural brasileiro como formada pelos "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico e seu §2º que estabelece que "cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem".

⁵² Bertoni, 2011 apud Rodrigues, 2013

⁵³ Rodrigues, 2013 p.25

Cabe notar uma distinção importante que se faz presente no entendimento do objeto em que se aplica a Lei de Acesso à Informação: a Constituição Federal prevê como objeto não só os registros administrativos e as informações sobre atos de governo como também toda documentação governamental acerca dos bens materiais e imateriais, expandindo o objeto do direito de acesso à informação, ou seja, já amplia o escopo de aplicação da Lei entendendo que toda a informação sob a guarda do Estado deve ser pública.

Em 2011, a presidenta Dilma sancionou a Lei de Acesso à Informação (LAI) que obriga as instâncias governamentais de todas as esferas de poder disponibilizarem informação primária, íntegra, autêntica e atualizada sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos. (Lei 12.527/2011, art. 7, IV a VII). Apesar destas informações não revelarem boa parte das atividades do Estado - suas dinâmicas de poder e estruturas de governabilidade - elas apresentam, em alguma medida, o comportamento dos órgãos governamentais e suas idiossincrasias, ou seja, o que seus burocratas e representantes produzem e que pode ser expresso em dados, registros e documentos.

Uma das problematizações que serão melhor exploradas adiante trata do objeto da Lei de Acesso à Informação, cuja delimitação refere-se especificamente aos dados que refletem o comportamento do governo. Como veremos a seguir, a delimitação do escopo de dados será ampliada quando tratarmos do conceito de Governo Aberto, expandindo-se para o comportamento da população, como por exemplo a abertura das estatísticas de utilização do Sistema Único de Saúde⁵⁴ por meio da intensificação do uso do Cartão Nacional de Saúde.

A Lei de Acesso à Informação brasileira é considerada, tecnicamente, uma das melhores do mundo, estando em 15º lugar em um ranking mundial que mede a força legal destas leis, o *Right-to-Information Rating*⁵⁵.

Alguns pesquisadores consideram a LAI um avanço no processo democrático já

⁵⁴ Compromisso 3.11. do Segundo Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto. Disponível em: www.governoaberto.cgu.gov.br/.../2015Relautoavaliacaoint2Plano.pdf Acesso em: 10 de setembro de 2014.

⁵⁵ O *Right to Information Rating* avalia a qualidade das Leis de Acesso à Informação com base em 61 indicadores, como por exemplo, o escopo de abrangência da Lei, os procedimentos de solicitação de informação, as exceções e recusas de informação, sanções e proteções, entre outros. Disponível em <http://www.rti-rating.org/>. Acesso em 28 de fevereiro

que permite a redução da assimetria informacional⁵⁶ entre governantes e governados, donde se criaria um melhor posicionamento dos cidadãos e suas organizações no debate público⁵⁷. Além disso, legitima a utilização de meios de comunicação viabilizados através da tecnologia da informação para disponibilização de dados online, a realização de consultas e pedidos e acesso aos dados públicos proporcionando aos cidadãos usuários destas tecnologias mais agilidade na solicitação das informações.

Constata-se, portanto, que a LAI constitui um avanço em termos de direitos civis e de redução da assimetria informacional entre cidadãos e Estado. O fim da cultura do sigilo no Brasil também é um marco na democracia brasileira que, marcada por um regime ditatorial por décadas, produziu uma indissociação entre o sigilo e o segredo. Embora a LAI esteja longe de alcançar sua plena efetividade⁵⁸, abre-se um caminho para que os cidadãos exerçam esse direito e pressionem cada vez mais o governo na direção de garantir o acesso pleno às informações de interesse coletivo e dos cidadãos individualmente.

Governo aberto

De acordo com Robinson e Yu (2012) a expressão "governo aberto" foi utilizada pela primeira vez em 1950 nos debates da votação da *Freedom of information Act* referindo-se à divulgação de informações governamentais sensíveis, o que ainda era visto como um obstáculo para a mentalidade pós-guerra que imperava.

A definição de um governo aberto tem origem no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando o governo federal dos Estados Unidos encontrava-se numa situação de total opacidade. Os servidores públicos norte-americanos haviam se acostumado às restrições de circulação de informação impostas pela situação de guerra e não estavam dispostos a ter suas atividades e operações abertas ao público, à imprensa ou

⁵⁶ os autores articularam o surgimento das leis de acesso à informação com o conceito de Gestão Social e iluminado pela teoria habermasiana da ação comunicativa, na medida em que possibilita a redução da assimetria informacional entre governantes e governados, criando condições para um diálogo mais franco e menos desigual nas relações entre governos e movimentos sociais e governo e indivíduos em torno de políticas públicas e atividades reguladas pelo Estado.

⁵⁷ Angélico e Teixeira, 2012

⁵⁸ Pesquisa da FGV entre 55 órgãos públicos das três esferas de poder (Executivo, Legislativo, Judiciário) e dos níveis Federal, Estadual e Municipal constatou que de modo geral apenas 67% dos pedidos de acesso à informação são atendidos de forma satisfatória. <http://transparenciaaudit.net/pt-br/node/51>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

a outras instituições governamentais.⁵⁹

Mas a opacidade não era exclusiva do período de guerra, a legislação que controlava a publicidade das informações governamentais, precedente à Segunda Grande Guerra, já garantia aos servidores a guarda de documentações governamentais ao acesso público.

A pressão para a abertura de arquivos e dados governamentais foi capitaneada pela imprensa entre os anos de 1945 e 1955 e finalmente entrou para o debate no Congresso dez anos depois, juntamente com o Ato pela Liberdade de Informação (*Freedom of Information Act*)⁶⁰. Mais precisamente, a expressão nasceu em 1957, no artigo “*The Open Government Principle: Applying the Right to Know Under the Constitution*” que não sugere uma expressão definitiva para o termo mas define "governo aberto" como um governo que tem responsabilidade pública e cuja informação está disponível para os cidadãos.

O referido artigo estava imbuído de um objetivo claro que era a assinatura do *Freedom of Information Act* em 1966 e que colocaria os Estados Unidos numa posição pioneira em relação ao estabelecimento de direitos assegurados aos seus cidadãos e de se concretizar como uma sociedade aberta.

Depois da consolidação do *Freedom of Information Act* as decisões da corte norte-americana passaram a referir-se ao termo “*open government*” para designar transparência pública⁶¹.

No ano de 2009 o governo Obama circulou um memorando intitulado “*Transparency and Open Government*” a todos os chefes de departamentos executivos e agências. O presidente chamava os representantes do poder executivo a trabalharem para assegurar a confiança e estabelecerem um sistema de transparência, participação pública e colaboração. A abertura visava fortalecer a democracia e promover eficiência e efetividade ao governo⁶².

Em 2011, após três anos do memorando de Obama, o pacto criado a partir do *Open Government Partnership*⁶³ (Parceria de Governo Aberto ou OGP), liderado pelo governo norte-americano, passou de 7 para 68 países que aderiram aos compromissos de ampliação da transparência, maior participação cidadã, ampliação do uso de tecnologias e

⁵⁹ Robinson e Yu, 2012 p. 184

⁶⁰ Ibidem, p. 185

⁶¹ Ibidem

⁶² Silva, 2012

⁶³ <http://www.opengovpartnership.org/>

inovação e da capacidade de prestação de contas.

O OGP tem trabalhado a partir da implementação de planos de ação bienais junto aos países membros, acordados com os gestores públicos e sociedade civil dos respectivos países e avaliados por observadores independentes. O OGP também agrega manuais de orientação aos gestores públicos locais e organizações não governamentais para a implementação de tais políticas. Os manuais são divididos em temas como por exemplo: orçamento, proteção ao consumidor, eleições, meio ambiente, indústria extrativista, terra, construção civil, polícia e segurança pública, serviços públicos, direito à informação, dados abertos governamentais, entre outros. Desenvolvido pelo "*Transparency and Accountability Initiative*" o Manual também prevê ações para diferentes níveis de desenvolvimento dos países em termos das práticas de abertura governamental.

Se a Lei de Acesso à Informação transita no campo da garantia de direitos, as diretrizes no âmbito da OGP compreenderem a abertura dos dados públicos como um dispositivo para ampliação da fiscalização e participação cidadã além da extração de valor econômico e comercial dos dados. Neste sentido, as orientações da LAI e da OGP em relação ao formato dos dados disponibilizados apresentam suas particularidades como veremos a seguir:

A LAI estabelece como requisitos mínimos a possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos; o acesso automatizado por sistemas externos em formato aberto, estruturados e legíveis por máquina; a garantia de autenticidade e integridade da informação; e a atualização das informações disponíveis para acesso. (art. 8º). Tais padrões visam possibilitar a reutilização dos dados em aplicativos e plataformas externas às páginas dos órgãos públicos.

As iniciativas de dados abertos aprofundam esses princípios fornecendo mais parâmetros mais objetivos para o gestor público. O Portal de Dados Abertos⁶⁴, por exemplo, utiliza o conceito elaborado por um grupo de trabalho formado por 30 pessoas que se reuniram em 2007 para estabelecer oito princípios básicos de definição dos dados abertos. Segundo este grupo, para ser considerado um dado governamental aberto, os dados devem cumprir os seguintes requisitos⁶⁵:

- Completos: todos os dados públicos são disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, incluindo, mas não se limitando a, documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais.

⁶⁴ Disponível em: <http://dados.gov.br>. Acesso em 23 março de 2015

⁶⁵ Disponível em <http://dados.gov.br/dados-abertos/> Acesso em 10 de março de 2015.

Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.

- Primários: os dados são publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.
- Atuais: os dados são disponibilizados o quão rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.
- Acessíveis: os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.
- Processáveis por máquina: os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.
- Acesso não discriminatório: os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.
- Formatos não proprietários: os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.
- Livres de licenças: os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

A LAI incorpora alguns dos princípios de dados abertos e o Brasil os adota em outros âmbitos como, por exemplo, no próprio Portal de Dados Abertos do Governo Federal. Todavia, o Brasil ainda não possui uma regulamentação própria para dados governamentais abertos⁶⁶, recaindo sobre a Lei de Acesso à Informação versar sobre o formato e características dos dados. Uma análise comparativa indica que os princípios dos dados abertos são mais avançados no que diz respeito à delimitação técnica e à formalização do uso e reuso dos dados por diferentes grupos e para diferentes interesses. Em relação ao princípio de atualidade, por exemplo, enquanto a Lei de Acesso à informação solicita que o órgão “mantenha atualizadas as informações disponíveis para acesso”, os princípios de dados abertos tem um entendimento mais assertivo sobre o que seja atualidade, definindo que “os dados são disponibilizados o quão rapidamente seja necessário para preservar o seu valor”.

⁶⁶ O decreto que institui o Plano Nacional de Governo Aberto não define a característica dos dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm Acesso em 12 de março de 2015

Um pequeno levantamento entre alguns países identificou diferentes volumes de bases de dados disponibilizadas oficialmente pelo governo. O México e o Reino Unido são reconhecidamente países que tem avançado muito nessa questão, não é a toa que disponibilizam altos volumes de dados se comparados aos demais países analisados, entre eles, o Brasil.

Tabela 2 - Quantitativo de bases de dados disponíveis por país

País ⁶⁷ e Rating de acordo com o rti-rating.org	Quantidade de bases de dados disponíveis nos portais de Dados Abertos	Endereço do Portal
Brasil	987 conjuntos de dados	dados.gov.br
Chile	36 conjuntos de dados	transparenciaactiva.presidencia.cl
México	5.9024.931 dados	portaltransparencia.gob.mx
Reino Unido	20.435 conjuntos de dados	
África do Sul	34 conjuntos de dados	southafrica.opendataforafrica.org
Índia	3.527 conjuntos de dados	data.gov.in

Fonte: levantamento próprio nos portais dos respectivos países

Tanto as leis de acesso à informação quanto as campanhas por “governo aberto” vem ganhando espaço nas democracias ao redor do mundo definindo padrões mínimos de efetividade das leis de acesso e de práticas legais e tecnológicas que impulsionam a abertura dos dados governamentais.

Conforme analisado nesse mesmo capítulo, é preciso distinguir os dados que são objeto de cada ferramenta: a LAI tem por objeto predominantemente os dados sobre o comportamento do governo enquanto o governo aberto amplia seu enfoque cobrindo também os dados sobre comportamento da população.

Dados Governamentais Abertos

⁶⁷ Selecionamos os países dos 5 continentes com melhor classificação no Right-to-Information Rating. Quanto maior a pontuação (número entre parênteses ao lado do nome do país), melhor a posição do país no ranking.

Os dados governamentais, sejam eles obtidos por meio da LAI ou sejam baixados nos Portais de Dados Abertos, são dados brutos, primários que necessitam ser processados, analisados, estudados, comparados, para que seja possível produzir estatísticas, formular questões, enfim, produzir informação a ser divulgada e disseminada.

Tais dados possuem usuários cuja atividade social ou comercial depende ou é baseada na solicitação de informações governamentais ou no uso de bases de dados públicas. Por exemplo o jornalismo investigativo ou o jornalismo guiado por dados⁶⁸ ou empresas cujo negócio depende de dados que estão sob a posse da administração pública, como por exemplo

Não foram encontradas pesquisas mais aprofundadas sobre a utilização dos dados abertos governamentais e seus usuários. Um reflexo disso é a existência de fundos internacionais⁶⁹ para tal que tais pesquisas sejam desenvolvidas. Embora essa pesquisa não tenha encontrado fôlego para tal, uma investigação futura a ser realizada como continuidade desse trabalho seria o mapeamento os usuários dos dados governamentais abertos no Brasil e os usos e impactos que os dados governamentais abertos estão proporcionando, ou em que medida estão alcançando de fato as prerrogativas como maior *accountability*⁷⁰ e maior participação social.

Essa pesquisa identificou como um dos primeiros intermediários entre os dados governamentais abertos e os cidadãos de que se tem notícia surgiu em 1995 nos Estados Unidos: o OpenSecrets.org⁷¹, um *website* que permite ao usuário buscar e analisar os dados sobre financiamento de campanhas eleitorais. Um outro exemplo mais recente é o GovTrack.us⁷² lançado em 2004 e que permite o acesso aos dados legislativos do Congresso.

O Brasil não fica muito atrás. A ONG Transparência Brasil⁷³, fundada em 2000 por um grupo de indivíduos e organizações não-governamentais desenvolveu duas importantes plataformas que dão mais transparência aos processos políticos brasileiros, o projeto “Excelências⁷⁴”, que acompanha a performance dos parlamentares em termos de

⁶⁸ Para mais informações <http://datadrivenjournalism.net/>

⁶⁹ Organizações internacionais como Omydiar Foundation, OECD e Ford Foundation possuem linhas de financiamento de Governo Aberto cujo enfoque é a obtenção de informações sobre uso e impacto de dados governamentais do ponto de vista social, cultural, econômico e político.

⁷⁰ *Accountability* é uma palavra de difícil tradução para o português pois significa ao mesmo tempo prestação de contas e capacidade do Estado em responder seus cidadãos.

⁷¹ www.opensecrets.org

⁷² www.govtrack.us

⁷³ www.transparencia.org.br/

⁷⁴ www.excelencias.org.br

propostas votadas, assiduidade, gastos e situação com a Justiça, e o projeto “Às Claras”⁷⁵ que, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral, disponibiliza informações sobre o financiamentos das campanhas de cada candidato.

Esses exemplos remetem a uma primeira modalidade de utilização dos dados governamentais abertos que priorizam a fiscalização e monitoramento das atividades dos representantes parlamentares.

Contudo, este não parece ser o uso prioritário das informações governamentais como demonstra o Relatório da Controladoria Geral da União⁷⁶ sobre as estatísticas de pedido de acesso à informação.

De acordo com o relatório, foram realizados 90 mil pedidos de acesso à informação ao poder executivo Federal dos quais 99% foram respondidos. Ao todo, 51.207 solicitantes enviaram perguntas aos órgãos da administração pública federal acerca de temas como (i) administração pública, (ii) economia e finanças, (iii) ciência, informação e comunicação, (iv) educação, (v) previdência social, (vi) pessoa, família e sociedade (vii) defesa e segurança nacional.

Outro dado interessante diz respeito à concentração dos solicitantes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com 25% e 13% respectivamente. A distribuição de gênero é também significativamente desigual, sendo 55% dos pedidos realizados por homens e 40% realizados por mulher (5% não informado). O perfil educacional nos mostra que 38% dos solicitantes tem ensino superior e que apenas 5% tem somente o ensino fundamental. Por fim, em termos de ocupação, 20% não se considerou enquadrado nas opções sugeridas pelo formulário do e-Sic, mas 17% se declararam empregados do setor privado, 12% estudantes, 11% não informaram, 10% são servidores públicos federais e 7% profissionais livres ou autônomos. Interessante notar que apenas 1,47% declararam-se jornalistas e apenas 0,33% membros de ONG nacional.

Essa mesma pesquisa solicitou ao Portal de Dados Abertos do Governo Federal informações sobre quantidade de acesso e bases de dados mais acessadas, mas até o dia 26 de março não obteve resposta.

Como dissemos anteriormente, são os intermediários os responsáveis por produzir informação a partir dos dados governamentais e, eventualmente, fazer a tradução necessária dos termos técnicos utilizados pela burocracia estatal em seus materiais -

⁷⁵ www.asclaras.org.br

⁷⁶ Disponível em: http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/relatorios_estatisticos.html Acesso em: 11 de dezembro de 2014.

contratos e planilhas, por exemplo. Estudos⁷⁷ recentes recomendam que esta tradução seja feita pela sociedade civil garantindo mais isonomia e isenção das interpretações realizadas.

Alguns tipos de intermediários que se tem conhecimento utilizam com frequência os dados governamentais abertos, como por exemplo aqueles associados aos serviços de Jornalismo investigativo e o Jornalismo de Dados.

A Agência Pública⁷⁸ por exemplo, atua a partir da investigação utilizando-se da Lei de Acesso à Informação como ferramenta para obtenção de fatos jornalísticos. Em 2014, fez uma reportagem⁷⁹ sobre os gastos com educação nas cidades-sede da Copa e para tal fez pedidos de acesso à informação com base na Lei 12.527/2011 tanto ao Ministério da Educação quanto ao CGU que apresentaram dados diferentes demonstrando que não existe um critério único para apresentar os dados de orçamento em educação. De modo geral, apesar de não figurar entre os perfis que mais utilizam a Lei de Acesso à Informação, sabe-se que os jornalistas tem utilizado tal ferramenta em complementação às suas outras estratégias investigativas. Nesse caso, há grande possibilidade de sua identificação ser velada, ou seja, não se apresentarem como jornalistas de modo a aumentar a chance de receberem a informação sem causar suspeita por parte do órgão público que fornece a informação.

Ainda no âmbito do Jornalismo, os grandes jornais da imprensa marrom também embarcaram no uso de dados como serviço aos seus leitores. O jornal O Estado de S. Paulo, por exemplo, lançou o Estadão Dados⁸⁰, que traz ferramentas de visualização de dados a partir de bases de dados públicas, como por exemplo o perfil dos eleitores (disponibilizado pelo TSE), ou outros dados como "taxas de homicídio na capital São Paulo por bairro" entre outros dados coletados a partir do Censo 2010 e elaborados pelo Ibope a pedido do Jornal.

Há também organizações da sociedade civil cujo tema de trabalho e estudo é a transparência e o acesso à informação, como por exemplo a já citada ONG Transparência Brasil, a organização inglesa internacional Artigo 19⁸¹, que trabalha o acesso à

⁷⁷ Brito, et al. 2014.

⁷⁸ A Agência Pública aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência. Nossa missão é produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos. Disponível em: apublica.org Acesso em: 23 de abril de 2015.

⁷⁹ Disponível em: <http://apublica.org/2014/04/bicho-de-sete-cabecas/> Acesso em 29 de novembro de 2014.

⁸⁰ <http://blog.estadaodados.com/>

⁸¹ www.artigo19.org

informação no âmbito da liberdade de expressão e o INESC⁸². Tais organizações promovem levantamentos de atendimento à Lei de Acesso à Informação e à política de dados abertos pelos órgãos públicos. Além disso, trabalham em rede com outras organizações e movimentos sociais para a ampliação da efetividade da Lei de Acesso à Informação.

Outra modalidade de organizações que se utilizam dos dados governamentais abertos e da Lei de acesso à informação são organizações da sociedade civil que atuam com temas como a violência policial (Instituto Sou da Paz⁸³) a violação de direitos humanos (Conectas⁸⁴ e Anistia Internacional⁸⁵, Justiça Global⁸⁶). Nesse caso a abertura de dados sobre criminalidade e as estatísticas de atuação policial são fundamentais para o embasamento de campanhas pelo desarmamento, pela redução do genocídio de jovens negros nas favelas entre outros temas.

Recentemente, antenadas nesse processo de abertura de dados governamentais, vimos o nascimento de organizações especializadas em coleta e tratamento de grandes bases de dados, como por exemplo o coletivo Transparência Hacker⁸⁷, que promoveu uma série de Maratonas Hackers junto a órgãos públicos convocando hackers e desenvolvedores para o tratamento e sistematização de dados fornecidos por tais órgãos. A Câmara dos Deputados Federais também desenvolveu um projeto pioneiro que pretende trabalhar na liberação de dados governamentais nos formatos apropriados para uso e re-uso. Trata-se do LabHacker⁸⁸ Câmara dos Deputados, que também promoveu diversas Hackathons sob diferentes temas, a mais recente sobre gênero e cidadania.

Para além do viés jornalístico e cidadão do uso de dados governamentais apresentados nos exemplos citados até agora, sabe-se que há o interesse comercial sobre os dados governamentais abertos demonstrado pelo surgimento de aplicativos e plataformas de prestação de serviços que se utilizam de dados governamentais abertos como base de dados que é sistematizada e processada para ser visualizada pelo usuário de uma forma mais prática e interativa.

⁸² www.inesc.org.br

⁸³ www.soudapaz.org

⁸⁴ www.conectas.org

⁸⁵ <http://anistia.org.br>

⁸⁶ www.global.org.br

⁸⁷ www.thacker.com.br

⁸⁸ <http://www2.camara.leg.br/transparencia/laboratorio-hacker>

A abertura que vem de baixo para cima: os casos das Revoltas Globais e seus desdobramentos contemporâneos

A chamada Revolução das Painéis na Islândia foi o acontecimento que precedeu o ciclo de manifestações que se iniciou em 2011. Após um colapso financeiro que assolou o país, os islandeses foram para as ruas e "exigiram a renúncia do governo e realização de novas eleições. Além disso, também pressionavam pela refundação da República, que se tornara corrupta, em sua visão, pela subordinação de políticos e partidos à elite financeira⁸⁹". Foi atribuído ao sigilo governamental a brecha para ocultação das manobras políticas e econômicas.

O que ocorreu na Islândia foi uma reformulação constitucional a partir de um processo colaborativo e online, formato que foi chamado de "wikiconstituição" já que foi elaborada literalmente via *crowdsourcing*, ou seja, colaborativamente e a partir de um grupo variado de cidadãos. Interessante notar que um dos pilares da constituição é justamente o princípio de livre acesso à informação, que é afirmado enfaticamente: "a lei deve garantir o acesso público a todos os documentos coletados ou manipulados por entidades públicas"⁹⁰.

Os protestos espanhóis iniciados no ano de 2011, também conhecidos como *15M* ou *Indignados* se organizaram a partir das redes sociais, especialmente o *twitter*, e no dia 15 de maio de 2011 tomaram as ruas de 58 cidades espanholas.

No final da manifestação em Madrid, os manifestantes foram para a Puerta del Sol, uma praça simbólica da cidade, e passaram a noite debatendo o significado de "democracia real". Então decidiram que não sairiam da Puerta del Sol até que chegassem a um consenso sobre esse significado - um processo demorado, como se revelou⁹¹

O Manifesto original do movimento atribui a preocupação e indignação dos cidadãos comuns à corrupção dos políticos, empresários e banqueiros. A sociedade desenhada pelo manifesto⁹² é uma sociedade justa e igualitária, com livre acesso à cultura, sustentabilidade ecológica, desenvolvimento, e onde as pessoas vivem felizes e em bem-estar. Para tal, o manifesto do 15M projeta uma democracia real, ou seja, que deveria:

[...] levar a voz dos povos às instituições, facilitando a participação política cidadã, que procure estabelecer o maior benefício para o grosso da sociedade, e não o crescimento e enriquecimento nas costas do povo atendendo aos grandes

⁸⁹ Castells, 2013, p.36

⁹⁰ Ibidem, p.36

⁹¹ Ibidem, p.88

⁹² Disponível em: <http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/> Acesso em: outubro de 2014

poderes econômicos e políticos encabeçados pelo PPSOE⁹³.

As pesquisas⁹⁴ de opinião sobre o 15M disponibilizadas por Castells (2013) em seu livro "Redes de indignação e esperança" demonstram que os cidadãos espanhóis possuíam baixas expectativas sobre o potencial transformador do movimento, mas concordavam com as propostas e ideias defendidas por ele. Uma das pesquisas apresentadas no livro testa, a partir de uma escala⁹⁵ de 1 a 10, o nível de concordância dos entrevistados a partir de algumas afirmações. Os entrevistados concordam em 9,3 (número superior às demais afirmações) que "a corrupção deve ser combatida pela implementação de regras visando à total transparência política", o que sugere que a opacidade das instituições políticas seja a causa da corrupção.

Tanto nos manifestos e propostas das organizações emergentes desse processo de formação e construção do 15M quanto nos partidos espanhóis que nasceram deste processo - o *Podemos* e o *Partido X* - é possível enxergar demandas de renovação democrática que são muito mais radicais e profundas do que a simples transparência das instituições, contudo, essa premissa é encarada como meio para que se alcancem um modelo representativo mais eficiente, é um pilar essencial deste processo.

Em recente artigo⁹⁶ sobre o novo partido espanhol, o *Podemos*, Boaventura de Souza Santos descreve como um de seus aspectos: "a transparência e a prestação de contas têm de ser totais" e continua "*Podemos* é uma versão particularmente feliz e potencialmente mais eficaz de inovações políticas que têm surgido em diferentes partes do mundo, tendo por pano de fundo o inconformismo perante o esvaziamento da democracia representativa provocado pela corrupção e pela captura dos partidos de governo pelo capital."

O *Partido X*, por sua vez, é uma proposta de testar a democracia deliberativa pela internet, de forma a garantir a participação plenamente consciente dos cidadãos no processo de tomada de decisão por consulta, mas ainda dentro de um modelo representativo. Seu programa de governo foi concebido a partir de 4 pontos que dão subsistência ao modelo democrático pensado pelo partido: (i) governo sob controle cidadão e poder legislativo cidadão, (ii) referendos obrigatórios e vinculantes, (iii) direito

⁹³ idem

⁹⁴ Castells, 2013, p.93. Pesquisa disponível em <http://simplelogica.com/iop/iop11002.asp>

⁹⁵ onde 1 é discordância total e 10 concordância total

⁹⁶ SANTOS, B. S. Boaventura examina a "onda Podemos". Disponível em: <http://outraspalavras.net/destaques/boaventura-examina-a-onda-podemos/>. Acesso em 18 de dezembro de 2014.

à voto real e permanente e (iv) transparência na gestão pública.

Uma das iniciativas do primeiro candidato do *Partido X*, Hervé Falciani trata justamente do compromisso com o controle dos fluxos financeiros, da corrupção e dos privilégios dos paraísos fiscais europeus. O projeto denominado "Radar Financeiro" visa combater a corrupção, considerada pelo *Partido X* como um elemento prejudicial à eficiência econômica.

Assim como o *Podemos*, o *Partido X* também é comprometido com sua transparência financeira e sob o programa denominado "Cuentas Claras" divulga suas receitas e gastos. No filme de divulgação do *Partido X*, o "partido do futuro", a proposta apresentada é a de uma democracia combinada entre os modelos representativos (reformado) e a democracia direta, visando a eliminação dos intermediários entre governo e cidadão.

Outro movimento que a ser analisado em termos de demandas por mais democracia e as sugestões dos meios de como se chegar numa democracia mais "real" é o *Occupy Wall Street*, cujo mote mais marcante - "nós somos 99%" - referia-se ao padrão de distribuição de riquezas norte-americano em que os 1% mais ricos detinham 9% da riqueza em 1976 passando para 23,5% em 2007⁹⁷.

A característica marcante deste movimento foi a ocupação do espaço público como oportunidade de convivência, interação face a face, compartilhamento de experiências entre os cidadãos norte-americanos. Para Castells, o "mais decisivo na avaliação do efeito político de um movimento social é seu impacto sobre a consciência das pessoas"⁹⁸ pois é a partir dos debates gerados pelo movimento que a mídia, celebridades e mesmo a classe política comenta ou responde às imparcialidades e injustiça do sistema, e desta forma as valida.

A oposição 99% e 1% deflagrada a partir do movimento *Occupy Wall Street* tomou esta dimensão e abriu um debate em torno desta discrepância. Segundo o instituto *Pew Research*,⁹⁹ mencionado na obra de Castells, embora a maioria dos apoiadores do movimento *Occupy* não seja crítica ao capitalismo em si, eles são conscientes sobre a influência do capitalismo financeiro nas decisões do governo.

Um dos nós na rede dos movimentos *Occupy* chama-se *Occupy Data*¹⁰⁰, uma

⁹⁷ Castells, 2013, p.117

⁹⁸ *Ibidem*, p.151-152

⁹⁹ <http://www.people-press.org/2011/12/28/little-change-in-publics-response-to-capitalism-socialism/> acesso em 20 de novembro de 2014

¹⁰⁰ <http://occupydatanyc.org/>

plataforma que preocupa-se em disseminar o uso dos dados à favor do movimento, promovendo *hackathons*¹⁰¹ e listando bases de dados interessantes que estão disponíveis.

É possível observar, portanto, uma recorrência da demanda por transparência e abertura também por parte das mobilizações pós Seattle, contudo, elas apontam para uma perspectiva mais abrangente de democracia, onde a gestão da coisa pública se dê de forma coletiva e colaborativa e não apenas para uma simples reforma possibilitada pela abertura e pela maior transparência.

¹⁰¹ Hackathons ou Maratona de dados são eventos geralmente de um dia em que desenvolvedores, programadores e hackers são convidados a desenvolver um aplicativo ou plataforma a partir de uma temática ou de uma base de dados.

Dois caminhos para analisar um fenômeno

Observa-se que as fundamentações utilizadas pelos pactos globais para abertura de dados governamentais utilizam a prerrogativa de uma democracia mais participativa onde a sociedade civil, em situação de maior simetria informacional em relação ao Estado, estaria empoderada a participar e opinar nas decisões governamentais.

Evidentemente que esse é um discurso superficial que pode ser classificado como peça de campanha para a abertura governamental já que é sabido que o aumento da participação cidadã na formulação de políticas públicas exige outras ferramentas de mobilização e participação que não só a divulgação de dados e informações governamentais.

Há um movimento que tende a se ampliar sem retroceder, e esse é o movimento da transparência e do governo aberto. Isso por que há um cenário no qual a abertura de dados se apresenta tanto como uma possível solução para a crise da democracia, especialmente dos governos liberais, quanto está incluído no repertório de reivindicações dos movimentos autônomos, os quais exigem transformações que põem em xeque os governos liberais.

Há uma frágil interseção entre os movimentos e os governos no que diz respeito à abertura e transparência, pois os usos - e principalmente os fins - que cada um aponta toma caminhos distintos.

Pelo viés biopolítico, a abertura governamental certamente não apontaria para uma Democracia da Multidão, pelo contrário, corrobora com o fortalecimento de dispositivos de segurança, aqueles em que o poder observa o ponto em que as coisas acontecem, uma evolução da disciplina e do controle.

Em ambos os casos, a abertura dos dados governamentais se coloca como um paliativo às crises de representação, da democracia ou como propulsor dos modelos econômicos do capitalismo cognitivo.

Para destrinchar essa frágil - ou falsa? - interseção, essa pesquisa utilizará duas lentes: a primeira, a lente que entende a Economia Informacional como um efeito inevitável da evolução da tecnologia e da Internet. Para tal, recorreremos aos pensadores da cibernética, aos surgimento da Internet e aos seus fenômenos de cooperação e vazamento como efeitos de uma sociedade enredada que produz e consome rastros digitais, como nas chamadas "cidades inteligentes", onde os dados são a base de regulação

dos cidadãos conectados.

A segunda lente, a da biopolítica, irá fazer a crítica a partir do entendimento do conceito foucaultiano de governamentalidade, a gênese de um saber político que colocaria no centro de suas preocupações a população como um conjunto de indivíduos e os mecanismos suscetíveis de assegurar sua regulação e o surgimento da Economia Política que supre o Estado de estatísticas para que ele (o Estado) cuide da normalização das curvas de mortalidade da população e coloca a vida como lugar central de seu governo.

As duas lentes escolhidas não são conflituosas e constituem dois ou mais campos de visão, permitindo distâncias focais diferentes sobre o objeto estudado. A lente da cibernética e a biopolítica se fundem na análise empreendida por Matteo Pasquinelli, onde utilizaremos para compreender a crítica ao uso de dados no que o pensador chama de "Sociedade de Metadados".

Capítulo 2 - A lente da Cibernética

Quando a ARPANET - precursora da Internet - ainda estava na sua infância, no Chile de Allende, um grupo de pesquisadores desenvolvia o Cybersyn, um “sistema de controle em tempo real capaz de coletar dados econômicos pela nação, transmitindo ao governo e combinando de forma a subsidiar decisões governamentais”¹⁰². O caso foi objeto de estudo de Eden Medina, que por mais de 10 anos pesquisou os arquivos dos projetos e entrevistou alguns de seus participantes. Influenciado por um ciberneticista inglês, o Cybersyn era o projeto de um computador governamental que regularia perfeitamente a produção das fábricas chilenas por meio de aparelhos de telex conectados em rede. O projeto se desfez juntamente com a derrota do governo Allende e nunca chegou a ser plenamente implementado. A experiência do Cybersyn fornece reflexões sobre como a visão de uma "máquina reguladora" da vida em sociedade esteve presente nos projetos governamentais desde os primórdios da criação da Internet, ou, do surgimento de computadores conectados em rede.

Assim como o projeto Cybersyn se desenvolvia num país da América Latina que experimentava o socialismo pela via democrática, nos Estados Unidos, pátria de Norbert Wiener, criador do conceito de cibernética, outros projetos emergiam a partir do desejo de defesa militar (no contexto da guerra fria) e do desejo de troca de conhecimento (no âmbito das universidades).

Os usos de desdobramentos das redes interconectadas em uma arquitetura aberta evidentemente tomaram caminhos distintos. Com a informatização da economia, houve a profusão de dados e registros acerca de todas as dimensões da vida em sociedade. Desde os dados oficiais dos governos, produzidos pelos seus sistemas informacionais até os rastros digitais¹⁰³ deixados pelos usuários de aplicativos em dispositivos móveis ou plataformas de redes sociais, toda a vida em sociedade parece estar produzindo e consumindo dados a todo momento.

A emergência dos dados como subsídio para inúmeras atividades desenvolvidas pelos governos é também efeito de um novo modelo de produção centrado na informação.

Nesta seção, iremos recorrer ao conceito de cibernética para procurar compreender o uso da tecnologia da informação e comunicação pelos governos não só do

¹⁰² Medina, 2011

¹⁰³ Bruno, 2012

ponto de vista gerencial mas do ponto de vista de controle e poder. Essa sociedade enredada onde seus cidadãos produzem dados que re-alimentam sistemas inteligentes interligados em tempo real dispara novas possibilidades de governança.

Faremos um retorno às origens da Internet a partir dos estudos cibernéticos e lá encontraremos modelos utópicos projetados pelos pensadores da década de 50.

As pesquisas de Henrique Antoun e Fabio Malini (2012, 2013, 2014) também servirão como guia para uma compreensão do uso da Internet a partir do ciberativismo e da cooperação em rede que geram fenômenos como o vazamento de informações sigilosas.

Por fim retomaremos algumas leituras sobre o modelo de produção que se instaurou a partir da disseminação da Internet (Sociedade em rede, Capitalismo informacional) e faremos um aprofundamento das acepções dos termos "aberto" e "livre" quando aplicado a "código", este que é um debate que nos ajudará na compreensão do adjetivo "aberto" aplicado também à concepção de Governo.

Dos estudos cibernéticos ao nascimento da Internet

O nome mais famoso associado à teoria cibernética é o de Norbert Wiener. Atribui-se a ele a invenção do conceito em 1948 nos Estados Unidos. Contudo, seria injusto designar exclusivamente à Wiener esta invenção quando se sabe que entre os anos de 1946 e 1953 ele integrou um grupo interdisciplinar de cientistas renomados¹⁰⁴ que fundou e consolidou a teoria cibernética: as Conferências Macy em estudos cibernéticos.

Wiener tem a definição mais objetiva deste conceito, descrito por ele como “controle e comunicação, no animal e na máquina”.¹⁰⁵ Utilizando-se de metáforas da engenharia e da biologia para descrever o comportamento de sistemas complexos, a visão de cibernética influenciou gerações de cientistas e inspirou pesquisas sobre como estender as habilidades humanas por meio das interfaces com a sofisticada eletrônica.

A cibernética pode ser pensada como uma teoria das máquinas mas ela busca o entendimento não das coisas, senão do comportamento das coisas. A cibernética não

¹⁰⁴ Arturo Rosenblueth, Gregory Bateson, Heinz von Foerster, John von Neumann, Julian Bigelow, Kurt Lewin, Lawrence Kubie, Lawrence K. Frank, Leonard Jimmie Savage, Margaret Mead, Molly Harrower, Paul Lazarsfeld, Ralph Waldo Gerard, Walter Pitts, Warren McCulloch e William Ross Ashby; além de Claude Shannon, Erik Erikson e Max Delbrück.

¹⁰⁵ Wiener, 1949

pergunta “o que é esta coisa?” mas “o que esta coisa faz?”¹⁰⁶.

Wiener explica a escolha do nome “cibernética” para este campo teórico do controle e da informação que em grego significa “timoneiro”.

Ao escolhermos esse termo, nós queríamos reconhecer que o primeiro artigo significativo sobre o mecanismo de feed-back foi sobre "governantes", publicado por Clerck Maxwell em 1868 onde esse "governante" deriva de uma corruptelado latim que significa "timoneiro"¹⁰⁷

Dois elementos da teoria cibernética são especialmente caros a esta pesquisa e serão retomados adiante. O primeiro deles é o conceito de feed-back, onde Wiener descreve:

[...] a diferença entre o padrão desejado de um determinado movimento e aquilo que foi performado na realidade. Esta diferença é utilizada como novo input para corrigir a diferença e levar o movimento a performar mais próximo do que fora programado¹⁰⁸.

Um exemplo bastante utilizado para o processo de feedback é o do termostato. O termostato é um dispositivo destinado a manter constante a temperatura de um determinado sistema através da regulação automática. O sensor indica a temperatura do ambiente e um outro mecanismo controla a variação e corrige os desvios, mantendo-o dentro de um intervalo desejado.¹⁰⁹ Se aplicado à interação entre agentes, esse mecanismo de feedback influenciaria a tomada de decisões, se ajustando às condições do processo de comunicação.

Outro aspecto dos estudos de Wiener que interessa a essa pesquisa diz respeito à capacidade de previsão a partir da estatística e das curvas.

Quando esses dois aspectos - feedback e previsibilidade - são aplicados à gestão pública, é possível pensar em um dispositivo que permite uma espécie de auto-regulação a partir de dados e estatísticas sobre o comportamento do governo e da população.

O surgimento das chamadas *smart cities* ou "cidades inteligentes" é a materialização desse conceito. Nas cidades inteligentes, o uso de tecnologias da informação como sensores, radares e *smartphones*, e a combinação da inteligência humana, coletiva e artificial são aplicados às esferas da inovação dos negócios, governança e infra-

¹⁰⁶ Ashby, 1970

¹⁰⁷ *In choosing this term, we wish to recognize that the first significant paper on feed-back mechanisms is an article on governors, which was published by Clerck Maxwell in 1868 and that governor is derived from a Latin corruption of "steers man. Tradução livre. WIENER, N. 1949 p.19*

¹⁰⁸ Wiener, 1948, p.13

¹⁰⁹ Termostato. Definição em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Termostato> Acesso em Março 2015.

estrutura urbana¹¹⁰. A profusão de dados sobre os cidadãos e o governo aplicados a dispositivos móveis geram informações que, em processo de feedback, reorganizam o governo e seus cidadãos num movimento de auto-regulação.

O futuro da automação dos processos produtivos é desenhado por Wiener como um futuro paradoxal onde se acomodam a fábrica automática que pode vir a ser "a fonte do ócio necessário para o pleno desenvolvimento cultural do homem"¹¹¹ mas por outro lado a produção de resultados ruinosos, como uma situação de desemprego e recessão.

Nós contribuimos para o início de uma nova ciência que pode proporcionar desenvolvimento tecnológicos com grandes possibilidades de fazer o bem ou o mal."¹¹².

Mas se Wiener tinha um olhar pragmático para o desenvolvimento da cibernética, este não é o caso de Vilém Flusser, cuja visão de uma "Sociedade Telemática" é talvez um pouco mais otimista.

A seleção destes dois autores não se deu por acaso. Norbert Wiener é considerado o pai da cibernética, nos Estados Unidos, já Vilém Flusser é um filósofo oriundo da república checa, mas que viveu e ensinou no Brasil por 32 anos. A partir de seus estudos cibernéticos ambos vislumbravam na década de 50 e 60 uma sociedade futura conectada em rede. Para Wiener, os dispositivos de feedback e de curvas estatísticas passíveis de traçar previsões poderia ser aplicado a qualquer campo de estudo: biologia, psicologia, química, entre outros¹¹³. Para Flusser e sua "Sociedade Telemática" a possibilidade de indivíduos conectados em rede transformaria para sempre a subjetivação do sujeito no mundo¹¹⁴.

Flusser desenvolve o conceito de "Sociedade Telemática" baseado na teoria dos sistemas e na cibernética em oposição à "Sociedade de Massa". Na Sociedade Telemática flusseriana todos os homens são sinapses de uma sociedade enredada e estariam engajados numa gigantesca conversação em rede. O conceito fundamental dessa sociedade telemática é a informação, e seu modelo metafórico, o cérebro.

Um outro aspecto interessante do pensamento flusseriano é aquele que o conecta aos sistemas disciplinares foucaultianos. Em artigo publicado na revista "Flusser

¹¹⁰ Smart City. Definição em: http://en.wikipedia.org/wiki/Smart_city. Acesso em 14 de abril de 2015

¹¹¹ Wiener apud Dantas, 2006, p.97

¹¹² We have contributed to the initiations of a new science which, as I have said, embraces technological developments with great possibilities for good and for evil. Wiener, 1948, p.38

¹¹³ Wiener, 1949

¹¹⁴ Flusser, 2011

Studies"¹¹⁵, Gochenour (2005) faz isso a partir da comparação entre a tendência que os sistemas tem de forçar a estabilidade com a dimensão comportamental de seus membros num sistema disciplinar, onde os sistemas de conhecimento delimitam a posição que o sujeito pode ocupar e os meios de "corrigir" comportamentos errados ou em desvio.

Gochenour também compara os sistemas disciplinares de Foucault com as vilas e cidades pensadas por Flusser como fábricas para as subjetividades com as quais as pessoas se identificam¹¹⁶. Flusser imagina uma cidade utópica como um novo "espaço teórico" onde "todos os homens estão conectados de forma que uma informação disponível deve ser subsumida em diversos campos e inserida nos sistemas computacionais"¹¹⁷. Este modelo cibernético aplicado à cidade, nos parece bastante próximo do que conhecemos hoje por cidades inteligentes o que demonstra mais uma vez o caráter visionário dos estudos cibernéticos na década de 50 e 60.

No livro Vilém Flusser: Writings, Andreas Strohll retoma uma frase de Flusser onde ele afirma:

Da mesma forma que uma forma de pensar baseada na escrita se opõe ao pensamento mágico e místico (pensamento pictórico), uma nova forma de pensar baseada em códigos digitais dirige-se contra ideologias "progressistas", para substituí-las por estruturais baseados em sistemas, em modos de pensamento cibernéticos¹¹⁸.

Nesta passagem Flusser descreve uma das mais profundas mudanças no pensamento crítico, o mesmo que acompanha a mudança da modernidade para a pós-modernidade: a substituição de "ideologias progressistas processuais" por um paradigma "estrutural, sistêmico e cibernético", que nasce no período de 1940 e se estende até o presente.

Esta mudança de paradigma pode ser claramente observada nos pensadores presentes nas Conferências Macy sobre Cibernética, mas também pode ser visto no trabalho de filósofos contemporâneos como Jacques Lacan, Michael Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari¹¹⁹.

De forma resumida, Gochenour afirma que o objetivo do pensamento progressista é a síntese dialética e um governo guiado pelo povo, livre de contaminações

¹¹⁵ Flusser, 2002

¹¹⁶ Flusser 2002, p.174

¹¹⁷ *all human are connected in such a way that currently available information must be subsumed in more and more new fields and entered into the computations.* Tradução nossa. (Designing Cities, p.178)

¹¹⁸ Flusser, 2002, p. xiii *In the same manner that a form of thinking based on writing opposed itself to magic and myth (pictorial thinking), so a new form of thinking based on digital codes directs itself against procedural "progressive" ideologies, to replace them with structural, systems-based, cybernetic modes of thought.* Tradução livre

¹¹⁹ Gochenour, 2005, p.1

ideológicas de classe; já no lado sistêmico, há uma descrença intrínseca em relação ao governo e por isso o enfoque do pensamento é na vida dos indivíduos e suas formas de mobilização. Em outras palavras, uma perspectiva quer superar a realidade enquanto a outra contempla os seres da realidade posta e vê como deixá-los mais ativados entre eles.

Esses são exemplos de como esses pensadores da década de 50 e 60 estavam imbuídos de uma visão de mundo globalmente interconectada em rede e cuja informação era o principal insumo.

Nos parece que os movimentos de transparência e abertura dos governos estão contaminados por algum resquício daquela utopia cibernética de outrora, especialmente quando se justificam a partir da possibilidade de auto-regulação dos cidadãos conectados em rede ou do uso dos dados produzidos pelos governos e pela população para a construção de curvas estatísticas que permitem previsões que guiam políticas públicas, como por exemplo no campo da segurança pública¹²⁰ ou da mobilidade urbana¹²¹.

O paradigma cibernético explica práticas e usos da tecnologia da informação nos dias de hoje: não está muito distante a realidade de cidadãos conectados em rede por meio de aplicativos e plataformas de redes sociais produzindo e consumindo dados sobre seus comportamentos associados a grandes bases de dados coletadas via sensores, radares e sistemas de informação.

Essa perspectiva, no entanto, talvez carregue algo de temerário, já que todas as informações tornam-se mercadorias tendo o Estado como mediador do capital, tornando o cidadão-cliente maleável e algo possível de previsão e indução de ações.

As teorias trabalhadas por Wiener também influenciaram, por exemplo, os desenvolvedores da Internet, inclusive J.C.R. Licklider, nome pelo qual começaremos a contar a história da Internet.

Os memorandos de J.C.R. Licklider, escritos em 1962 no MIT¹²², sejam talvez o registro mais antigo da descrição da possibilidade de realizar interações sociais por uma rede interconectada. Visionário, ele vislumbrava um conjunto de computadores interconectados pelos quais qualquer um poderia acessar dados e programas de qualquer lugar, o que chamou de "Rede de comunicação galáctica" ou "Galactic Network".

J.C.R. Licklider era o líder do programa de pesquisa computacional na Agência DARPA (Defense Advanced Research Projects Agency) desde outubro de 1962. Ele

¹²⁰ segurança pública

¹²¹ mobilidade urbana

¹²² Massachusetts Institute of Technology

estava entusiasmado com a possibilidade de computadores conectados em rede e convenceu seus sucessores sobre a importância de aprofundar as pesquisas acerca deste conceito (networking).

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a ideia de rede conectada em uma arquitetura aberta, um grupo de pesquisadores desenvolviam uma pesquisa sobre a comutação de pacotes seguros para voz no contexto militar, em 1964, um passo crucial na trajetória da computação em rede e elemento fundamental era a comunicação entre computadores.

Em 1969, 4 computadores localizados em diferentes universidades norte-americanas estavam conectados no projeto originário da ARPANET. A ARPANET era uma rede inicialmente desenvolvida pela Agência DARPA, portanto de caráter militar, que possibilitava a comutação de pacotes de dados entre os *campi* universitários fazendo com que informações circulassem, em nano pedaços, por servidores universitários.

A ARPANET evolui, então, para a Internet, que por sua vez estava embasada na possibilidade de existência de redes múltiplas e independentes, a começar pela ARPANET como a rede pioneira na comutação de pacotes.

No contexto da Guerra Fria, o modelo anti-ataque nuclear era perfeito para a circulação de informação sigilosa e estratégica e a grande vantagem deste modelo residia em sua descentralização, autonomia e anonimato, já que as informações eram reunidas em um dos pontos dessa rede quando ao mesmo tempo, estavam em lugar nenhum. O que restou da ARPANET é a rede de arquitetura aberta, princípio fundamental da ideia de Internet como conhecemos hoje.

Para além das novas possibilidades tecnológicas em termos de estrutura e comutação de pacotes, iremos agora retomar a genealogia da Internet do ponto de vista dos usos e usuários que continuaram escrevendo o desenvolvimento do que hoje é a rede mundial de computadores.

Com o passar do tempo, as universidades se apropriaram da rede que tornou-se um modelo radical de comunicação onde todos poderiam, ao menos em tese, se comunicar com todos.

Pelas mãos das universidades, a Internet produz a possibilidade de grandes projetos em rede, atividades científicas compartilhadas.

A Internet não só facilita como capacita e possibilita essa cooperação¹²³.

¹²³ Malini e Antoun, 2013 p.33

Depois de 1969, as redes da sociedade civil tornaram-se maiores que as militares e, em 1983, a Arpanet dividiu-se. De um lado, uma rede fechada e segura, para finalidades militares, a MilNet, de outro, uma rede de redes que comunicava entre si via um protocolo aberto, o TCP-IP, a Arpanet-Internet. Ambas, contudo, mantinham uma "arquitetura de resistência: descentralizada, anônima e autônoma".¹²⁴

Em 1984 a rede global de computadores é nomeada Protocol Internet. Sua estrutura originalmente militar, fechada e controlada passa a ser hackeada e convertida em dispositivo de conversação e relações sociais comunitárias¹²⁵.

A partir de então, uma nova classe de usuários que não estava nem nas universidades nem entre os militares, passa a utilizar a ferramenta para um outro uso que chama atenção e atrai cada vez mais novos usuários: os fóruns e os grupos de discussão de *email*¹²⁶.

A rede Usenet, por exemplo, surgiu como uma plataforma popular de conversação online pioneira na relação “muitos-muitos” como modelo do diagrama de comunicação através da Internet. A Usenet foi criada por três estudantes universitários dos Estados Unidos em 1979, uma versão modificada do protocolo Unix que possibilitou a ligação de computadores por meio da linha telefônica¹²⁷.

Até o surgimento do ciberespaço a Internet era um ambiente onde os criadores e usuários eram a mesma pessoa mas o uso popular da Internet vai se dar somente a partir do surgimento do ciberespaço, que cria atrativos para que as pessoas desejem estar online. O atrativo, neste caso, eram os ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussões.

O ano de 1984 marca o surgimento do ciberativismo como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa¹²⁸.

Era a comunicação distribuída na sua forma mais radical. Tudo era distribuído e nada irradiado. Distribuía-se o poder de produção, os recursos, o poder de difusão, o poder de processamento, o poder de retorno¹²⁹.

Em 1984 a Internet assiste a uma mudança paradigmática em seu formato. O

¹²⁴ Malini e Antoun, 2013 p.17

¹²⁵ Malini e Antoun, 2013 p.18

¹²⁶ Malini e Antoun, 2013, p.33

¹²⁷ Castells 2001 apud Malini e Antoun, 2013 p.19

¹²⁸ Malini e Antoun, p.20

¹²⁹ Malini e Antoun, 2013

programador, anarquista e ativista gay Tom Jennings criou um programa que dava ao usuário doméstico a possibilidade de operar, a partir de um modem e uma linha telefônica, um "clube BBS" ou um Sistema de Boletim Eletrônico, em inglês *Bulletin Board System* ou BBS.

Esse canal de comunicação direta entre grupos distantes geograficamente mas com interesses tão singulares encontravam nos BBS o terreno máximo da liberdade expressão, sendo esta a aplicação mais popular da Internet na década de 80¹³⁰.

Organizações sociais, sindicatos, partidos, comunidades de fãs, ativistas, estudantes, movimentos de todo o tipo encontravam nos BBS espaço para dar voz às suas lutas, necessidades, bandeiras.

Antoun e Malini apontam para dois vetores que podem ser extraídos da experiência dos BBSs. Primeiramente o vetor dos negócios que se traduz em conexões e oportunidades de negócios, alavancadora de negócios cujo fermento está justamente na possibilidade de livre circulação de informação¹³¹.

Outro vetor poderia ser chamado de individuação, já que os grupos que ali se constituíam, eram formas novas de relações pessoais, formação cultural, troca de experiências, capacitação em conhecimentos complexos.

[...] ali a vida se processa e a individuação acontece e é produzida não por um agente exterior (a mídia de massa), mas pela própria presença constante de interesses e atividades divergentes e confluentes¹³².

Além do interesse dos negócios e dos indivíduos, a Internet dos grupos de discussão vai ser invadida, nos anos 80, pelas ONGs. Elas experimentam essa ferramenta barata e de alto potencial de disseminação e cooperação para fazer ação política.

As mobilizações organizadas a partir da rede formuladas a partir dos grupos de discussão marca um momento em que a Internet já não está mais ocupada apenas pelos setores econômicos, universitário, governamental ou militar.

A partir daí há uma invasão da Internet que é impulsionada pelo trabalho *hacker* de programadores que criam formas fáceis, simples e baratas para as pessoas a utilizarem.

Conforme ressaltado por Steven Levy¹³³, a ética hacker respeita os seguintes princípios:

- o acesso a computadores deve ser ilimitado e total;

¹³⁰ Malini e Antoun, 2013 p.33

¹³¹ Malini e Antoun, 2013 p.39

¹³² Malini e Antoun, 2013 p.40

¹³³ Levy, 1994

- sempre recorra ao imperativo "mãos na massa";
- toda a informação deve ser livre;
- não acredite em autoridade, promova a descentralização;

Segundo Howard Rheingold (2002), sem esta ética dificilmente teríamos a Internet para fins comerciais. Rheingold também nos lembra que além da motivação altruística, a colaboração entre os hackers era pautada pelo objetivo de criar um recurso que fosse beneficiar a todos¹³⁴.

A arquitetura da Internet (end-to-end) permite usuários inovadores decidirem sobre o que e como desenvolver as capacidades da Internet¹³⁵.

Por se tratar de uma estrutura descentralizada é que Tim-Berners-Lee disseminou, como um vírus, o seu programa que trabalhava com os protocolos da Internet, possibilitando a criação de *websites*.

Foi a partir de 1993 que conheceríamos a interface que tornou a Web acessível por meio de uma interface que permitia apontar e clicar um determinado conteúdo¹³⁶.

O paradoxo originário da Internet parece perpetuar-se até os dias de hoje, ou seja, uma máquina de guerra e combate para fins bélicos e uma gigantesca máquina de cooperação¹³⁷.

Cultura do vazamento e da cooperação

A tensão constante entre diferentes movimentos e poderes constitui essa rede das redes que se expande em proporções inimagináveis. Se por um lado ela reproduz dispositivos de controle e monitoramento, por outro possibilita cooperação social, produção de relações e afetos, de cooperação e troca de conhecimento.

Howard Rheingold (2002) considera que o surgimento da Internet resulta e ao mesmo tempo possibilita uma infra-estrutura para novas formas de organização da ação coletiva por meio da tecnologia de comunicação. Ele chama de um novo contrato social que permite a criação e manutenção de bens públicos¹³⁸.

Rheingold entende que a Internet não existiria sem o trabalho colaborativo de inúmeras instituições. "Ato de cooperação foram tão importantes quanto

¹³⁴ Rheingold, 2002 p.47

¹³⁵ Rheingold, 2002, p.52

¹³⁶ Rheingold, 2002, p.52

¹³⁷ Malini e Antoun, 2013

¹³⁸ Rheingold, 2002, p.47

microprocessadores no contexto de criação da Internet"¹³⁹.

Já para Antoun e Malini as lutas atuais possuem uma característica comum que perpassa tanto os vazamentos de informação ofíciosa que ecoa no wikileaks, quanto os ataques hackers ou as intensas redes de conversação que sustentam as populações unidas nas ruas e praças. Esta característica comum seria uma demanda por franqueza.

Por meio dessas lutas, as ruas e as praças ecoam uma demanda irreprimível característica dos processos atuais de subjetivação: a exigência de franqueza como elemento básico nas relações que envolvem a governamentalidade em todos os seus aspectos.¹⁴⁰

Para os autores três aspectos marcam o ambiente da web 2.0 onde a censura é monitoramento e o vazamento, resistência. Em primeiro lugar, um estado policial que deve bloquear a circulação de qualquer informação que desestabilize sua imagem construída a partir de órgãos oficiais. Em segundo lugar, uma situação de ambiguidade própria da internet que ao mesmo é um novo modo de monitoramento social mas também um modo de descontrole total da circulação da informação. Por fim, as experiências de resistência que produzem informação a partir de processos colaborativos e operam sobre as plataformas de comunicação em rede e vazam qualquer informação antes bloqueada e, conforme definido por Malini e Antoun, "a internet é, antes de tudo, uma mídia de vazamento"¹⁴¹.

Ainda segundo os autores, o resultado mais impactante das tecnologias de vazamento surgidas na internet é a desconcentração da atenção e visibilidade catalisados anteriormente pelas mídias tradicionais. A perda de monopólio da narração pelos grupos editoriais e de comunicação e a irradiação para os milhares de nós conectados em rede.

O compartilhamento e as tecnologias de cooperação - que permitem o vazamento de informação sonogada por Estados e corporações de mídia - passam a ser o foco do que os autores chamam censura pós-moderna na web 2.0.

Os autores definem três camadas em que o controle irá se dar. Primeiramente a camada das narrativas nas redes sociais, depois a camada das plataformas tecnológicas e finalmente a camada da ordem do direito.

A primeira camada, das narrativas, é controlada não por uma polícia contra a mídia de vazamento mas por um novo formato de cercamento e controle da produção da linguagem (narrativas sociais) produzidas pela multidão de singularidades em rede.

¹³⁹ Rheingold, 2002, p.47

¹⁴⁰ Malini e Antoun, 2013 p. 190

¹⁴¹ Malini e Antoun, 2013 p.194

Como antigamente se destruíam os tomates para manter alto o preço e reduzir o salário da mão-de-obra, hoje se desmancham os instrumentos de comunicação social para desvalorizar o corpo do *General Intellect*¹⁴².

A segunda camada em que o controle se exerce é a das plataformas tecnológicas, por onde vazam as narrativas em redes sociais. Neste caso, os intermediários dominam os processos de consumo, troca e produção pois tratam-se de monopólios digitais tais como Google, Facebook ou Apple, cada qual com sua tecnologia de cercamento e monitoramento que impedem a constituição de modelos autônomos de produção.

A terceira camada de compartilhamento a controlar é da ordem do direito, ou seja, do licenciamento e dos cercamentos de propriedade intelectual e patentes que restringem a circulação do conhecimento na medida em que exigem o pagamento de taxas.

A forma inovadora sob a qual o pacto hegemônico do capitalismo 2.0¹⁴³ emergiu como alternativa ao modelo policial se dá a partir do controle do compartilhamento ao mesmo tempo em que sua difusão é permitida¹⁴⁴. Essa nova forma de controle permite, portanto, gerir e observar a socialização do conhecimento, do saber e da criação, no tempo em que elas acontecem, e não proibi-las de acontecer. Tal fenômeno poderia sustentar o nascimento da cultura da transparência e abertura governamental, que nascem juntamente com o desenvolvimento da Economia informacional e com as novas possibilidades de relação, cooperação e resistência possibilitadas pela internet.

Sendo o Estado um dos principais alvos de vazamentos proporcionados pela cultura em rede, é de se perguntar se não seria estratégico construir uma espécie de blindagem aos vazamentos por meio de uma postura "aberta" e "transparente" como quem não tenha nada a esconder ou ser vazado, já que as tecnologias, por mais avançadas, nunca são imunes aos vazamentos, basta um informante corajoso para que a informação seja vazada.

Evidente que essa coragem terá que ser cada vez maior já que assistimos a uma caçada implacável por parte dos Estados Unidos aos informantes mais famosos do mundo - Snowden e Assange - de modo a coibir novos vazamentos pela repressão e punição. Embora esse comportamento ainda remete a um estado policialesco e repressor que não quer que as informações circulem, ele ocorre em paralelo à construção de uma imagem de

¹⁴² Marazzi, 2002 apud Malini e Antoun, 2013 p.199.

¹⁴³ Entenderemos o conceito de capitalismo 2.0 na sessão seguinte quando exploraremos melhor o conceito de Economia Informacional

¹⁴⁴ Antoun e Malini, 2012.

Estado translúcido imune a vazamentos.

Mas seria possível que o trabalho biopolítico da Multidão produza a desconstrução de narrativas oficiais feitas a partir de dados ou de informações à medida que temos a íntegra das informações e podemos recombina-las para construir outras narrativas? Por exemplo, se tivéssemos a possibilidade de acessar a base de dados original a partir da qual foi construído um infográfico que estampou uma notícia de jornal, da mesma forma que poderíamos ter acesso às horas de filmagem integrais de um determinado vídeo que foi editado e colocado no ar. Esse trabalho de edição das informações, dados, vídeos, entrevistas, tem sido alvo de controvérsia à respeito das inúmeras versões que lhes são construídas de acordo com o objetivo do canal que a publica. Numa sociedade aberta, as bases de dados, horas de filmagem, íntegra das entrevistas deveriam então ser levadas à público para que diferentes versões fossem construídas a partir de diferentes combinações e edições do autor.

Nesse caso a abertura serve muito mais a uma dimensão social de ampliação dos recortes e narrativas possíveis, amplificando as vozes a partir de uma base de dados do que para o aumento da lucratividade das empresas da Economia Informacional, serve, portanto, a outros objetivos e outros atores.

Economia Informacional: a abertura é uma inevitabilidade?

O advento do ciberespaço com sua representação espacial, gráfica e multimídia cria novas oportunidades de negócios para projetos em escala industrial, especialmente produtos multimídias integrados em uma interface computacional.

As interfaces gráficas e interativas de computadores acomodam imprensa, cinema, rádio e televisão num formato nunca visto anteriormente. A questão neste momento era transformar esta possibilidade em um mercado, ampliando sua escala e acesso.

Em 1993, sob a batuta do então vice-presidente norte-americano Al Gore, os Estados Unidos lançam um projeto de infra-estrutura batizado de *Information Superhighways* ou Superestradas da Informação.

Um investimento na ampliação de acesso às redes de telecomunicações por fibra ótica a todo tipo de firma que pudesse oferecer serviços, por todo tipo de rede, a todo tipo de consumidor¹⁴⁵

¹⁴⁵ Cocco, 1995 p.3

O projeto prometia um gasto duas vezes superior ao programa anti-míssil do Pentágono, um dos maiores esforços de pesquisa de todos os tempos.¹⁴⁶

Mas a principal promessa era a de inundar a economia norte-americana com uma onda de descobertas e aplicações, inovações e serviços, alavancando o nível de prosperidade e fortalecendo a indústria norte-americana frente ao comércio internacional. Este processo possibilita aos Estados Unidos a retomada da hegemonia econômica que havia sido perdida após o fordismo ser ultrapassado pelo toyotismo¹⁴⁷.

A nova economia da informação é uma “nova geração de serviços baseados nas tecnologias digitais nas redes continentais de fibra ótica e nas redes de satélites planetários”¹⁴⁸.

Nesta reta final da implementação da Internet, pode-se dizer que foi o Estado, e não o empreendedor de inovações em garagens, que iniciou a Revolução da Tecnologia da Informação tanto nos Estados Unidos como em todo o mundo¹⁴⁹.

Mas sem esses empresários, é improvável que a Internet tivesse evoluído para a forma de dispositivos tecnológicos flexíveis e descentralizados que se estão difundindo por todas as esferas da atividade humana.

Essas transformações determinam um novo regime de produção denominado *capitalismo cognitivo*.

A novidade da infra-estrutura de informação é o fato de que ela está embutida nos novos processos de produção e lhes é totalmente imanente¹⁵⁰.

Em seu livro *A Sociedade em rede*¹⁵¹, Castells situa a Economia Informacional Global a partir da emergência de um novo paradigma tecnológico definido por algumas mudanças estruturais. Em primeiro lugar, as tecnologias utilizam a informação como matéria-prima,¹⁵² ou seja, são tecnologias que agem sobre a informação, não apenas a informação que age sobre a tecnologia. O segundo ponto é o da penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias no sentido de que esse novo meio tecnológico molda todos os processos da existência individual do homem. A lógica das redes aplicada a qualquer

¹⁴⁶ wikipedia. Acesso em:

¹⁴⁷ Cocco, ANO

¹⁴⁸ Cocco, 1995, p.6

¹⁴⁹ Castells, 2001 p.77

¹⁵⁰ Negri e Hardt, 2000 p.319

¹⁵¹ Castells, 1999

¹⁵² Sobre o valor da informação e o lugar que ocupa na equação capital trabalho iremos aprofundar em um sub-capítulo mais a frente.

sistema ou conjunto de relações é a terceira característica desse sistema, uma configuração topológica que passa a ser implementada materialmente em todos os processos e organizações. Em quarto lugar Castells define a flexibilidade das organizações e das instituições que segue uma certa fluidez operacional de uma sociedade em constante mudança. A base material da organização pode ser invertida e reestruturada sem que seja destruída. Por fim, a quinta característica definida por Castells é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, e aqui Castells se refere essencialmente ao processo produtivo de tais tecnologias, criando uma interdependência entre as revoluções na biologia e microeletrônica, por exemplo.

Depois de situar o novo paradigma tecnológico dessa Economia Informacional, Castells avança na definição social e econômica dessa nova economia.

Em termos de avanço do capitalismo e do desenvolvimento da economia, por que os novos paradigmas tecnológicos teriam impacto tão diferenciado em relação a outras revoluções tecnológicas? Castells busca esta resposta a partir da revisão dos dispositivos de aumento da lucratividade das empresas que podem, segundo ele, percorrer quatro caminhos diferentes (em determinado ambiente financeiro e com os preços ajustados pelo mercado): redução de custos de produção, aumento de produtividade, ampliação do mercado e aceleração do giro do capital¹⁵³.

Informação e conhecimento sempre foram importantes para o desenvolvimento da economia, porém, a emergência do novo paradigma tecnológico mencionado anteriormente, produz características peculiares à este novo modelo de produção e trabalho.

A Economia Informacional Global é “Informacional” pois a produtividade e competitividade de unidades ou agentes dependem de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. E “Global” por que as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia, mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos¹⁵⁴.

As mudanças observadas na qualidade e natureza do trabalho na economia informacional remontam à indústria automobilística e sua inversão de estrutura na comunicação entre produção e consumo, ou seja, se a fábrica fordista produzia sem uma

¹⁵³ Castells, 1999 p.101

¹⁵⁴ Castells, 1999 p. 87

comunicação frequente com o mercado, a fábrica toyotista reverte este modelo tendo sua produção baseada no feedback do mercado. Tanto em termos de estoque como de design dos produtos, uma comunicação rápida e eficiente alimenta a produção. Tal contexto industrial demonstra o papel central da comunicação e da informação na produção industrial.

Negri e Hardt definem este trabalho como *imaterial*, ou seja, aquele que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação.

Maquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual redefinimos nossos corpos e mentes. A antropologia do ciberespaço é, na realidade, um reconhecimento da nova condição humana¹⁵⁵.

Os “serviços simbólicos analíticos” como Robert Reich chama o trabalho imaterial envolvido no trabalho de informática e comunicação, é uma tarefa que envolve “a resolução de problemas, a identificação de problemas, e atividades estratégicas de intermediação”¹⁵⁶. Este trabalho tem sido, como preconizado por Reich, a chave para competição na nova economia global.

Outra face importante do trabalho imaterial é o trabalho afetivo. Serviços de saúde e a indústria do entretenimento estão centradas na criação e manipulação do afeto. O trabalho imaterial em suas três dimensões (produção industrial, trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas e mobilização de afetos) mobiliza afetos, capacidades cognitivas, percepções de mundo, redes, formas comunitárias, biopoder, em suma, é o enriquecimento da produção econômica pela ação comunicativa até o nível de complexidade da interação humana.

A cooperação é inerente ao trabalho. Como mobiliza afetos, mobiliza a interação e cooperação sociais.

A produtividade, a riqueza e a criação de superávits sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes linguísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar¹⁵⁷.

A partir dessa reflexão sobre o estágio do modelo produtivo em que a contemporaneidade se encontra é possível compreender a importância dos dados para a economia informacional. Dados, códigos, metadados são elementos vivos do capitalismo

¹⁵⁵ Negri e Hardt 2010 p.312

¹⁵⁶ Negri e Hardt 2010 p.312

¹⁵⁷ Negri e Hardt 2010 p.315

informacional, são ora mercadoria, ora matéria-prima no processo produtivo imaterial. Neste sentido, é possível compreender a inevitabilidade da abertura governamental a partir do seu uso comercial e de maximização do valor dos dados. A lucratividade dos agentes da Economia Informacional dependerão, cada vez mais, do cercamento de determinados bens culturais (a partir de patentes e licenças, conforme a definição de "jardins murados") e a partir da abertura de dados e informações sobre o comportamento dos governos e das populações para que seja possível rastrear, sistematizar, classificar e personalizar as vendas, o marketing, o algoritmo e todas as dimensões comerciais dos negócios baseados em *big data*.

Aberto não é Livre: o valor da informação na Economia Informacional

Sob a perspectiva da Teoria da Informação e da Economia política marxiana, é possível compreender o atual estágio informacional do capitalismo a partir da incorporação do trabalho imaterial à produção material e sua transmutação em valor para o capital¹⁵⁸.

A Economia Política da Informação e Comunicação vai recorrer ao conceito de entropia, cuja origem encontra-se nas Leis da Termodinâmica. A entropia é a medida da tendência natural de todo o sistema organizado à dissipação de calor, desorganização e perda de capacidade para fornecer trabalho¹⁵⁹. A informação, por sua vez, é um elemento neguentrópico, ou seja, permite o sistema recuperar parte da energia perdida e continuar trabalhando.

Esta perspectiva nos é importante dado que a informação e o conhecimento são elementos que estão sendo disputados em diversas esferas, especialmente aquelas de regulamentação legal, o que vem largamente acontecendo por meio das patentes, licenciamentos e outras legislações de propriedade intelectual

Mas há quem compreenda a informação e o conhecimento como bens inapropriáveis, como o fez Kenneth Arrow, em 1962, ao articular as teorias de Shannon e Walras, e concluir que a exploração econômica da informação e do conhecimento deveria organizá-los como *bens públicos*¹⁶⁰.

A partir dessa perspectiva, a informação livre e inapropriável apontaria para

¹⁵⁸ Dantas, 2006

¹⁵⁹ Dantas, 2006

¹⁶⁰ Dantas, 2006

outras questões como por exemplo os critérios de repartição do seu valor, luta já empreendida pelo movimento software livre e pela proposta do *Creative Commons*.

Mas se para a Economia Política da Informação e Comunicação o capital faz um movimento inexorável de apropriação de rendas informacionais a repetir o ciclo de acumulação e distribuição desigual do capitalismo industrial, por outro lado experiências como o software livre e as licenças abertas vão materializar as possibilidades do trabalho em rede, autônomo e descentralizado a partir da arquitetura aberta e da criação colaborativa de modelos alternativos e que escapam das amarras do capital. Este debate encontra-se presente no conceito de software livre.

Quando em 1984 Richard Stallman decidiu empreender um projeto que ia na contramão do movimento que se observava no recém criado mercado de softwares, ele criou o conceito de software livre. De acordo com Marcelo Ferreira no livro *A Revolução do Software Livre*, o software nasceu livre, ou seja, antes mesmo da existência da internet os programadores trocavam códigos em busca de uma melhoria contínua e colaborativa de seus programas.

Mas com o crescente interesse comercial, as firmas que contratavam os programadores hackers passaram a exigir a assinatura dos acordos de não declaração, ou, NDAs, quando os códigos passaram a ser propriedade das empresas.

Como resistência a esse dispositivo, o GNU tinha por objetivo o desenvolvimento de um sistema operacional que fosse software livre. Para tanto, em 1985 Stallman criou a Fundação Software Livre, uma organização sem fins lucrativos com a missão de promover liberdade aos usuários de computadores e defender os direitos de todos os usuários de software livre¹⁶¹.

A partir deste projeto, dois desdobramentos ocorreram nos anos seguintes. Primeiro a criação de uma licença livre, a GNU GPL (General Public Licence), que garante que o software permaneça livre para sempre e o GNU/Linux, fruto da junção entre o arcabouço criado por Stallman e o kernel (termo em inglês que significa núcleo) criado de forma colaborativa por um estudante da Finlândia e uma rede de programadores, pesquisadores e usuários em geral.

Atualmente, o sistema operacional completo é conhecido como GNU/Linux e demonstra viabilidade e robustez para o desenvolvimento de grandes e complexos projetos de maneira colaborativa.

¹⁶¹ Ferreira, 2009, p. 37

A definição de Marcelo Ferreira sobre software livre esclarece sua dimensão ética e prática.

O software livre é aquele que vem com a permissão para qualquer um usar, copiar e distribuir, tanto a versão original do software como versões modificadas, de forma gratuita ou cobrando uma taxa¹⁶².

Mas as novas mediações entre pessoas, pessoas e máquinas, pessoas e instituições se realizam em uma sociedade intensamente abarcada por processos informacionais. Neste momento, o código, entendido como um conjunto de linguagens e sintaxes passa a ser o centro dos dispositivos de produção e/ou circulação de valor¹⁶³.

Como veremos a seguir, é a dimensão ética do software livre que lhe diferencia de um conceito nascido como seu desdobramento, o conceito de "open source" ou, "código aberto".

O esforço de entender o conceito de "*open*" não pode deixar de passar pelo debate sobre o conceito de "*livre*", o que tem sido alimento para diversos pensadores tais como Ostrom (1990), Lessig (2004) e Benkler (2006). Segundo Mizukami (2009), enquanto o movimento "*livre*" originário do *software livre* é ideológico e trata de modelos de licença de uso e compartilhamento, o conceito *open* ("aberto") surge como um desdobramento voltado para novos modelos de negócio¹⁶⁴. Assim o é também quando associado ao Governo aberto.

Nas diversas esferas onde o adjetivo "aberto" pode ser aplicado - educação, governo, dados, códigos, negócios - o elemento comum é a crença de que quando diversos indivíduos podem acessar determinada informação por conta própria e interagir entre eles nos seus próprios termos diversos benefícios podem emergir. Cada um desses movimentos vai demandar uma nova tecnologia para proporcionar que a informação esteja mais livre e acessível ao uso.

A Internet promove a possibilidade de compartilhamento de dados e informações num volume talvez nunca antes imaginado. Em diversos campos o adjetivo "aberto" transformou-se num prefixo poderoso que captura o potencial transformativo da tecnologia da informação para ampliar a disponibilidade e usabilidade da informação¹⁶⁵.

Quando analisamos o Governo aberto sob a ótica da Economia Informacional e no rastro da história da Internet, fica evidente um certa inevitabilidade de que as soluções

¹⁶² Ferreira, 2009, p.41

¹⁶³ Djahjah-Bonorandi, 2011, p.xx

¹⁶⁴ Mizukami, 2009 p.166

¹⁶⁵ Yo e Robinson p.187

tecnológicas promovam melhores sociedades, melhores democracias. O que Evgeny Morozov chama de "ciber-utopia" ou "tecno-solucionismo"¹⁶⁶, uma onda otimista que coloca a tecnologia, as estatísticas formuladas a partir dos dados e dos rastros digitais como a grande salvação para todas as crises do capitalismo e da democracia.

Ao compararmos os conceitos de "aberto" e "livre" a partir do seu surgimento com o Software livre, podemos nos arriscar numa comparação onde o conceito de Governo Aberto, por adotar justamente este adjetivo, difere-se do que seria um "Governo Livre". O primeiro pauta-se pela circulação e abertura de dados governamentais visando a criação de novos modelos de negócio e preocupando-se essencialmente com as questões técnicas de abertura de dados na medida em que estes são necessários à formulação de novos negócios. Apesar de fundamentar-se na maior participação nas formulações de políticas públicas, deposita nas tecnologias de informação e comunicação a possibilidade de realização desse governo mais participativo, mas sem estender suas práticas a um âmbito "offline".

O que poderíamos supor que seria, portanto, um "Governo Livre"? Um governo livre, ao adotar a filosofia do "software livre", por exemplo, estaria mais comprometido com a circulação da informação visando a criação de mecanismos de colaboração na formulação e aprimoramento das políticas públicas, assim como seu compromisso em desenvolver, colaborativamente, softwares mais robustos e livres de erro. Seria mais comprometido com a livre circulação de informações visando uma redução radical da assimetria informacional entre as diversas esferas de poder onde todos compartilhariam tudo, inclusive empresas, corporações de mídia, governos.

A chamada Cultura Livre que nasce do movimento Software Livre também é alvo de reflexões de um outro pensador, dessa vez o italiano Matteo Pasquinelli.

Uma das perguntas que perpassa sua reflexão é sobre a medida em que os entusiastas da cultura livre são cúmplices das novas formas de acumulação do capitalismo digital e de mecanismos de expansão do mercado? Para ele, este debate da indústria cultural pós-fordista recai sobre o entendimento da possibilidade de autonomia deste conhecimento/trabalho vivo. Cabe destacar que esta é a contribuição original que o operáismo¹⁶⁷ trouxe para a economia política, ou seja, entender o primado da classe

¹⁶⁶ Para mais detalhes: Morozov, E. To Save Everything, click here. The Folly of Technological Solutionism.

¹⁶⁷ O operáismo (do italiano *operaio*, "operário") é um movimento político marxista heterodoxo e antiautoritário - ou neomarxista - surgido na Itália, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, trabalhava a renovação do marxismo diante dos impasses do segundo pós-guerra para o movimento operário

operária e sua autonomia como elemento de resistência.

Pasquinelli reforça a importância de se entender mais precisamente o maquínico para criar as bases de entendimento do grau de exploração do limite entre capital fixo e o capital variável a partir do êxodo da fábrica. Já o "virtuosismo" de Paolo Virno vai justamente deslocar o *General Intellect* da esfera do trabalho para a esfera da ação política que opera sobre as relações sociais.

O trabalho imaterial, um novo tipo de trabalho capaz de mobilizar, a partir de um jogo de parcerias anônimas e produtivas, entra em simbiose com um intelecto tornado público abrindo a possibilidade de uma esfera pública apartada do Estado¹⁶⁸.

Antes de seguirmos para a análise do Governo aberto a partir da lente biopolítica, faremos um breve aprofundamento a partir de dois textos de Matteo Pasquinelli que fundem de forma muito interessante a noção de cibernética e biopolítica. É importante a ressalva de que diante de uma perspectiva pessimista empreendida pelas conclusões de Pasquinelli, esse trabalho considera como abertura o horizonte da Democracia da Multidão, que como veremos, não é para onde o movimento de governo aberto se aponta, conforme a biopolítica irá nos mostrar, mas é morada da potência de resistência.

A Sociedade de Metadados: desejo de controle e previsão de comportamentos

Em *Capitalismo maquínico e mais-valia na rede*, texto escrito por Pasquinelli em 2011 e publicado na Revista Lugar Comum, encontramos a convergência de elementos que são caros a esta pesquisa - General Intellect e Cibernética - e que o pensador sintetizou muito bem. Pasquinelli recorre a quatro pensadores que observaram a existência do componente informacional na produção. Primeiramente Simondon, nos anos 60, identifica que as máquinas industriais eram relés informacionais cuja bifurcação da fonte de trabalho derivava em uma fonte mecânica (a energia natural) e outra informacional (operário). Já Romano Alquati cunhou a noção de *informação valorizante* para estabelecer uma ponte conceitual entre o valor marxiano e a definição cibernética de informação. Em 1972, Deleuze e Guattari observam, via sua ontologia maquínica, o

e para a esquerda. As figuras mais conhecidas desta corrente de pensamento são o filósofo Antonio Negri, o cientista político Mario Tronti, ligado ao Partido Comunista Italiano, e Raniero Panzieri.¹ A análise desses teóricos e militantes começa por observar o poder ativo da classe operária para transformar as relações de produção. Os elementos principais do operáismo foram mais elaborados quando este se combina com o movimento autônomo. Definição disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%ADsmo>

¹⁶⁸ Virno, 2008

momento em que a cibernética abandonava a fábrica como espaço exclusivo para ocupar toda a sociedade.

Este passeio conceitual servirá ao pensador italiano como caixa de ferramenta para a análise da máquina de Turing¹⁶⁹ que seria “o modelo mais empírico disponível para estudar as entranhas do capitalismo cognitivo”¹⁷⁰.

Pasquinelli propõe o algoritmo da máquina de Turing como medida da mais-valia da rede e cristalização do conflito social.

O diagrama da máquina de Turing oferece um modelo pragmático para compreender como a informação viva foi transformada em inteligência maquínica¹⁷¹.

Nesse artigo, Pasquinelli está interessado em compreender como a maciça acumulação de informação e a extração de metadado operada todos os dias sobre a rede digital global - pelos motores de busca do Google e as redes sociais como Facebook, pelos portais de comercialização como Amazon e outros serviços - representam um novo complexo campo de pesquisa conhecido como *big data*, entendido como gigantescas bases de dados.

Na visão de Pasquinelli, os metadados estão sendo utilizados para 1) medir a acumulação e o valor das relações sociais; 2) para aprimorar o design do conhecimento maquínico; 3) para monitorar e prever comportamentos de massa (a vigilância de dados)¹⁷².

Pasquinelli retoma a máquina informática pensada como um relés entre informação e metadado abre para uma nova forma de controle biopolítico: uma *sociedade de metadado* desenhada como evolução da “sociedade de controle” deleuziana, em relação ao “poder” exercido através do banco de dados.

O que desejamos entender a partir de Pasquinelli é como o incentivo para a abertura de dados governamentais se cruza com a questão do trabalho imaterial e das dimensões do valor da informação e o trabalho exercido sobre essas bases. Nossa pesquisa, portanto, não se debruça sobre os dados produzidos a partir das interações nas plataformas supra citadas, mas sobre os dados coletados, produzidos e publicados pelos

¹⁶⁹ O pensador Christian Marazzi propôs, em 1994, a máquina de Turing como modelo de uma máquina linguística que governa o trabalho e a produção sob a perspectiva do pós-fordismo, ou seja, uma linguagem capaz de exprimir uma instrução operativa. A máquina de Turing descreve as entranhas do trabalho imateriale capitalismo cognitivo e podem ser descritas como máquinas para a acumulação da informação, extração de metadados e implementação de inteligência maquínica.

¹⁷⁰ Pasquinelli, 2011, p.13

¹⁷¹ Pasquinelli, 2011, p.31

¹⁷² Pasquinelli, 2011, p.31

governos a partir de seu aparato de registro e coleta de dados.

Ao nosso ver, o pensamento de Pasquinelli pode ser aproveitado para analisar as práticas de abertura de dados governamentais, como veremos adiante.

A sociedade de metadado é uma evolução da “sociedade de controle” deleuziana, mas neste caso, seu poder é exercido através dos bancos de dados. Esta é a sociedade de metadados conceituada por Pasquinelli, que aparece como uma evolução daquela “sociedade de controle” introduzida por Deleuze, baseada em *datastreams* ou, fluxo de dados, que são ativamente e não mais passivamente produzidos pelas atividades da vida diária dos usuários¹⁷³.

Por metadado, Pasquinelli define a medida da informação, o cálculo da dimensão social, a tradução em valor das relações sociais, o que para Marx seria a natureza do capital e para Negri e Hardt, a produção do comum¹⁷⁴.

Os metadados seriam utilizados, portanto, para medir o valor destas relações sociais transformando-as em valor de mercadoria, para aperfeiçoar a inteligência máquina e desta forma sintonizá-la ao dispositivo, criando algoritmos mais inteligentes¹⁷⁵. Neste sentido, Pasquinelli chega à definição de *mais-valia de código* onde o código é propriamente a cristalização do conhecimento vivo, ou seja, o *General Intellect*¹⁷⁶ marxiano.

Por fim, Pasquinelli define uma última - e para nós mais importante - utilização dos metadados: trata-se de uma nova forma de controle biopolítico. Aqui, ele situa a vigilância de dados, ou seja, a possibilidade real que os metadados conferem ao desejo de controle das massas e previsão do comportamento coletivo pelos governos.

Como no caso das inúmeras estatísticas online e em tempo real que permitem um mapeamento acurado dos acontecimentos populacionais, bem como a previsão de tumultos sociais com base nas curvas de tendência e normalização¹⁷⁷.

O mapeamento dos acontecimentos nos parece ser a dimensão mais significativa por que é possível ver alinhado o conceito de governamentalidade definido por Foucault a partir da utilização de estatísticas de comportamento da população para observar o

¹⁷³ Pasquinelli, 2011, p.32

¹⁷⁴ Pasquinelli, 2011, p.31

¹⁷⁵ algoritmos mais inteligentes:

¹⁷⁶ A expressão aparece nos *Grundrisse* no chamado *fragmento das máquinas*, como sendo uma crucial força produtiva, cuja importância é evidenciada pela crescente importância da maquinaria - entendida como o poder do conhecimento objetivado - no controle dos processos da vida social. Intelecto geral seria, portanto uma combinação de *expertise* tecnológica e intelecto social ou conhecimento social geral ou, ainda, um cérebro social que é, ao mesmo tempo, uma força produtiva e um princípio de organização dos cidadãos.

¹⁷⁷ Pasquinelli, 2011, p.32

momento em que as coisas se dão.

O que nos faz supor que a ampla utilização de dados governamentais pelos organismos internacionais, corporações ou mesmo nações que disponibilizam de recursos para tal processamento de uma gigante massa de dados, possa contribuir nesta previsão de futuro sobre as populações. Pasquinelli cita *Google Flu e Google Trends* mas a proliferação e abertura dos dados governamentais por diversos países promove o cruzamento de dados que possibilita previsões bastante acuradas sobre o futuro em diversos aspectos - econômicos, sociais, culturais.

O artigo é dividido em algumas teses sobre informação, valor e máquina. Retomando Simondon, empreende, em primeiro lugar, uma desmistificação sobre a temporalidade da sociedade de informação. Seria realmente um feito contemporâneo? Na verdade, não. No nascimento da indústria, quando a fonte de energia separa-se da fonte de informação, temos a natureza como fornecedora da primeira fonte (energia) e o homem como fornecedor da fonte de informação. O informacionalismo e o industrialismo, neste sentido, são a mesma coisa, ou seja, a exploração da dimensão informacional do trabalho já está presente desde as primeiras máquinas.

Informação valorizante é um conceito trazido por Pasquinelli para pensar a dimensão do valor da informação. Foi cunhado inicialmente por Aquanti¹⁷⁸ em seus estudos. Informação valorizante serve como uma ponte conceitual entre as noções de informação em cibernética e de valor em Marx.

“Aquanti enquadra os aparelhos cibernéticos como extensão da burocracia da fábrica¹⁷⁹”, como dispositivos de controle. Mas é importante notar que Aquanti já aponta para uma internalização destes processos de controle, com a burocracia da fábrica descendo para dentro dos corpos dos operários por intermédio dos circuitos da cibernética e da maquinaria. Este “fluido vital que escorre nesses circuitos e o alimenta” é a informação valorizante, ou, é trabalho vivo, do ponto de vista marxiano.

Esta dimensão do controle não só trabalha na captura de trabalho vivo, informação valorizante como também na dimensão planificadora, ou seja, na transformação de “bits em números para a planificação econômica”.

Em outras palavras, operando como interface numérica entre o domínio do conhecimento e do capital, o código digital transforma a informação em

¹⁷⁸ Aquanti empreendeu uma das primeiras análises marxistas da cibernética no artigo de 1962 intitulado “Composição orgânica do capital e força de trabalho na Olivetti”

¹⁷⁹ Pasquinelli, 2011, p.15

valor.¹⁸⁰

O que evolui nas máquinas é a forma de extração desta informação valorizante, ou, do trabalho vivo. Ao retomar Marx, Pasquinelli retoma a ideia da máquina como medida do homem, ou seja: as máquinas industriais e cibernéticas definidas como uma cristalização do conflito social, a inovação vem primeiro do trabalhador, seu trabalho vivo é que impulsiona, modela e “ensina” cada nova “geração” da máquina.

Marx recusa o determinismo tecnológico, ou seja, ela é a reterritorialização das relações de poder precedentes. Para Marx, assim como a divisão do trabalho é modelada pelos conflitos sociais e pela resistência dos trabalhadores, assim também é a evolução da tecnologia¹⁸¹.

Neste sentido, encontra-se uma metodologia política para compreender as definições genéricas da “sociedade da informação”, da “sociedade do conhecimento”, da “sociedade em rede”, qual seja a substituição, pelas máquinas informacionais, de um conjunto de relações cognitivas já operantes dentro da fábrica. Da mesma forma, as relações e conflitos sociais também são substituídos por estas mesmas máquinas.

O entendimento de que a máquina absorve o “cérebro social” transformando-o em capital fixo aparece no “fragmento sobre as máquinas” nos *Grundrisse*, de Marx. As máquinas encarnam o conhecimento coletivo e este é chamado para governar o aumento da mais-valia. Ou seja, o conhecimento torna-se capital fixo.

Desta forma, é possível ter o entendimento da máquina como produtor da mais-valia mas também como ampliador desta.

Pasquinelli conclui retomando que a ideia de mais-valia maquínica seria uma redundância já que a etimologia da palavra “máquina” pressupõe exploração, portanto, consolida-se a definição de “máquina como um dispositivo para a amplificação e acumulação de um dado fluxo (energia, trabalho, informação), onde o dispositivo, ferramenta e meio será mais apropriado para descrever apenas uma translação ou extensão de tal fluxo”¹⁸²

Deleuze e Guattari vão, por sua vez, definir o processo de transformação do *General Intellect* em capital constante (fixo) ou seja, a transformação de uma mais-valia de código (saber) numa mais-valia de fluxo.

O que interessa a estes pensadores é entender como a liberação destes fluxos de

¹⁸⁰ Pasquinelli, 2011, p.17

¹⁸¹ Pasquinelli, 2011, p.18

¹⁸² Pasquinelli, 2011, p.21

código (que o capitalismo liberou, desterritorializou e decodificou) levou a uma interiorização destes fluxos na máquina automática, em seu corpo, em sua estrutura, como um campo de forças e criando a dependência de um trabalho dito cerebral, de uma ciência e de uma tecnologia.

Até aqui, podemos entender a profusão e disseminação dos dados governamentais como mais um efeito da *Sociedade de Metadados* e do controle biopolítico que deseja aprender sobre o momento em que as coisas¹⁸³ acontecem e não coibi-las de acontecer.

Se mantivermos a perspectiva do pensador italiano sobre o tema, não podemos deixar de mencionar outro texto¹⁸⁴ em que Pasquinelli traz à reflexão o parasita de Michael Seres.

O parasita inventa algo novo. Ele obtém energia e paga por ela com informação. Ele obtém o alimento e paga por ele com histórias. Dois dias escrevendo o novo contrato. Ele estabelece um pacto injusto; em relação à antiga balança, ele constrói uma nova. Ele fala em uma lógica considerada irracional até então, uma nova epistemologia e uma nova forma de equilíbrio. Ela transforma a ordem das coisas assim como seu estado — sólido e gasoso — em diagonais. Ele estima o valor da informação. Ou melhor: ele descobre informação em sua voz e em suas boas palavras; ele descobre o espírito no vento e na lufada de ar. Ele inventa a cibernética¹⁸⁵.

Segundo o texto, o parasita imaterial está presente em todos nós, que carregamos um parasita intelectual e cibernético que se apropria e redireciona nosso trabalho imaterial.

Nesse texto, Pasquinelli faz uma provocação sobre o que aconteceria com a noção de multidão quando o trabalho intelectual adentra a arena política na forma de um parasita?¹⁸⁶ O que ocorreria com as sub-culturas da rede quando a rede se apresenta como um parasita cibernético de massa? É o momento de reintroduzir uma assimetria incisiva entre os níveis tecnológico, semiótico e biológico, entre material e imaterial.

O operáismo italiano - donde nasce o conceito de multidão - introduz uma polarização em relação à noção de maquínico justamente por que, ao contrário desta,

¹⁸³ por "coisas" nos referimos ao "governo das coisas" definido por Foucault como: [...] *quer dizer também que essas coisas de que o governo deve se encarregar (...) são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte.* (FOUCAULT, 2008a: 128-129)

¹⁸⁴ Pasquinelli, 2012

¹⁸⁵ Serres, apud Pasquinelli, 2012, p.52

¹⁸⁶ Pasquinelli, 2012 p.53

reconhece o primado constituinte da classe operária, ou seja, “a luta de classes forma o desenvolvimento capitalista, não o contrário, como acreditava a ortodoxia marxista”.

Lazzarato, Negri e Virno¹⁸⁷ foram os primeiros pensadores do operaísmo a “libertar o conhecimento vivo das engrenagens sujas de óleo da máquina industrial e fazê-los respirar o ar da cidade. Esse deslocamento fábrica-cidade imputa ao pensamento marxista uma atualização do *intelecto geral* que não se apresenta só “cristalizado na máquina, mas difuso, atravessado em toda a fábrica social da metrópole”¹⁸⁸.

Identificar onde as manifestações do intelecto geral, que atravessam a metrópole, estão vivas ou mortas é um outro desafio que, embora já equacionado na fábrica, deve ser pensado agora em termos de cidade.

Há possibilidade de resistência no caso da abertura de dados governamentais? Nos parece correto afirmar que sim, quando essa abertura é forçada de baixo para cima, é exercida como direito sobre a informação que é omitida e escondida da multidão conectada. Ou, se a informação não é oferecida por bem, ou por direito, que ela seja vazada.

Mas que tipo de projeto político pode dar vida à multidão já que a mesma precisa de um projeto para passar a existir?

Essa é a investigação que Antonio Negri e Michael Hardt empreendem em seu livro *Multidão*, no que definem o projeto de Democracia da Multidão.

O projeto de Democracia da Multidão

Negri e Hardt chamam para a reinvenção do modelo de democracia e para a criação de novas formas e práticas institucionais adequadas a nossa era global, o que chamam de Democracia da Multidão.

Para além da universalização, a noção de representação presente no conceito de

¹⁸⁷ Virno elabora uma teoria da revolução original que chama de êxodo. o militante-produtor-ação política-trabalho intelectual convergem em virtuose.

a revolução contemporânea não é a tomada do poder do Estado mas o êxodo constituinte. é justamente a simbiose entre Trabalho e General Intellect que provoca o eclipse da Ação e é a conexão entre Ação política e GI que deixa entrever a possibilidade de uma esfera pública não estatal (p119)

¹⁸⁸ Pasquinelli, 2011 p.24

democracia cumpre duas funções contraditórias: liga a multidão ao governo e ao mesmo tempo a separa.

A representação é uma espécie de vacina que protege dos perigos da democracia absoluta pois fornece ao corpo social uma pequena dose controlada de governo popular, com isto inoculando-o contra os temíveis excessos da multidão¹⁸⁹.

Outro ponto destacado pelos autores como elemento a ser observado em relação à construção de uma democracia da multidão é o da representação. O que Negri e Hardt observam é que, ao invés de ser uma barreira contra a democracia, a representação passou a ser encarada como um suplemento necessário.

Inicialmente, os autores exploram as condições de possibilidade para a formação da multidão: o surgimento do comum e do singular, o tornar-se comum de formas singulares de trabalho, a singularidade dos contextos humanos locais numa antropologia global comum, a condição comum de pobreza e produtividade¹⁹⁰. Assim como a clivagem entre biopoder e biopolítica, essas condições “são ambivalentes pois podem levar à libertação ou ser apanhadas num novo regime de exploração e controle.¹⁹¹”

O próximo passo dos autores, portanto, é investigar que tipo de projeto político pode dar vida à multidão, já que a mesma precisa de um projeto para passar a existir. Na opinião dos autores, esse projeto se constitui a partir da produção de um excedente de inteligência, experiência, conhecimento e desejo sobre o qual se fundam as lutas da multidão traduzindo-se em formas comuns de conduta, hábitos e performatividade.

Os autores reconhecem a manifestação de um novo ciclo internacional em torno das questões da globalização no fim da década de 1990, mais especificamente com os protestos¹⁹² contra a reunião de cúpula da OMC em Seattle em 1999. As manifestações que se estenderam pela América do Norte e Europa e no sul global eram contra o FMI, o Banco Mundial, o Acordo de Livre Comércio da América (Nafta) e outras instituições da nova estrutura global de poder.

Devemos enfatizar que o que as forças mobilizadas nesse novo ciclo global têm em comum não é apenas um inimigo comum - chame-se ele neoliberalismo, hegemonia americana ou Império global -, mas também práticas, linguagens, condutas, hábitos, formas de vida e desejos comuns de um futuro melhor. Em outras palavras, o ciclo não é apenas reativo, mas também ativo e criativo.¹⁹³

¹⁸⁹ Negri e Hardt, 2005 p.306

¹⁹⁰ Negri e Hardt, 2005 p. 275

¹⁹¹ Negri e Hardt, 2005 p. 275

¹⁹² Negri e Hardt, 2005 p. 278

¹⁹³ Negri e Hardt, 2005 p.279

As reivindicações da multidão nascem, por sua vez, como uma nova resistência ao poder Imperial. Antonio Negri e Michael Hardt situam um novo momento da relação entre Estado e capital onde as formas tradicionais de resistência perdem seu poder, e um novo tipo de resistência precisa ser inventado. Se a relação entre Estado e capital vem mudando ao longo do século XIX, chegando a uma relação amadurecida onde de fato as grandes corporações transnacionais ultrapassam a autoridade e jurisdição dos Estados-nação, pode parecer que o Estado foi derrotado, e as empresas governam. Contudo, o que Negri e Hardt observam é uma reconfiguração dos mecanismos políticos já que "Governo e política foram completamente integrados ao sistema de comando transnacional"¹⁹⁴, e também os mecanismos de mediação política se reconfiguram funcionando mais pelo aparato burocrático e gerencial do que pela mediação e reconfiguração de conflito. A mediação agora é feita pelo mercado.

A característica híbrida do Império que mescla funções governamentais da antiguidade e da modernidade, contribui na formação dos circuitos de produção e circulação do Império¹⁹⁵.

Embora as funções monárquicas e aristocráticas aludem às dimensões subjetivas e produtivas da nova constituição híbrida, a chave dessas transformações está no momento democrático, e a dimensão temporal do momento democrático deve referir-se à multidão¹⁹⁶

O poder Imperial portanto, captura a multidão em aparatos de controle flexíveis e modulados e esse é o salto mais importante a ser reconhecido: do paradigma disciplinar para o paradigma de controle do governo.

Mas se concordamos com Pasquinelli na proposta de uma evolução da Sociedade de controle para a Sociedade de metadados, novos dispositivos de segurança devem ser observados como respostas às demandas da multidão. Nossa hipótese é que a circulação de informação e abertura governamental pode ser um desses dispositivos. A circulação de dados governamentais, maior transparência e abertura à participação promete, em seu discurso oficial, mudanças estruturais na forma como fazemos política no mundo hoje. Mas é apenas uma das facetas desse movimento de abertura de dados. A dimensão da vigilância e a dimensão mercadológica imposta por tais mecanismos tende a ser um fator crescente a ser debatido assim como a privacidade, um valor a ser defendido.

Ao se concentrarem na construção de uma democracia da multidão, ou seja, uma

¹⁹⁴ Ibidem, p.328

¹⁹⁵ Ibidem, p. 339

¹⁹⁶ Ibidem, p.339

maneira de consolidar o poder da multidão que possibilite esse projeto democrático, os autores vão observar a crise da democracia sob dois aspectos que consideram relevantes: a globalização e a representação.

Para os autores, o projeto de democracia da multidão enfrenta duas dimensões. Primeiramente de escala, do Estado-Nação para todo o planeta. Terá condições a democracia de se assegurar numa escala global? Em segundo lugar uma limitação ou adiamento da democracia em detrimento da liberdade, deixando a democracia para segundo plano, o que constituiria o que se conhece como democracia liberal. Esta também não seria a solução para a multidão e seu projeto de democracia já que não se mostram soluções adequadas para atacar outros problemas além da guerra civil global.

Ainda no esforço de entender as novas formas possíveis de representação democrática, Negri e Hardt mergulham na história da opinião pública e as várias teorias que tem procurado caracterizar sua forma de representação e verificam que a opinião pública não é nem representativa nem democrática, configurando-se como uma noção que aponta dois pontos de vista opostos no pensamento político moderno: uma visão utópica da representação perfeita da vontade do povo no governo e uma visão apocalíptica do domínio manipulado da turba¹⁹⁷.

Sob este paradigma, a opinião pública é vista como um mecanismo essencial da representação democrática, como se a vontade da maioria dos cidadãos pudesse ser confirmada a qualquer momento sem a necessidade de passar por um corpo de representantes, e possivelmente mesmo sem a necessidade de uma máquina eleitoral.

A noção de sociedade civil em G. W. F. Hegel é fundamental para esta concepção da mediação.

A sociedade civil é o terreno de todas as organizações e instituições sociais, econômicas e políticas que não fazem parte do Estado. Na sociedade civil encontram-se não apenas indivíduos mas também famílias, grupos cívicos, sindicatos, partidos políticos e grupos de interesse, ao lado de outras formas de associação. A noção hegeliana de sociedade civil constitui um modelo que permite conduzir a pluralidade da expressão individual na opinião pública para uma unidade racional compatível com a soberania.

Entre os teóricos contemporâneos da opinião pública, Jurgen Habermas é o que mais claramente reata com a noção hegeliana de mediação.

Do ponto de vista de Habermas, a opinião pública pode ser entendida em termos

¹⁹⁷ Negri e Hardt, 2005 p.327

de ação comunicativa voltada para a obtenção do entendimento e a criação de um mundo de valores. Essa esfera pública é democrática na medida em que permite a livre expressão e as trocas comunicativas plurais, mas para Habermas esse mundo vital é uma alternativa, fora do sistema da razão instrumental e do controle capitalista da comunicação.

Neste ponto, a concepção da comunicação ética numa esfera pública democrática parece ser algo utópico e irrealizável já que este isolamento é inconcebível, estamos todos imersos e contaminados.

Desta forma, Negri e Hardt concluem que “opinião pública” (assim como “esfera pública”) não é uma expressão adequada para essas redes alternativas de expressão nascidas na resistência. Só podemos entender essas formas de expressão social como redes da multidão que resiste ao poder dominante e a partir de seu interior consegue produzir expressões alternativas.

Essa superpotência que emerge nas redes e nas ruas ao ser tratada como uma opinião pública global sinaliza que ela vai muito além das instituições políticas de representação democrática na sociedade global: a multidão conseguiu expressar o que não foi expresso por seus representantes. Mas é uma expressão completamente inadequada para entender a natureza e a força dessas expressões das redes da multidão. Para entender melhor a força da multidão é preciso investigar suas expressões contemporâneas, suas queixas contra o sistema global e suas propostas de reforma.

Neste sentido só interessaria o governo aberto se essas redes apropriam-se dos dados e produzem resistência, mas para que isso ocorra, o governo deve se abrir nos pontos mais críticos, onde sua abertura produz resistência. Atualmente, vemos práticas de abertura voluntária dos governos que não dialogam com as demandas dos movimentos sociais, das lutas sociais. O governo se abre numa perspectiva de geração de novos negócios ou abre dados que já estão disponíveis em formatos eletrônicos. Mas são justamente os dados e informações mais obscuras que produzirão alguma transformação na forma de se fazer democracia a partir de uma abertura de dados governamentais.

A comunicação é produtiva não apenas de valores econômicos mas também de subjetividade, e portanto a comunicação é um elemento central da produção biopolítica.

Ainda assim, considerando que a cultura livre, a cultura de abertura e circulação não é uma resposta à um novo modelo de democracia ou nem mesmo aponta para uma possibilidade de democracia da multidão, só nos resta compreender a lógica da democracia liberal no que ela reforça mecanismos de expansão das iniciativas do capital em detrimento de uma condição republicana, invadindo marcos legais e cerceando direitos

civis e políticos. Percebemos os impasses para o conceito de democracia em sua *praxis*, no que se evidencia onde mora a "crise" e de que material ela é feita. Que venha a outra lente para a visão ganhar unidade nessa crítica aqui elaborada.

Capítulo 3 - A lente da Biopolítica

O movimento de abertura de dados governamentais está claramente associado a um modelo de democracia liberal. Apesar disso, até mesmo um pensador liberal como Lawrence Lessig, que advoga fortemente pelo fim do financiamento privado de campanhas nos Estados Unidos, também faz críticas ao que chama de "transparência nua" conforme artigo publicado em 2009¹⁹⁸. Lessig relativiza a onda de transparência que se instalava no país desde 2006, com a criação de campanhas e fundações pró-transparência e afirma que é preciso ser estratégico sobre as demandas por transparência pois alguns dados, ao virem à público, que podem servir mais a especulações vazias e análises infundadas, contribuindo para desviar a atenção para o que realmente interessa.

Foucault empreende uma bela reflexão sobre o Liberalismo - teoria que fundamenta a democracia liberal - em seu curso "Nascimento da Biopolítica". Para chegarmos nesse ponto de análise, iremos percorrer um caminho um pouco mais extenso até chegar ao cerne da questão do liberalismo a partir do qual ele desenvolve seu conceito de governamentalidade. Primeiramente, iremos retomar o projeto foucaultiano de investigação da genealogia do poder e do nascimento da economia política, que constitui elemento central do conceito de biopolítica e a forma de operar das democracias liberais. Em seguida, traremos outros pensadores que também se utilizaram do conceito de biopoder para pensar a sociedade contemporânea e finalmente discutiremos o liberalismo e a investigação de Foucault acerca de um Estado que "governa demais".

¹⁹⁸ LESSIG, L. Against Transparency. New Republic. Out. 2009. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/books-and-arts/against-transparency>. Acesso em: 25 de Novembro de 2014.

Biopoder¹⁹⁹

O projeto de uma genealogia do poder surgiu no pensamento de Foucault a partir da década de 1970, principalmente com a publicação de *Vigiar e Punir* (1975) e da *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976), complementando o projeto de uma arqueologia do saber. O que passa a interessar a Foucault é o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos.

Enquanto a arqueologia (Ser-Saber), procurava analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas, a genealogia (Poder-Saber) procurava analisar o surgimento dos saberes.

Na genealogia, trata-se de analisar o surgimento dos saberes a partir de “condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante –, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica”²⁰⁰

O poder não pode ser visto como um processo global e centralizado de dominação que se exerceria em diversos setores da vida social, mas sim que funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa.

Em suma, Foucault rejeita a idéia de poder inspirada no modelo econômico, do poder como mercadoria, como um bem que se possui. Um aspecto importante da analítica do poder de Foucault é a adoção do modelo da guerra à inteligibilidade das relações de poder. Assim, “o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios”. Ou seja, o poder é luta, enfrentamento, disputa, relação de forças, estratégia, onde se tem por objetivo acumular vantagens e multiplicar benefícios²⁰¹.

A análise genealógica do poder²⁰² se complementa com o estudo do poder

¹⁹⁹ O próprio filósofo indicou a clivagem entre biopolítica e biopoder ao perpassar pelas diversas áreas temáticas de sua pesquisa - a medicina social, a sexualidade, o racismo, o sistema jurídico, a economia política - na reconstrução das relações de poder que forjavam uma nova governamentalidade, novos dispositivos, técnicas e estratégias que buscavam dominar e controlar uma população, um conjunto de seres vivos entendidos como uma espécie. Judith Revel em seu "Dicionário Foucault" atualiza a noção para a análise histórica da conjuntura de racionalidade política na qual ela surge, ou seja, o nascimento do liberalismo, sendo a biopolítica um novo modelo de "governamentalidade" que se apresenta como uma nova tecnologia de poder atribuída a um novo objeto: a população

²⁰⁰ Machado, 1982, p.187

²⁰¹ Danner, 2009

²⁰² E como analisamos a informação como poder? E a distribuição e abertura das informações como distribuição de poder? E quem usa? Quem vem de dentro e cria resistência a partir da informação sobre o

disciplinar e, posteriormente, com a análise do biopoder. Vejamos, agora, como Foucault tematiza cada um deles.

Um dos temas que interessa Foucault é, por exemplo, o surgimento da economia política a partir da coleta dos dados populacionais e das estatísticas que dão fruto às curvas normais de efeitos sociais, um aspecto bastante próximo do objeto de estudo dessa pesquisa, quando assistimos a uma radicalização dessa possibilidade de construção de estatísticas e de curvas a partir da produção de dados sobre dimensões infinitas da vida urbana.

Foucault observou que as estatísticas populacionais foram definitivas para o nascimento da economia política no século XVI e, conseqüentemente, para a racionalização do governo, constituindo elemento central do conceito de biopolítica e a forma de operar das democracias liberais.

Recorreremos aos conceitos foucaultianos de governamentalidade e biopolítica, desenvolvidos com mais vigor nos cursos empreendidos por Foucault nos anos de 1977 e 1978²⁰³, para entender como o Governo opera dispositivos de segurança para reduzir os riscos de revoltas. Qual a racionalidade impregnada no Estado que o faz inaugurar técnicas de governo capazes de regular e manter a ordem e a disciplina mitigando possíveis revoltas urbanas?

Esta parece ser a questão central para Foucault no curso Segurança, Território e População, quando analisa os dispositivos utilizados pelo Estado frente ao que chama de *coisa* (o cereal, o contágio, a rua,) e *acontecimento* (a escassez alimentar, a epidemia, a cidade). É a relação do governo com estes *acontecimentos* que Foucault deseja entender e a partir do qual desenvolve o conceito de governamentalidade e, posteriormente, biopolítica como uma forma de governamentalidade.

Neste curso Foucault vai tratar da gênese de um saber político que colocaria no centro de suas preocupações a população como um conjunto de indivíduos e os mecanismos suscetíveis de assegurar sua regulação. Seu fio condutor é a noção de governo, aquilo que agrega procedimentos e meios utilizados para assegurar "o governo dos homens". A metáfora do pastor se ocupando de suas ovelhas é retomada com a confirmação de que tal hipótese seria confirmada quando aplicada ao *Político*. O poder pastoral é exercido sobre uma multidão em deslocamento e enquanto ela persegue um alvo, o pastor deve cuidar de sua subsistência, assegurar sua salvação; é, ao mesmo

funcionamento do Estado?

²⁰³ Segurança, território e população

tempo, um poder que individualiza e também um poder que totaliza²⁰⁴.

O nascimento de novas formas de estruturas políticas e relações econômicas faz emergir um questionamento sobre a maneira de governar e de se governar, de conduzir e se conduzir. A formação de uma governamentalidade política busca explicar como a conduta dos indivíduos está implicada no exercício do soberano, fato que será observado nos manuais de príncipe dos séculos XVI e XVII, ligada à emergência da "razão de Estado". A racionalidade da arte de governar é a nova matriz segundo a qual o Príncipe deve exercer sua soberania. E portanto, o desenvolvimento da razão de Estado é correlato ao desaparecimento do tema imperial. A razão de Estado toma forma em dois grandes conjuntos de saber e de tecnologia políticos: tecnologia diplomático-militar e polícia.

Se o primeiro encarrega-se da organização de um aparelho armado que promove um sistema de alianças, a outra tecnologia, da polícia, que faz crescer do interior, as forças do Estado.

O problema população-riqueza também constitui uma das condições de formação da economia política.

A população é uma variável dependente de um certo número de fatores que não são todos naturais, mas essa dependência pode ser analisada racionalmente, de modo que a população apareça como "naturalmente" dependente de fatores múltiplos que podem ser artificialmente modificados.²⁰⁵

Eis o problema político da população, numa derivação em relação à tecnologia de "polícia" e numa correlação com o nascimento da reflexão econômica.

Esta população que não é nem uma simples coleção de sujeitos de direito nem um conjunto de braços para o trabalho, está condicionada a um regime geral dos seres vivos que pode ser influenciado tanto pelas leis quanto pelas maneiras de fazer e viver, pelas campanhas por mudanças de atitude.

Foucault aponta, portanto, para uma derivação importante em relação à tecnologia de "polícia" e numa correlação com o nascimento da reflexão econômica: o aspecto político do par riqueza-população. Se por um lado, a população não é simplesmente um conjunto de sujeitos de direito nem braços que produzem, esta população está condicionada a um regime geral dos seres vivos que pode ser influenciados tanto pelas leis quanto pelas maneiras de fazer e viver, pelas campanhas por

²⁰⁴ Foucault, 2003

²⁰⁵ Foucault, 1997, p.84

mudança de atitude.²⁰⁶

A polícia, portanto, é entendida como a arte racional de governar e deve coordenar dois princípios, o Estado de concorrência (econômico-militar) e o Estado de *Wohlfahrt* (riqueza, tranquilidade, felicidade).²⁰⁷

Foucault caminha para a definição do conceito de biopolítica a medida que considera que para a gestão desta população atender aos mercantilistas, no sentido de riqueza, e como força dos Estados, é preciso, entre outras coisas, políticas de saúde que contenham a mortalidade, intervenções nas condições de vida, imposição de normas. Nasce aí a ideia de um Estado que cuida da normalização das curvas de mortalidade da população e coloca a vida como lugar central de seu governo. A biopolítica, portanto, é uma forma de governamentalidade.

Não fica difícil, portanto, enxergar a radicalização desse processo a partir das práticas de rastreamento, coleta e sistematização de dados sobre as inúmeras dimensões da vida em sociedade. No que diz respeito aos dados governamentais abertos, a dimensão observada seria tanto acerca do comportamento dos governos quanto do comportamento da população, numa versão atualizada e extrema das possibilidades de cruzamento de dados e formulação de estatísticas não só dentro de países como comparativamente entre países. Não é à toa que as organizações mais interessadas nessa abertura governamental são aquelas organizações globais financeiras, cuja capacidade de previsão de comportamento interessa sobremaneira no cálculo de riscos e formulações de investimentos.

Biopoder por outros pensadores

Veremos agora como outros pensadores incrementam o conceito de biopolítica foucaultiano trazendo novas reflexões para essa pesquisa.

Gilles Deleuze coleta pistas no pensamento de Foucault e avança conceituando as sociedades de controle, que sucederiam as sociedades disciplinares. Em seu post-scriptum sobre as sociedades de controle²⁰⁸, Deleuze situa as sociedades disciplinares cujas instituições de confinamento regem os corpos para concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo e compor no espaço-tempo uma força produtiva que deve ser otimizada

²⁰⁶ Foucault, 1997 p.85

²⁰⁷ Foucault, 1997 p.85

²⁰⁸ Deleuze, 1992

e maximizada. A família, a escola, a fábrica, o hospital são estruturas de confinamento ao modelo da prisão.²⁰⁹ A domesticação dos corpos e docilização das almas são condições essenciais para uma sociedade que descobria a produtividade.

Para Deleuze, as instituições entram em crise e as sociedades de controle as substituem. O controle traz consigo um novo regime de linguagem, a numérica no lugar da analógica, a empresa no lugar da fábrica, a formação permanente em substituição à escola, a continuidade de estados metaestáveis e coexistentes no lugar do recomeço. Na sociedade de controle o essencial é a cifra, uma senha, não mais a assinatura que indica o indivíduo e o número que indica a posição na massa.

Outra distinção fundamental postulada por Deleuze utiliza as figuras anímicas como metáfora das subjetividades do homem da disciplina e do homem do controle. Enquanto o primeiro é o animal dos meios de confinamento, a toupeira monetária, o homem das sociedades de controle é ondulatório, funcionando em órbita, representado por uma serpente. Também as máquinas se distinguem em cada sociedade, nas sociedades de soberania imperavam as roldanas, alavancas, máquinas simples. Nas sociedades disciplinares as máquinas energéticas, potencialmente entrópicas, mas nas sociedades de controle são as máquinas de informática e computadores cujos riscos são a interferência, o vírus.

Também no campo do regime de acumulação capitalista Deleuze situa as sociedades de controle como uma mutação do capitalismo, passando de um regime de concentração, produção e propriedade (no século XIX) para um regime de mercado que é conquistado por especialização, por colonização ou por redução de custos de produção. Deleuze o define como capitalismo de sobreprodução, que investe não em produtos mas em serviços e ações, por isso o marketing e as vendas são a “alma” de uma empresa que só tem gerentes.

As subjetividades passam do homem confinado para o homem endividado, o capitalismo sob o paradigma do controle verá a dissipação das fronteiras como também a explosão dos guetos e favelas²¹⁰.

Deleuze finaliza seu texto lançando uma indagação sobre as novas formas de resistência contra as sociedades de controle e reafirmando que este novo regime de dominação seja talvez mais complexo e contínuo.

²⁰⁹ o que há de impressionante no fato de a prisão parecer com as fábricas, escolas, casernas, hospitais, que se parecem – todos eles – com prisões? (*Surveiller et punir* (SP), Ed. Gallimard, Paris, 1975, p. 229.)

²¹⁰ Foucault, 2003

É a partir dessa noção contínua estabelecida pelo pensamento deleuziano que Negri e Hardt concluem que "só a sociedade de controle estaria apta a adotar o contexto biopolítico como terreno exclusivo de referências"²¹¹. Neste sentido, não só a transição histórica definida por Deleuze em seu "*Post scriptum* sobre as sociedades de controle"²¹² como também a natureza biopolítica do novo paradigma de poder corroboram para esta conclusão. A continuidade da sociedade de controle estabelecida por Deleuze são atravessados pela noção de produção e reprodução da própria vida definidos por Negri e Hardt.

Os pensadores realizam uma inversão não só semântica, mas também cultural e política, do termo biopolítica, que deixa de abrigar prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade refletida no corpo passivo da população e de suas condições de reprodução, sua vida, e passa a significar a potência da vida²¹³.

Uma dimensão da passagem da sociedade disciplinar para a de controle, que é a captura de todo o corpo social pela máquina do poder e desenvolvido em suas virtualidades. No biopoder é a reprodução da própria vida que está no cerne da disputa da estrutura social e seus processos de desenvolvimento, desta forma, a sociedade agrupada reagirá como um só corpo, através das consciências dos corpos e das relações sociais.

Outro aporte realizado por Negri e Hardt diz respeito à perspectiva da economia política, quando afirmam que a passagem da sociedade disciplinar para a de controle está associada à plena realização do desenvolvimento do capitalismo, ou nas palavras de Marx "uma passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital"²¹⁴. Estes desdobramentos e passagens foram observados por outros pensadores, como por exemplo Adorno e Horkheimer para quem a subordinação é da cultura à figura totalitária do Estado. Aparentemente, Negri e Hardt optam por uma perspectiva mais múltipla e plural desenvolvida por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*²¹⁵ que confere a esta transição um caráter desigual, envolvendo as dimensões econômicas, sociais, mas também o *bios social*²¹⁶.

²¹¹ Negri e Hardt, 2010 p. 43

²¹² Deleuze, 1992

²¹³ Negri e Hardt, 2010

²¹⁴ subsunção formal e subsunção real

²¹⁵ Deleuze e Guattari, 1997

²¹⁶ bios social

As resistências deixam de ser marginais e tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes; os pontos individuais são singularizados em mil platôs²¹⁷.

Em Império²¹⁸, Negri e Hardt investigam como os mecanismos criados pelo Estado no contexto da sociedade de controle - Estado de exceção e técnicas de polícia - e que são elementos centrais do direito imperial, são, na prática, incapazes de atingir concretamente o biopoder. Desta forma, os autores designam ao direito imperial um alcance parcial no projeto da nova constituição da ordem mundial, passando a priorizar, portanto, a noção produtiva do biopoder e esclarecer as “dimensões vitais ou biopolíticas da obra de Foucault em relação à dinâmica da produção”²¹⁹. Em outras palavras, Negri e Hardt acreditam que o biopoder da multidão sempre "escapará" dos mecanismos de controle, ou seja, sempre criará novas formas de resistência, de existência ou de ruptura com os dispositivos de controle.

Negri e Hardt aprofundam o debate já iniciado por Foucault acerca do contexto biopolítico em relação à acumulação capitalista, como também em termos culturais, físicos e subjetivos, contudo, os dois autores identificam o que consideram uma "debilidade" do trabalho de Foucault:

[...] incapacidade de afastar seu pensamento da epistemologia estruturalista²²⁰ que sacrifica a dinâmica do sistema e a reprodução cultural e social e isso o impede de entender a dinâmica real da produção na sociedade biopolítica²²¹.

Ao identificarem o paradigma estruturalista de pensamento, Negri e Hardt irão encontrar em Deleuze e Guattari um "entendimento pós-estruturalista do biopoder que permite entender a questão da produção do ser social e da reprodução social, dando pistas de como o biopoder deve ser atualizado e atravessado pelo pensamento marxista. Na visão dos autores de Império, quem melhor atualiza a relação social entre produção social e biopoder são os autonomistas que a partir dos conceitos de *intelecto geral*²²² e trabalho imaterial irão atualizar os conceitos de trabalho produtivo e seu desenvolvimento vivo na sociedade.

²¹⁷ Negri e Hardt, 2010 p.44

²¹⁸ Negri e Hardt, 2010 p.44

²¹⁹ Negri e Hardt, 2010, p. 46

²²⁰ por epistemologia estruturalista os autores querem dizer a reinvenção de uma análise funcionalista no domínio das ciências humanas. Negri e Hardt, 2010, p. 47

²²¹ Negri e Hardt, 2010 p.47

²²² desenvolver

Ao assumir que a força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa ocupa um papel central no modelo de acumulação capitalista contemporâneo, Negri e Hardt apontam para a necessidade de uma nova teoria do valor que abarque a análise da dimensão social e comunicativa do trabalho ativo como também o problema das novas configurações de subjetividade em seu potencial de Revolução ou exploração, o que seria alcançado por uma "nova teoria da subjetividade que opere, basicamente, através do conhecimento, da comunicação e da linguagem"²²³. Contudo, os autores fazem um importante aporte ao identificar a produtividade dos corpos e o valor dos afetos - inspiração spinozista - como essenciais no contexto da sociedade biopolítica.

É com este arcabouço de conceitos e aportes que Negri e Hardt seguirão em sua tarefa de desenvolver uma teoria sobre o potencial da produção biopolítica. Ao reunirem as diferentes características definidoras do contexto biopolítico e devolvendo-as à ontologia da produção, os autores identificam uma nova figura do corpo biopolítico coletivo, que por sua vez pode continuar contraditório ou paradoxal, uma "multidão de corpos singulares e determinados que buscam relação"²²⁴, são linguagem, "produção e reprodução, estrutura e superestrutura, vida no sentido mais pleno e política no sentido mais próprio"²²⁵.

A esse corpo biopolítico coletivo, em seu misto de inteligência, conhecimento, afeto, desejo, os autores deram o nome de multidão²²⁶.

Na obra *Multidão* (2005), aquela que segue *Império* (2000), os autores focalizam a análise da forma e do conteúdo desse corpo biopolítico coletivo, ou seja, entender as formas de resistência do mundo contemporâneo, ir além das questões formais, entender as subjetividades produzidas, como também as ambiguidades das formas nacionalistas e religiosas de resistência²²⁷ ao mesmo tempo que são progressistas e centralizadas, revolucionárias e identitárias. Negri e Hardt propõe em *Multidão* um exame do que está sendo produzido, como e por quem.

Para entendermos melhor a ligação entre a produção e as resistências, é preciso examinar a produção em seu interior, reconhecendo as condições de trabalho e as bases da exploração e como mudam de acordo com as transformações do trabalho e todas as relações de produção.

²²³ Negri e Hardt, 2010, p.48

²²⁴ Negri e Hardt, 2010, p.49

²²⁵ Negri e Hardt, 2010, p.49

²²⁶ Pelbart, 2011 p 84

²²⁷ Negri e Hardt, 2005 p.134

Produção biopolítica, na concepção de Negri e Hardt, define-se a partir de uma ampliação do entendimento de produção contemporânea que exerce sua hegemonia sobre as produções culturais e política criando ideias, conhecimento, formas de comunicação e relações, o que os autonomistas chamam de bens imateriais. Esta produção, por sua vez, ultrapassa os limites da economia e investe cultura, sociedade e política produzindo não apenas bens materiais mas relações sociais e formas de vida concretas. Isso é o que Negri e Hardt chamam de "produção biopolítica", onde assim como o biopoder, a vida social é capturada em sua totalidade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho.

O Liberalismo como tecnologia de poder

O caminho percorrido por Foucault para chegar ao conceito mais recente de biopolítica parte da genealogia dos dispositivos de poder e das práticas da medicina social que deflagram a necessidade de se gerir um conjunto de indivíduos da mesma espécie, uma população, demanda imposta por uma racionalidade de Estado que visa "fazer viver" que por outro lado "deixa morrer". Quando esta pragmática biopolítica é colocada em oposição ao poder soberano, o fazer viver é pensado como um investimento do poder disciplinar que emprega sobre os corpos humanos uma anátomopolítica que controla e disciplina a multiplicidade dos homens em corpos individuais. Essa dimensão individualizante tem por outro lado uma dimensão totalizante de controle da vida (*bios*), a biopolítica. Avançando este conceito a partir dos dispositivos de segurança e racionalidade do Estado, Foucault atribui às "tecnologias diplomático-militar" e à "polícia" a emergência dessa razão de Estado que gere e regula as vidas tanto externa quanto internamente. Outro avanço desse pensamento se dá a partir do cruzamento dessa dimensão biopolítica com o surgimento do liberalismo e da noção de um Estado que "governa demasiadamente".²²⁸

Ao subtrair a prática econômica da razão do Estado deixando, portanto, o mercado livre, o liberalismo pode ser entendido como uma tecnologia de poder dos dispositivos de segurança, onde as curvas estatísticas que regulam as vidas das populações devem ser normalizadas e para isso os Governos lançam mão da regulação jurídica, que passa a governar mais que o bom senso ou a sabedoria. É sobre a liberdade dos homens

²²⁸ Santos, 2010

que recai a justificativa para a implementação dos dispositivos de segurança, para que essa liberdade seja ao mesmo tempo reconhecida, individualizada e naturalizada.

É possível resumir as transformações das formas de poder analisadas por Foucault num esquema espacial quase arquitetônico. Partindo de um sistema jurídico-legal, o poder arcaico "capitaliza" o espaço, o soberano domina os territórios e seu paradigma é o de deixar viver e fazer morrer. Na passagem para o modelo disciplinar, cujo dispositivo é o panóptico, tem-se na era moderna esse espaço vazio e hierarquizado que se constrói artificialmente para dominar corpos e indivíduos. A semelhança entre as instituições desta época - presídio, fábrica, escola - denota a preponderância desta arquitetura que doutrina os corpos. No dispositivo de segurança da era contemporânea, o objeto do poder são as populações e os eventos que a estruturam, emergindo desta forma práticas que orientam para a normalização das curvas de nascimento, mortalidade.

Podemos concluir a partir desta genealogia do conceito foucaultiano de biopolítica, que o próprio filósofo perpassa diversas áreas temáticas de sua pesquisa - a medicina social, a sexualidade, o racismo, o sistema jurídico, a economia política - na reconstrução das relações de poder que forjavam uma nova governamentalidade, novos dispositivos, técnicas e estratégias que pretendem dominar e controlar uma população, um conjunto de seres vivos entendidos como uma espécie. É a partir deste entendimento dos conceitos que este trabalho fará a atualização e problematização dos conceitos foucaultianos por outros pensadores que potencializaram e ampliaram o conceito.

No curso "Nascimento da biopolítica"²²⁹ Foucault retoma a noção de "Estado racional" que, desde o século XVIII, vem tratando um conjunto de seres vivos constituídos em população e seus fenômenos de saúde, higiene, natalidade, raças, entre outros, e relaciona estes fenômenos a um sistema liberal preocupado com o respeito aos sujeitos de direito e à liberdade de iniciativa dos indivíduos, buscando entender sob quais regras e em nome de que este paradoxo "liberdades individuais" e "população" seria gerido.

A questão para o filósofo era entender como num sistema preocupado com o respeito aos sujeitos de direito e à liberdade de iniciativa dos indivíduos, o fenômeno "população" pode ser levado em conta.

Na primeira aula do curso, Foucault levanta uma questão: "e se, assim como fizéssemos com a loucura, imaginando que ela não existisse, também desaparecêssemos

²²⁹ curso ministrado entre os anos de 1978 - 1979 no College de France.

com o Estado, assumindo sua inexistência? Que possibilidades de pensamento isso nos levaria?"²³⁰. Foucault pensa o liberalismo como uma forma de reflexão crítica sobre a prática governamental, seja pelo viés econômico seja pelo jurídico, que pressupõe o “governar demais” como limitação da prática governamental que encontra-se limitada em seu excesso possível.

O liberalismo rompe com a razão do Estado que buscava no próprio Estado a justificativa para uma governabilidade crescente e de regulação do desenvolvimento, quando o liberalismo, por sua vez, assume que "governa-se sempre demais", e que por isso a crítica deve ser feita a esta necessidade de governar. Essa nova problemática, a da “sociedade” que se justifica no lugar do Estado, é o fundamento ordenador do governo e que permite questionar que fins o governo deve ter por meta para justificar sua existência para a sociedade e qual a ideia de sociedade que se tem a partir da qual se constrói uma tecnologia de governo cujo pressuposto é o excesso de governo existente.

Ao repensar o papel, utilidade, necessidade do Estado a partir das práticas liberais que nasciam no século XVIII, especialmente a francesa e a inglesa, Foucault busca investigar a conexão de um regime da verdade da prática governamental, ou seja, o regime de práticas que possibilitou que o mercado tenha sido aceito como verdade, ou tenha se tornado o regime de verdade para a prática governamental.

O liberalismo é visto então como instrumento crítico da realidade, das governamentalidades que o precederam, que coexistem e dessa forma moldam uma governamentalidade que se deseja, limitando os abusos de um Estado que “governa em excesso”²³¹. O liberalismo funciona então como um regulador da prática governamental. Desta forma, a prática econômica foi subtraída da “razão de Estado” e da intervenção governamental e o liberalismo encontra na regulação jurídica, ou seja, na “lei” a forma mais eficaz - mais que a sabedoria ou moderação - e também mais participativa, num sistema parlamentar, por exemplo, onde há a possibilidade de participação dos governados na elaboração da lei, embora um não seja condição para a existência do outro.

Segundo Giuseppe Cocco²³², Foucault se debruça sobre o liberalismo para apreendê-lo como teoria de uma nova tecnologia de poder, aquela dos dispositivos de segurança. É sobre a liberdade dos homens que recai a justificativa para a implementação

²³⁰ Foucault, 2008a p.5

²³¹ Foucault, 2008a p.28

²³² Cocco, 2009, p.125

dos dispositivos de segurança, para que essa liberdade seja ao mesmo tempo reconhecida, individualizada e naturalizada.

Dois elementos nos são caros no desenvolvimento do conceito de governamentalidade para a finalidade de analisar os processos de transparência pública e governo aberto: em primeiro lugar, a importância do uso das estatísticas na configuração de um novo modo de governo baseado em princípios racionais e formas de cálculo específicos, a economia política. Em segundo lugar, os manuais de príncipe.

[...] essa mesma estatística descobre e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irreduzíveis aos da família: serão as grandes epidemias, as expansões epidêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos. A estatística, ao possibilitar a quantificação dos fenômenos próprios da população, faz aparecer sua especificidade irreduzível [ao] pequeno âmbito da família. Salvo certo número de temas residuais, que podem ser perfeitamente temas morais e religiosos, a família como modelo do governo vai desaparecer.²³³

Para avaliarmos tal fenômeno, remontaremos à genealogia da razão governamental do Estado empreendida por Foucault, cujos cálculos sobre os acontecimentos relacionados à população por meio do uso da estatística, foram uma das aplicações que tornou possível repensar a noção de economia para fora da família, ou seja, para uma dimensão populacional. A importância das estatísticas na formulação de um "saber de governo que é indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, ou melhor, daquilo que será chamado economia política"²³⁴ e que inaugura um novo modo de governo baseado em princípios racionais e formas de cálculo específicos.

Destaca-se aqui, portanto, a relevância do conjunto de informações já possibilitados àquela época pelas ferramentas tecnológicas mas que sofreram sensível desenvolvimento tanto nas suas formas de captura - sistemas automatizados - quanto nas suas possibilidades de processamento. Atualmente, o volume de informações e estatísticas sobre a população foi extrapolado pelas tecnologias de informação e comunicação na forma do que se convencionou chamar *big data*.

Foucault já apontava a prevalência da racionalidade econômica sobre os processos políticos a partir da economia política e de suas estatísticas, e desta forma, o

²³³ Foucault, 2008 p. xx.

²³⁴ Santos, 2012 p. xx

governo passa a ser um cálculo estatístico.²³⁵

Por outro lado, ao recorrer aos observadores dos manuais de príncipe, Foucault está a construir a genealogia das táticas para a manutenção do poder do príncipe e da ordem do território de modo a compreender a dinâmica deste processo de utilização dos dados sobre o território e a população como elemento para a construção de uma razão de governo ou uma arte de governar.

Sobre o observador de manuais de príncipe, Von Justi, Foucault comenta:

Seu livro não é mera lista de prescrições. É também uma grade através da qual se pode observar o Estado, a saber, seu território, seus recursos, sua população, suas cidades, etc. Von Justi associa a "estatística" (a descrição dos Estados) e a arte de governar [...] O governo dos homens sobre os homens pressupõe uma determinada forma de racionalidade, e não uma violência instrumental.²³⁶

Justi faz a distinção entre *Politik*, uma tarefa negativa do Estado que é de bater-se contra seus inimigos dentro e fora e *Polizei*, uma tarefa positiva que consiste em favorecer ao mesmo tempo a vida dos cidadãos e a força do Estado. O entendimento das dinâmicas do Estado e seu território (e posteriormente, sua população) nascem com a ideia de gestão da vida em sociedade e de seus indivíduos vivos.

O que nos interessa, por ora, é o entendimento de como as revoltas urbanas vão se sucedendo a partir da ruptura dos mecanismos de controle da população ou do território, objeto também observado por Foucault no curso de 1977, *Segurança, Território e População* e, ao mesmo tempo, novas técnicas e dispositivos vão se constituindo, ou como descreve Foucault, um ciclo em que ao “desenvolver os elementos constitutivos da vida dos indivíduos de tal maneira que seu desenvolvimento reforce também a potência do Estado”²³⁷.

Foucault ressalta nesta distinção a noção que ganha importância ao longo do século XVIII: a população ou grupo de indivíduos vivos e suas características: taxas de mortalidade e de fecundidade, epidemias e fenômenos de superpopulação, distribuição territorial. Ou seja, é a “população” mais do que a “vida” o objeto da polícia.

Em seu curso de 1977-1978 "Segurança Território e População" delimita o nascimento de uma arte de governar nos séculos XVII e XVIII que, ao observar a população como seu objeto, buscaria técnicas de governo na direção de eliminar o risco de revoltas urbanas, tal técnica deveria priorizar e assegurar a comunicação e a circulação

²³⁵ Foucault, 2008b

²³⁶ Foucault, 2008a p.26-27

²³⁷ Foucault, 2008a p.25

das coisas e dos indivíduos:

Esta polícia é entendida como aquela que deve assegurar a “comunicação” (Turquet) entre os homens, no sentido amplo do termo, desenvolver relações de trabalho e comércio entre os homens, e, enquanto forma de intervenção racional, exerce poder político sobre os homens, a polícia deve fazê-lo pelo controle da comunicação, isto é, das atividades comuns dos indivíduos (trabalho, produção, troca, comodidades)²³⁸.

Foucault traça os dispositivos pelos quais o Estado regula as populações ao mesmo tempo que cada indivíduo, ressaltando a importância da figura da polícia e do soberano.

A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população²³⁹.

O conceito de polícia também nos interessa já que define um tipo de dispositivo que, ao mesmo tempo que permite a circulação e comunicação, também se desdobra em leis e campanhas.

O governo dos homens sobre os homens pressupõe uma determinada forma de racionalidade, e não uma violência instrumental²⁴⁰.

Para analisar esta transformação na regulação, Foucault recorre à comparação entre os dispositivos disciplinares e de segurança aplicados à questão da carestia alimentar, ou seja, os dispositivos de segurança permitem uma ampliação da análise integrando a psicologia, comportamentos, maneiras de fazer, enquanto os dispositivos disciplinares circunscrevem, encerram, isolam o objeto (no caso o mercado e o que o rodeia). Ademais, enquanto os dispositivos de segurança apóiam-se nos detalhes, na complexidade dos acontecimentos e suas várias dimensões entendendo-os como processos necessários e inevitáveis e desta forma naturalizando-os e “deixando acontecer” sob um certo nível que é indispensável, os dispositivos de disciplina regulamentam e impedem, não deixam escapar nada aos seus domínios.

Por outro lado, nos dispositivos de segurança não se trata de proibir nem obrigar mas, apoiando-se em alguns instrumentos de proibição (lei) e de prescrição (disciplina), “distancia-se suficientemente para apreender o ponto em que as coisas vão se produzir,

²³⁸ Foucault, 2008a p.22

²³⁹ Foucault, 2008b p.56

²⁴⁰ Foucault, 2008a p.27

sejam elas desejáveis ou não”²⁴¹. Para Foucault, enquanto a lei trabalha no imaginário, imaginando o negativo, o que não pode ser feito, a disciplina trabalha complementando a realidade, prescrições, obrigações que corrigem a maldade do homem. A segurança por sua vez trabalha na realidade, de forma circular, “graças a e através de toda uma série de análises e de disposições específicas”²⁴².

Desta forma, a ideia de política a partir da segurança vai entendê-la não como um conjunto de leis ou disciplinas mas como uma física, cuja realidade é o “único dado sobre o qual ela deve agir e com o qual ela deve agir”²⁴³. Este princípio, segundo Foucault, é profundamente ligado ao liberalismo, ou seja, a ideia de que a técnica política nunca deve se descolar do jogo da realidade consigo mesma.

A tônica, portanto, é conhecer a realidade a partir de seus dados, de suas estatísticas, conhecer comportamentos, maneiras de fazer, hábitos.

O liberalismo, o jogo: deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laisser-faire*, *laisser-passer* e *laisser-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma²⁴⁴.

Esta dimensão parece ser justificativa suficiente para que as democracias liberais incentivem e fomentem as práticas de dados governamentais abertos. O reforço do liberalismo, da redução do papel do Estado a partir da observação da realidade a partir dos dados. E mais, como veremos a seguir, da circulação desses dados.

Foucault situa esta reivindicação da liberdade é uma das condições para o desenvolvimento do capitalismo, a questão é saber se, na implementação das medidas liberais, o que se visa em primeira instância: resolver a questão da carestia alimentar? Eliminar o risco de revoltas urbanas? Deixar alguns morrerem de fome para que se equilibre o mercado?

Foucault reflete um pouco mais sobre esta liberdade situando-a no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder, ou seja, resultante da implementação dos dispositivos de segurança que só pode funcionar bem aliado à liberdade, no sentido moderno desta palavra, ou seja, aquele que designa a possibilidade de movimento, de deslocamento, circulação tanto de pessoas como das coisas.

Essa circulação das pessoas e das coisas é que é o desdobramento ou uma das

²⁴¹ Foucault, 2008b p.61

²⁴² Foucault, 2008b p.62

²⁴³ Foucault, 2008b p.62

²⁴⁴ Foucault, 2008b p 62-63

dimensões da implementação dos dispositivos de segurança. Um governo, por sua vez, que se pensa como física e portanto como regulador da natureza das coisas, dirigindo sua administração de forma a garantir a liberdade dos homens, esta é uma tecnologia de poder.

[...] a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que responde - anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança.²⁴⁵

E é essa liberdade de circulação que devemos entender pela palavra liberdade, e compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança.²⁴⁶

Foucault reafirma que tais práticas difundiram-se ao longo dos séculos XVII e XVIII, seja sob a forma de políticas concretas (cameralismo, mercantilismo) seja como matérias de ensino (ciência da administração).

Essa liberdade ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder²⁴⁷.

Uma física de poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um ou vigiando a liberdade de cada um.

As práticas de governo aberto parecem ser justamente fundamentadas na proposta descrita por Foucault: o liberalismo que se apoia na liberdade de cada um, a partir de um governo que não mais controla mas que distancia-se suficientemente para apreender o ponto em que as coisas vão se produzir, sejam elas desejáveis ou não e que para tal feito, necessita observar cada vez mais as inúmeras dimensões da vida em sociedade traduzidas em dados.

A verdade em Foucault

Outro conceito que nos é estrutural nessa pesquisa e deve ser melhor aprofundado é o conceito de verdade. Nos interessa compreender como essa necessidade de transparência (em oposição à opacidade) em relação às instituições do Estado

²⁴⁵ Foucault, 2008b p.61

²⁴⁶ Foucault, 2008b p.64

²⁴⁷ Foucault, 2008b p.63

configura-se, de certa forma, um dispositivo de construção ou busca de uma verdade, a verdade da governança, das práticas de governo a partir dos dados.

Ao buscarmos compreender as formas pelas quais nossa sociedade vem constituindo subjetividades, formas de saber e relações entre o homem e a verdade - objeto de estudo de Foucault - faremos uma reflexão sobre em que medida esta prática de abertura e escrutínio dos dados governamentais também se comporta nesta tentativa de alcançar “a verdade” de uma governo dos dados.

Começaremos esse passeio pela obra de Foucault a partir das cinco conferências realizadas por Foucault no Rio de Janeiro em 1973 quando o filósofo desenvolve o que considera a história da verdade a partir das práticas judiciárias. O objeto das conferências era o problema da formação de um certo número de domínios de saber a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade.

Para tanto, Foucault recorre à noção de conhecimento trabalhada e desconstruída por Nietzsche. Para Nietzsche, não há como pensar um conhecimento absoluto e portanto, uma verdade absoluta. "O conhecimento é perspectivo pois é uma relação estratégia em que o homem se encontra situado"²⁴⁸.

Para Nietzsche, “o conhecimento é o efeito dos instintos, é como um lance de sorte, ou como resultado de um longo compromisso”, ele é contra natural, é resultado da luta, do combate, do risco e do acaso, que vão dar lugar ao conhecimento. Nietzsche promove uma ruptura com o pensamento kantiano. Se para o último as condições de experiência e do objeto de experiência eram idênticas, para Nietzsche há tanta diferença entre conhecimento e mundo a conhecer quanto há diferença entre conhecimento e natureza humana.

Foucault resume esta querela assim: o conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas²⁴⁹.

Nietzsche coloca no cerne, na raiz do conhecimento, algo como o ódio, a luta, a relação de poder²⁵⁰. Aqui ele já sinaliza que a construção de conhecimento é também uma relação de poder. O prenúncio da noção depois desenvolvida por Foucault, o saber-poder.

Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo

²⁴⁸ Foucault, 2013, p.33

²⁴⁹ Foucault, 2013, p.27

²⁵⁰ Foucault, 2013, p.31

em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade²⁵¹.

Foucault identifica duas histórias da verdade, uma que se corrige e se auto-regula, é aquela que se faz na ou a partir da história das ciências. Uma outra história da verdade se forma em outros lugares, onde vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber. É esta história externa da verdade que Foucault deseja investigar.

Ao compreender a forma inquérito (enquête), praticada por filósofos e cientistas do século XV ao XVIII, Foucault buscou retomar este formato e como chegamos a ele pra compreender esta forma característica da verdade em nossas sociedades.

Foi para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica²⁵².

O conhecimento é ao mesmo tempo o que há de mais generalizante e de mais particular. É uma ideia que encontramos em Nietzsche²⁵³. Ele quer dizer com isso que o conhecimento esquematiza, ignora as diferenças, assimila as coisas entre si, e isto sem nenhum fundamento em verdade. E por isso mesmo o conhecimento é sempre um desconhecimento. É sempre algo que visa indivíduos, coisas, situações e que entre o homem e o que ele conhece, se estabelece um duelo, uma luta. Este é o caráter contraditório do conhecimento tal como definido nos textos de Nietzsche: generalizante e sempre singular.

É a partir destes textos que Foucault vai problematizar a formação de um certo número de domínios de saber a partir das relações de força e de relações políticas na sociedade.

E indo mais a fundo, Foucault questiona a noção de ideologia preconizada pelo que ele chama de “marxismo tradicional” que seria uma noção que traduz a marca e estigma das condições políticas e econômicas de existência sobre um sujeito de conhecimento que, de direito, deveria estar aberto à verdade. Neste sentido, a relação deste sujeito com a verdade seria perturbada ou obscurecida pelas condições de existência, relações sociais ou por formas políticas que se impõem do exterior ao sujeito

²⁵¹ Foucault, 2013 p.34

²⁵² Foucault, 2013 p.21

²⁵³ Foucault, 2013 p.33

do conhecimento²⁵⁴.

Na história do processo descrita por Foucault em “A verdade e as formas jurídicas”, ele descreve como uma das grandes conquistas da democracia ateniense a possibilidade do povo de apoderar do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que os governam²⁵⁵.

De alguma forma o que fundamenta a abertura dos dados governamentais abertos é que se faça um julgamento do governo a partir dos dados que ele apresenta.

De acordo com Foucault, “este direito de opor uma verdade sem poder a um poder sem verdade deu lugar a uma série de grandes formas culturais características da sociedade grega.” E presentes até hoje nas sociedades ocidentais.

- as formas racionais da prova e da demonstração, a filosofia, os sistemas racionais, os sistemas científicos.
- a arte de persuadir, de convencer, a retórica grega.
- o desenvolvimento de um novo tipo de conhecimento, por testemunho, por lembrança, por inquérito.

Esta forma de descoberta jurídica da verdade constitui a matriz, o modelo a partir do qual uma série de outros saberes - filosóficos, retóricos, empíricos - puderam se desenvolver e caracterizar o pensamento grego.

No curso a Coragem da Verdade, o último de sua vida, Foucault começa o estudo da "fala franca", da *parresía* como modalidade do dizer-a-verdade. Por enquanto ele ainda não discute o que é "a verdade" afinal, mas mais pra frente ele joga luz sobre isso.

No curso do ano anterior, ele investigou as estruturas próprias dos diferentes discursos que se propõem e são recebidos como discursos verdadeiros. Mas além disso ele aprofunda sua análise e chega à conclusão de que seria interessante entender o tipo de ato pelo qual o sujeito, dizendo a verdade, se manifesta, representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade. Não se trata de analisar quais são as formas do discurso tais como ele é reconhecido como verdadeiro mas sim sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade.

Ele volta-se então a análise histórica das práticas do dizer-a-verdade sobre si mesmo, passando por Sêneca, Marco Aurélio, Plínio, Fronto e o princípio Socrático "conhece a ti mesmo" e nos textos platônicos. O preceito do cuidado de si, da aplicação a

²⁵⁴ Foucault, 2013 p.34

²⁵⁵ Foucault, 2013 p.58

si mesmo atravessou a cultura grega e romana

No início do séc. XIII o cristianismo institucionaliza esta prática por meio da confissão apoiando esta prática no poder pastoral. Na modernidade este interlocutor da prática de dizer a verdade se transformou no psicólogo, mas nem um dos dois (e das outras modalidades institucionalizadas) retoma esta prática ancestral.

Mas o parresiasta é aquele que diz tudo. A *parresía* é a atividade que consiste em dizer tudo. Num valor positivo, consiste em dizer a verdade, sem dissimulação nem reserva, nem clausula de estilo, nem ornamento retórico que possa cifrá-la ou mascará-la. É preciso não apenas que essa verdade constitua efetivamente a opinião pessoal daquele que fala, mas também que ele a diga como sendo o que ele pensa, e não da boca pra fora.

Essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige.

Para que haja *parresía* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva, de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência.

De certo modo, o parresiasta sempre corre o risco de minar essa relação que é a condição de possibilidade do seu discurso. Isso pode ser visto claramente, por exemplo, na *parresia*-condução de consciência, em que só pode haver condução de consciência se há amizade, e em que o uso da verdade, nessa condução de consciência, corre o risco de questionar e romper a relação de amizade que, no entanto, tornou possível esse discurso de verdade.

A marca do verdadeiro é a alteridade: o que faz a diferença no mundo e as opiniões dos homens, o que obriga a transformar seu modo de ser, aquilo cuja diferença abre a perspectiva de um mundo outro a construir, a sonhar. O filósofo se torna portanto aquele que, pela coragem do seu dizer-a-verdade, faz vibrar, através da sua vida e da sua palavra, o brilho de uma alteridade.

Considerações Finais

O objetivo central desse trabalho foi o de lançar bases para o entendimento de uma democracia colocada em questão tendo em vista as recomendações dos organismos internacionais como tratamento para suas fissuras, a saber a Transparência Pública e o Governo Aberto. Descortinar esses conceitos à luz dos teóricos da cibernética e da biopolítica nos permitiu enxergar os desdobramentos dessas iniciativas de abertura que, em alguma medida, podem servir como paliativos e distrações em relação à constituição e à radicalização de um modelo democrático como poderia vir a ser o projeto da democracia da multidão.

Essa pesquisa deparou-se constantemente com a tensão entre as justificativas oficiais para a abertura de dados governamentais - uma sociedade mais fortalecida e empoderada, com um governo mais transparente e participativo - mas que ao serem observadas sob a lente da biopolítica revelam o desejo de controle e de previsão do comportamento a partir dos bancos de dados, ou seja, uma nova forma de controle biopolítico que promove a captura do trabalho colaborativo e imaterial das redes deslocando-o para a ação política. Por outro lado, as experiências dos movimentos autônomos na direção de uma radicalização de abertura e transparência demonstram que a multidão quer muito mais do que apenas a circulação de dados governamentais, desejam um projeto de democracia radicalmente diferente de qualquer reforma superficial que possa ser feita.

Dessa forma, entendemos que só há possibilidade de resistência se a abertura governamental se der a partir de uma pressão pela divulgação daquilo que a multidão deseja enxergar e modificar em relação às estruturas de poder. Desconstruir narrativas a partir do trabalho biopolítico da multidão sobre os dados governamentais é uma atividade de resistência que cria brechas tanto quanto os vazamentos, revelando as entranhas de um Estado cooptado pelo capital e pelo mercado, revelando o comportamento dos governantes e burocratas frente às decisões políticas. Esta talvez seja uma das possibilidades de resistência dentro dessa perspectiva de abertura governamental, ou seja, recusar o voluntarismo dos governos por meio de seus pactos internacionais de abertura e enxergar criticamente esse "manto" de abertura e transparência que reveste um sistema em crise.

O desejo da multidão conectada está longe de ser atendido por meio de mais abertura e transparência. O desejo da multidão aponta para a constituição de um projeto coletivo e múltiplo de produção de afetos, tecnologias, modelos livres e colaborativos de produção, propostas participativas de gestão e organização do comum.

Bibliografia

Artigos em Periódicos

ANGÉLICO, F. ; TEXEIRA, M. A. C. . Acesso à Informação e Ação Comunicativa: Novo Trunfo para a Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, p. 7-27, 2012.

ANTOUN, H. e MALINI, F. 2010a. Ontologia da liberdade na rede. A guerra das narrativas na Internet e a luta social na democracia, *Multitudes 5/2010* (HS nº 2), p. 184-197.

_____. 2010b. Ontologia da Liberdade na Rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia, *Revista da Famecos*, Porto Alegre/RS, 17(3):286-294

_____. 2012. Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet, *Revista Fronteiras* 14(2): 52-65

BRUNO, Fernanda, Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista Famecos* Vol. 19, n. 3, 2012

FOUCAULT, M. “*Omnes et Singulatim*”: para uma crítica da razão política. In: *Ditos e escritos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 356-385.

GOCHENOUR, P. H. Masks and Dances: Cybernetics and Systems Theory in Relation to Flusser's Concepts of the Subject and Society. *Flussers Studies* 01. Novembro 2005. Disponível em: <http://www.flusserstudies.net/archive/flusser-studies-01-november-2005>. Acesso em: novembro de 2014.

ROBINSON, D. G. e YU, H. 2012 *UCLA LAW Review Discourse*. The New Ambiguity of “Open Government”.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu . Sociedade dos Códigos: entre a opacidade e a liberdade. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo /SP, v. 27, n.45, p. 57-78, 2006

UBALDI, B. 2013“Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives”, *OECD Working Papers on Public Governance* , No. 22, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/5k46bj4f03s7-en>

Artigos em meio eletrônico

LESSIG, L. Against Transparency. New Republic. Out. 2009. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/books-and-arts/against-transparency>. Acesso em: 25 de Novembro de 2014.

PASQUINELLI, M. Capitalismo maquínico e mais-valia de rede: Notas sobre a economia política da máquina de Turing. Revista Lugar Comum nº 39 p. 13-36. Novembro de 2011. Tradução Caia Fitipaldi e Henrique Antoun. Original disponível em: <http://www.uninomade.org/capitalismo-macchinico/>

SANTOS, B. S. Boaventura examina a "onda Podemos". Disponível em: <http://outraspalavras.net/destaques/boaventura-examina-a-onda-podemos/>. Acesso em 18 de dezembro de 2014.

Dissertações

RODRIGUES, K. F. Relações Civis-militares e as Leis de Acesso à Informação na América Latina e no Brasil, Ano de Obtenção: 2013. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro, Brasil.

SILVA, D. B. Transparência na esfera pública interconectada, Ano de Obtenção: 2010. Dissertação. Faculdade Cásper Líbero, FCSCL, São Paulo, Brasil.

DJAHJAH-BONORANDI, G., A construção biopolítica do comum: autonomia e controle nas comunidades de compartilhamento de arquivos, Ano de Obtenção: 2011. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

SANTOS, R. E, Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault, Ano de Obtenção: 2010. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

BRITO, K. S. ; COSTA, M. A. S. ; [Garcia, V.](#) ; [Meira, S. R. L.](#) . Brazilian Government Open Data: Implementation, Challenges, and Potential Opportunities. In: 15th Annual International Conference on Digital Government Research, 2014, Aguascalientes. Proceedings of the 15th Annual International Conference on Digital Government Research - dg.o '14. New York: ACM Press, 2014.

DANNER, F. anais da IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2009.p 790. doutorando em Filosofia; Prof. Dr. Nythamar de Oliveira (orientador)

MACEDO, V. R. . A Dimensão Internacional da Consolidação da Democracia no Brasil - Um Estudo de Caso sobre a Promoção da Transparência enquanto Norma Democrática. In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília. Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

MICHENER, R. G. . Os desafios das leis de acesso à informação na América Latina. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Obras

ASHBY, W. Ross; An Introduction to Cybernetics. Guinsburg, Gita K (tradutor) 1970 Coleção Estudos. Perspectiva. São Paulo, SP.

CASTELLS, Manuel. 1999. *A Sociedade em rede - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, v. 1, Tradução de Roneide Venancio Majer e Jussara Simões. SP: Paz e Terra

_____. 2007. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, 1 (2007), p. 238-266.

_____. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na erda da internet*. 1ª edição. Rio de Janeiro. Zahar.

COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. 1995

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia (Vol. 5)*. Trad. de PÁL PELBART, Peter e CAIAFA, Janice. In Rio de Janeiro: 34, 1997.

DELEUZE G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle In: *Conversações*. Rio de Janeiro. Editora 34, 1992

FERREIRA, M. Entendendo o software livre In: Alexandre Oliva ; Cezar Taurion ; Christiano Anderson ; Jansen Sena; Paulino Michelazzo ; Mizukami, P. ; Pedro Rezende ;

Rubens Queiroz ; MELO, Tiago Eugenio de . *A Revolução do Software Livre*. 1. ed. Manaus: Comunidade Sol, 2009. v. 1000. 360p

FLUSSER, V. 2002. *Writings*. Andreas Strohl, editor; translated by Erik Eisel. v. 6. University of Minnesota Press.

FOUCAULT, M. *Resumo dos Cursos do Collège de France, 1970 -1982*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

_____. *A Hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.

_____. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. 2011. *A Coragem da Verdade*. São Paulo, Martins Fontes.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 4ª edição, 2013.

GARFINKEL, S. 2000. *Database Nation: the death of privacy in the 21st century*. Sebastopol, O'Reilly.

LAZZARATO, M. e NEGRI, A. 2001. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A.

LESSIG, L. 2004. *Free Culture: how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*. Nova Iorque, Penguin.

LEVY, S. *Hackers – heroes of the computer revolution*. Londres, Penguin. 1994

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 187

MALINI, F. e ANTOUN, H. 2013. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. - Porto Alegre: Sulina

MEDINA, E. *Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile*. Massachusetts Institute of Technology. 2011. 344p.

MIZUKAMI, P. Creative Commons, Software e Cultura livre In: Alexandre Oliva ; Cezar Taurion ; Christiano Anderson ; Jansen Sena ; Marcelo Ferreira ; Paulino Michelazzo ;; Pedro Rezende ; Rubens Queiroz ; MELO, Tiago Eugenio de . A Revolução do Software Livre. 1. ed. Manaus: Comunidade Sol, 2009. v. 1000. 360p

NEGRI, A. e HARDT, M 2005. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record. 530p.

_____. 2010. *Império*. 9ª Edição. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record. 501p.

NEGRI, A. 2002. *5 lições sobre Império* — Rio de Janeiro, DP&A.

PASQUINELLI, M. A ideologia da cultura livre e a gramática da sabotagem In: NASCIMENTO, B. T. (Org.) ; Adriano Belisário (Org.) . Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. 1. ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. 270p

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RHEINGOLD, H. 2002. **Smart Mobs: the next social revolution**. Cambridge, Perseus.

TORET, J. Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. IN3 Working Paper Series. 2013. Disponível em: <http://in3wps.uoc.edu/index.php/in3-working-paper-series/article/view/1878>

WIENER, N. *Cybernetics or control and communication on the animal and the machine*. The Technology Press. 1949. Disponível em: <http://library.mit.edu/F/9XGYRGAC6RH6LXVKMQ6PSXM2M2SVU3UBXMC31FQA>

KXQGIKU4XL-09430?func=find-
b&=&=&=&find_code=SYS&local_base=mit01pub&request=000163009

Leis e Decretos

Decreto 592 de 6 de Julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm Acesso em: Março de 2015.

Lei 12.527/2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em Junho de 2014.

Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto. Disponível em: www.governoaberto.cgu.gov.br/.../2015Relautoavaliacaoint2Plano.pdf Acesso em: 10 de setembro de 2014.

Relatórios e Pesquisas

Michener, G. et al. 2014. Estado Brasileiro e Transparência: Avaliando a aplicação da Lei de Acesso à Informação. FGV. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://transparencyaudit.net/pt-br>. Acesso em Dezembro de 2014.